

ESPOSA E ADVOGADA DE EMPRESÁRIO SÃO PRESAS EM IRECÊ

SONEGAÇÃO A esposa e a advogada de um empresário investigado por sonegação de impostos foram presas em Irecê, no centro-norte do estado, no sábado (1º). De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP-BA), as prisões foram um desdobramento da Operação Marca-Passo, deflagrada na última quinta-feira (29).

O empresário do setor de supermercados preso na ocasião é investigado pelo Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) pela suspeita de sonegar mais de R\$ 12 milhões. Segundo a SSP, as mulheres atuavam para ocultar bens, blindar valores e destruir provas.

Ao todo, foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão na casa e nos estabelecimentos do suspeito. As duas mulheres, assim como o empresário, estão custodiadas em Salvador.

A operação contou com equipes da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, da Economia Popular do MP; da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) e da Sefaz.

Mulheres são presas na 2ª fase de operação contra empresas do setor supermercadista suspeitas de sonegação na BA



Duas mulheres foram presas na cidade de Irecê, neste sábado (1º), na segunda fase da 'Operação Marca-Passo', que investiga a prática de sonegação fiscal por grupo que atua no setor de supermercados no município localizado no norte da Bahia.

Operação cumpre mandados contra empresas do setor supermercadista suspeitas de sonegar R\$ 12 milhões

Operação cumpre mandados contra empresas do setor supermercadista suspeitas de sonegar R\$ 12 milhões

De acordo com o Ministério Público do Estado (MP-BA), as presas são uma advogada e a esposa do homem apontado como líder do esquema criminoso. Ele é investigado na operação, que teve a primeira fase

deflagrada na quinta-feira (29).

Acompanharam os cumprimentos das prisões, um promotor do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (GAESF) e um delegado do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (DRACO)**.

De acordo com o MP-BA, no curso das investigações, foram interceptadas, com autorização judicial, conversas telefônicas mantidas entre a advogada e a esposa do empresário preso, nas quais os dois combinavam ações tendentes a ocultar bens, blindar valores e destruir provas, mesmo após a deflagração da primeira fase da operação e a decretação do sequestro dos bens do grupo empresarial e de seus sócios.

Deflagrada na última quinta-feira, a operação cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária. A fraude consistia na criação de empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS** devido, totalizando mais de R\$ 12 milhões sonegados aos cofres públicos.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/**Draco**) da SSP.

Confira mais notícias do estado no G1 Bahia.

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia

Ouçã o podcast 'Eu te explico' ??

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da
Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - ICMS

Advogada e esposa de empresário são presas na Operação Marca-Passo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Divulgação

A advogada e a esposa do líder do esquema criminoso investigado na 'Operação Marca-Passo', que investiga a prática de sonegação fiscal por um grupo que atua no setor de supermercados na cidade de Irecê, no interior da Bahia, foram presas na manhã deste sábado, 1º de maio. A ação foi efetuada pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária.

Acompanharam o cumprimento dos mandados e prisão, um promotor do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf) e um delegado do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**.

No curso das investigações, foram interceptadas, com autorização judicial, conversas telefônicas mantidas

entre a advogada e a esposa do empresário preso, nas quais as duas combinavam ações tendentes a ocultar bens, blindar valores e destruir provas, mesmo após a deflagração da primeira fase da operação e a decretação do sequestro dos bens do grupo empresarial e de seus sócios.

Deflagrada na última quinta-feira, 29, a operação já cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária. A fraude consistia na criação de empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS** devido, totalizando mais de R\$ 12 milhões sonegados aos cofres públicos.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/**Draco**) da SSP.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Força-tarefa da Operação Marca-Passo prende advogada e esposa do líder do esquema



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária prendeu, na manhã deste sábado (1º), a advogada e a esposa do líder do esquema criminoso investigado no âmbito da 'Operação Marca-Passo', que investiga a prática de sonegação fiscal por grupo que atua no setor de supermercados na cidade de Irecê.

Acompanharam o cumprimento dos mandados de prisão, um promotor do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf) e um delegado do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**.

No curso das investigações, foram interceptadas, com autorização judicial, conversas telefônicas mantidas entre a advogada e a esposa do empresário preso, nas quais as duas combinavam ações tendentes a ocultar bens, blindar valores e destruir provas, mesmo após a

deflagração da primeira fase da operação e a decretação do sequestro dos bens do grupo empresarial e de seus sócios.

Deflagrada na última quinta-feira (29), a operação já cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária. A fraude consistia na criação de empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS** devido, totalizando mais de R\$ 12 milhões sonegados aos cofres públicos.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Bocão News	
Data: 01/05/2021	Caderno: Justiça



JUSTIÇA

Duas pessoas são presas na segunda fase da ‘Operação Marca-Passo’, deflagrada neste sábado



01 de Maio de 2021 às 11:57 Por: Divulgação/MP-BA Por: Redação BNews

A força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária prendeu, na manhã deste sábado (1º), a advogada e a esposa do líder do esquema criminoso investigado no âmbito da ‘Operação Marca-Passo’, que investiga a prática de sonegação fiscal por grupo que atua no setor de supermercados na cidade de Irecê.

De acordo com o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), no curso das investigações, foram interceptadas, com autorização judicial, conversas telefônicas mantidas entre a advogada e a esposa do empresário preso, nas quais as duas organizavam a ocultação de bens, ações para blindar valores e destruir provas, mesmo após a deflagração da primeira fase da operação e a decretação do sequestro dos bens do grupo empresarial e de seus sócios.

Deflagrada na última quinta-feira (29), a operação já cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária. Ainda segundo o MP-BA, a fraude consistia na criação de empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o ICMS devido, totalizando mais de R\$ 12 milhões sonegados aos cofres públicos.

Advogada e esposa de suposto líder criminoso são detidas na 'Operação Marca-Passo'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Duas mulheres apontadas por envolvimento em crimes contra a ordem tributária foram detidas na manhã deste sábado (1) durante a 'Operação Marca-Passo'. A **polícia** investiga um grupo suspeito de sonegação fiscal no setor de supermercados na cidade de Irecê, na Bahia.

Uma advogada e a esposa do suposto líder do grupo foram detidas, após a **polícia** interceptar, com autorização judicial, conversas telefônicas mantidas entre elas. Nas conversas, elas combinavam ações tendentes a ocultar bens, blindar valores e destruir provas, mesmo após a deflagração da primeira fase da operação e a decretação do sequestro dos bens do grupo empresarial e de seus sócios.

A operação, que foi deflagrada na última quinta-feira (29), já cumpriu cinco mandados de busca e apreensão

e um de prisão temporária. A fraude consistia na criação de empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS** devido, totalizando mais de R\$ 12 milhões sonegados aos cofres públicos.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/**Draco**) da SSP.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Polícia, Draco | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Metro 1	
Data: 01/05/2021	Caderno: Bahia



METROPOLE

Segunda-feira, 03 de maio de 2021

Bahia

Segunda fase da "Operação Marca-Passo" é deflagrada neste sábado

Deflagrada na última quinta-feira (29), a ação combate crimes contra a ordem tributária e já cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária



Foto: **Divulgação**

Por: **Kamille Martinho** no dia 01 de maio de 2021 às 04:00

A força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária prendeu na manhã deste sábado (1º) a advogada e a esposa do líder do esquema criminoso investigado no âmbito da 'Operação Marca-Passo', que investiga a prática de sonegação fiscal por grupo que atua no setor de supermercados na cidade de Irecê.

No curso das investigações, foram interceptadas conversas telefônicas mantidas entre a advogada e a esposa do empresário preso, nas quais as duas combinavam ações tendentes a ocultar bens, blindar valores e destruir provas. A ação teve autorização judicial.

Deflagrada na última quinta-feira (29), a operação já cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária. A fraude consistia na criação de empresas em nome de laranjas com o intuito de reduzir ou suprimir o ICMS devido, totalizando mais de R\$ 12 milhões sonegados aos cofres públicos.

A força-tarefa é formada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/Draco) da SSP.

#Chapada: Duas mulheres foram presas em Irecê na segunda fase de operação que investiga prática de sonegação de impostos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jornal da Chapada

Neste sábado (1º), duas mulheres foram presas na segunda fase da 'Operação Marca-Passo', no município de Irecê, na Chapada Velha. A operação é responsável por cumprir mandados contra um grupo de empresas que atua no setor de supermercados no município por suspeitas de sonegar cerca de R\$12 milhões.

Segundo o G1, o Ministério Público da Bahia (MP-BA) relatou que as presas são uma advogada e a esposa de um homem que é apontado como líder do esquema criminoso na primeira fase da operação, que foi deflagrada na última quinta-feira (29). O cumprimento das prisões foi acompanhado por um promotor do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (GAESF) e um delegado do **Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco)**.

De acordo com informações, foram interceptadas, com autorização judicial, conversas telefônicas entre a advogada e a esposa do empresário preso. Nas conversas, elas combinavam ações para ocultar bens, blindar valores e destruir provas. As ligações foram realizadas mesmo após a deflagração da primeira fase da operação e a decretação do sequestro dos bens do grupo empresarial e de seus sócios.

A fraude deflagrada na quinta (29) consistia em criar empresas em nome de laranjas no intuito de reduzir ou suprimir o **ICMS** devido. A sonegação realizada pelo grupo totalizou o prejuízo de mais de R\$12 milhões sonegados aos cofres públicos. A operação cumpriu cinco mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária.

A ação conjunta foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular do MP (Gaesf); a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; e a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/**Draco**) da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Jornal da Chapada com Informações do G1.

Etiquetas

bahia Chapada Velha Irecê Polícia Militar

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da
Segurança Pública - Draco | SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - ICMS

Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada



Os contemplados serão conhecidos no dia 20 de maio e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Sorteio de maio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de abril | Foto: Divulgação

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 30 de abril para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios.

O sorteio de maio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de abril. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de abril para participar do próximo sorteio.

COMPRAS ATÉ 30 DE ABRIL CONCORREM NO PRÓXIMO SORTEIO DA NOTA PREMIADA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 30 de abril para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de maio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de abril. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de abril para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir do sorteio da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados serão conhecidos no dia 20 de maio e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais:

Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia,
Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 596 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras até 30 de abril concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 30 de abril para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de maio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de abril. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de abril para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir do sorteio da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados serão conhecidos no dia 20 de maio e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais:

Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia,
Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 596 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

SINDSEFAZ

SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

(<http://www.sindsefaz.org.br/>)

Gestão Democracia e Luta

REDES SOCIAIS



(<https://www.facebook.com/SindsefazOficial/>)



(https://twitter.com/sindsefaz_ba)



(<https://www.youtube.com/user/sindsefaz>)



(<http://api.whatsapp.com/send?l=pt>)

Segunda-feira, 3 de Maio de 2021

o que está procurando?

Buscar

Lei 11.470 modernizou a SEFAZ-BA e melhorou a arrecadação de ICMS

(<http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5525/dieese-mostra-impactos-da-adi-4233-na-arrecadacao-de-icms>)

Assembleia Geral na sexta (07) define posição dos ATEs após ADI 4233



Compartilhe ([https://twitter.com/share?url=http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5533/assembleia-geral-na-sexta-\(07\)-define-posicao-dos-ates-apos-adi-4233&via=sindsefaz_ba&text=Assembleia%20Geral%20na%20sexta%20\(07\)%20define%20posi%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ATEs%20ap%C3%B3s%20ADI%204233](https://twitter.com/share?url=http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5533/assembleia-geral-na-sexta-(07)-define-posicao-dos-ates-apos-adi-4233&via=sindsefaz_ba&text=Assembleia%20Geral%20na%20sexta%20(07)%20define%20posi%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ATEs%20ap%C3%B3s%20ADI%204233)) ([whatsapp://send?text=Assembleia Geral na sexta \(07\) define posi%C3%A7%C3%A3o dos ATEs ap%C3%B3s ADI 4233 - http://www.sindsefaz.org.br/noticia/5533/assembleia-geral-na-sexta-\(07\)-define-posicao-dos-ates-apos-adi-4233](https://api.whatsapp.com/send?text=Assembleia%20Geral%20na%20sexta%20(07)%20define%20posi%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ATEs%20ap%C3%B3s%20ADI%204233))



Reunidos na manhã desta quinta (29), os Agentes de Tributos Estaduais reafirmaram a posição tomada na última assembleia geral da categoria (em 06 de abril), que definiu por esperar o acórdão do STF sobre o julgamento ADI 4233 e os embargos a serem interpostos para então se posicionar em definitivo sobre qual será o comportamento do segmento a partir de agora.

Isso será feito numa assembleia convocada pelo Sindsefaz para o dia **07 de maio, sexta da semana que vem, a partir das 9h**, na sala da entidade no Aplicativo Zoom. Até lá já saberemos como agiu a PGE (Procuradoria Geral do Estado), uma vez que o prazo para apresentação dos embargos é quarta (05). **Os ATEs seguem unidos para não dar brecha aos adversários e algozes**, que buscam se aproveitar da situação e destruir a carreira do segmento.

Como sabemos, **o Gabinete da Sefaz tentou promover uma virada de mesa para passar por cima da decisão do STF e da Lei 11.470, tomando uma série de medidas açodadas e de perseguição aos ATEs, no rumo do retorno do assédio moral**, tal qual existia até 2009. Até proposta de mudar a legislação por decreto foi apresentada, felizmente barrada pela PGE.

Nessa direção está a **pressão de chefes intermediários, sob orientação direta do Gabinete, para que os agentes de tributos entreguem o resultado do seu trabalho a colegas auditores para lavrarem os autos de infração**. A intenção da administração é garantir a continuidade dos resultados alcançados em quase 12 anos pelo trabalho dos ATEs no Simples Nacional e Trânsito de Mercadorias, este com reflexo em todos os segmentos da Sefaz. Mas quer fazer isso passando por cima da dignidade e da carreira desses servidores.

A decisão é cumprir rigorosamente o que está no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), exercendo as funções dentro do limite do respeito à decisão do STF na ADI 4233. Lembrando, **os atuais chefes da Sefaz estavam nas galerias da Assembleia Legislativa em 2009 se posicionando contra a aprovação da Lei 11.470. Foi a entidade da qual eles fazem parte que, derrotada na votação na Alba, foi ao Supremo tentar reverter o resultado, criando o impasse existente agora**. Ou seja, é deles a responsabilidade pela situação atual.

Neste momento, a orientação é esperar os desdobramentos do que vai acontecer semana que vem e manter a unidade. **As ameaças de cortes de auxílio-transporte e gratificação serão tratadas coletivamente pelos ATEs e pelo Sindicato** na hora correta e da forma adequada. Essa pressão é normal, típica de quem está desesperado com a constatação de que houve queda nas ações fiscais e na arrecadação não espontânea.



Sugestões de leitura

- 1º Portal Bonifácio
(<https://bonifacio.net.br/>)
- 2º AGÊNCIA BRASIL - Indústria de cervejas tiveram R\$ 2,8 bi de desoneração em quatro anos
(<http://twixar.me/Ff4T>)
- 3º REDE BRASIL ATUAL - Sindicatos protestam contra MP 905
(<http://twixar.me/hf4T>)
- 4º AGÊNCIA SINDICAL - Contag denuncia boicote do governo a liberação de aposentadoria rural
(<http://twixar.me/lf4T>)

Artigos

QUE SEFAZ QUEREMOS NA BAHIA?



(<http://www.sindsefaz.org.br/artigo/47/que-sefaz-queremos-na-bahia?>)

Leia mais (<http://www.sindsefaz.org.br/artigo/47/que-sefaz-queremos-na-bahia?>)

Ver todos (<http://www.sindsefaz.org.br/artigos>)

Entrevistas

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

O processo contra Alden vai andar? Parece que sim. E será o primeiro

Integrado por oito deputados, presidido por Marquinho Viana (PSB), o Conselho de Ética da Assembleia da Bahia está para viver um momento histórico, funcionar pela primeira vez. E justo com o caso do Capitão Alden (PSL), por ter dito que cada deputado da oposição recebe R\$ 1,6 milhão da prefeitura de Salvador.

Na Alba já se sabe que ele errou o tiro. Confundiu o R\$1,6 milhão que os deputados têm de emendas impositivas, mas com o governo. E o próprio também já pediu desculpas.

Mas não colou. Indicativo de que a turma está disposta a dar um corretivo nele.

Aliás, o vice-presidente do tal conselho é justamente Sandro Régis (DEM), o autor da denúncia contra Alden, que já disse: "O conselho é o lugar para tratar esse tipo de estupez. Ele vai ter que provar. Isso mancha o parlamento".

PENAS — As punições previstas no regimento da Alba para a falta de decoro são três: pedido de desculpas oral e escrito, suspensão do

mandato e cassação.

Pedido de desculpas já foi recusado, como se acha que cassação seria um exagero, só resta a suspensão.

Mas o ânimo da Assembleia é tocar. Capitão Alden é bolsonarista e, embora no trato pessoal seja uma pessoa tranquila, tem seguido a linha de seu líder e aliados. Chegou a ameaçar entrar com um projeto propondo a redução de 50% dos salários dos deputados. E, no conjunto, acabou incomodando a todos. O puxão de orelha é quase consenso.



Carlos Amilton / Alba

Alden, um caso único no Conselho de Ética da Alba

POLÍTICA
COM VATAPÁ

Maia e Kovski

Conta Jeremias Macário, jornalista, o memorialista de Vitória da Conquista, que nos tempos da ditadura militar até usar barba era motivo para ser preso como "subversivo perigoso".

E lá em Conquista, um forte núcleo de resistência, contavam que em Recife um jovem estudante foi detido porque, além da barba, carregava uns livros e estava próximo a uma universidade.

Depois de revistá-lo, os militares encontram em um de seus bolsos um papel onde aparecia escrito o nome "Maiakovski", poeta comunista russo do início do século XX. O estudante anotou o nome no papel porque estava elaborando uma pesquisa de literatura.

Os agentes encheram o jovem de porrada, com a pergunta persistente:

– Quem é o espião russo?!

E tome-lhe pau no barbudo, até que o supervisor olhou o caso direitinho e o recriminou:

– Seu burro! Você não vê que isso aí é cifrado? São dois espiões, um brasileiro e um russo. O brasileiro e Maia e o russo Kovski!

O barbudo sobreviveu.

Os integrantes do conselho

Além de Marquinho Viana como presidente e Sandro Régis como vice, o Conselho de Ética da Alba é composto também pelos deputados Fabíola Mansur (PSB), Euclides Fernandes (PDT), Zé Raimundo (PT), Eduardo Salles (PP), Luciano Simões (DEM) e Vítor Bonfim (PL).

A denúncia contra Alden já foi protocolada na Alba, mas Marquinho Viana diz que oficialmente nada sabe.

– Não recebi nada. Também estou na espera.

Energia solar em Jacobina

Tiago Dias (PCdoB), o prefeito de Jacobina que ano passado destronou Luciano da Locar (DEM) e foi tomar posse de chapéu de couro e jaleco de vaqueiro, anunciou uma novidade esta semana num simpósio de meio ambiente para marcar a passagem do Dia da Caatinga.

Está montando um sistema de energia solar próprio que vai funcionar nos próximos meses. Segundo ele, a conta de energia da prefeitura vai cair de R\$ 160 mil para R\$ 16 mil.

O gato que testou positivo

Rodrigo Lima Carneiro, professor de medicina veterinária na Uneb em Barreiras, soltou uma informação que causou espanto no oeste baiano. Um gato morreu de insuficiência e os exames sorológico e PCR, feitos em laboratórios para humanos, testaram positivo para a Covid.

Ele diz que tomou todos os cuidados científicos para não confundir as coisas e ressalva que não há evidências da transmissão de Covid de animais para humanos.

CPI da Covid já incomoda muito o governo, diz Lídice

Dizem que CPI sempre se sabe como começa e nunca como termina, mas uma coisa é certa: a da Covid, instalada pelo Senado para apurar a forma como o governo de Bolsonaro se conduziu na pandemia, já causou intensa preocupação no núcleo do poder, segundo a deputada federal Lídice da Mata (PSB):

– Veja que o governo está organizando o discurso, construindo uma narrativa. Sinal de que eles estão muito preocupados.

Bolsonaro criticou a CPI esta semana chamando-a de 'CPI do Genocídio', o que ensejou os opositores a concluir: genocídio já sabe que houve, resta saber quem é o culpado. Os governistas mantêm a tática, tentam desviar a mira para os governadores.

1º de Maio

Dia do
Trabalhador

Trabalho com dignidade e respeito

A passagem deste 1º de Maio não está sendo um dia feliz para 711 trabalhadores da Secretaria da Fazenda da Bahia. Isso porque estes servidores, Agentes de Tributos Estaduais (ATEs), treinados e capacitados para fiscalizar o ICMS e demais impostos e taxas cobrados pelo Estado, estão impedidos de exercer suas funções por conta de medidas açodadas e intempestivas tomadas pelo Gabinete da Sefaz-BA.

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em fins de fevereiro sobre a constitucionalidade de duas leis baianas questionadas pelo DEM e por um pequeno grupo que atua na Sefaz-BA. As leis (8210/2002 e 11470/2009) reconheceram e racionalizaram o trabalho dos

servidores do fisco, fazendo justiça ao desempenho de todos e acabando com um odioso assédio moral que fazia com que uns trabalhassem e outros se apropriassem do resultado.

A decisão do Supremo reconheceu a constitucionalidade e a importância das duas leis e isso incomodou dirigentes da Sefaz-BA, que queriam retroceder a 2009. Numa tentativa de virar a mesa, o Gabinete tomou medidas para impedir que os 711 agentes de tributos continuassem a exercer suas funções com dignidade, passando por cima da legislação e desrespeitando o que decidiu o STF.

Por isso, este 1º de Maio, Dia do

Trabalhador, é um dia de apreensão para centenas de trabalhadores da Sefaz-BA. O Sindsefaz, que representa os servidores da Secretaria da Fazenda, luta para garantir o respeito às leis e um melhor ambiente no fisco baiano. Neste momento de pandemia, quando todos os esforços são direcionados à preservação da vida, as atitudes do Gabinete só trarão prejuízos à arrecadação de ICMS, prejudicando a Bahia e os baianos.

Queremos lembrar a passagem dessa importante data como um marco mundial em defesa do trabalho digno e da dignidade do trabalhador. Bom seria que na Sefaz-BA os dirigentes pensassem assim também.



SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA



**AULAS PRESENCIAIS** Com a adoção de protocolos sanitários, a volta ocorre de forma híbrida (online com presencial)

Redes privada e municipal têm retorno autorizado com ano letivo de 256 dias

Fotos: Raphael Muller / Ag. A TARDE

THIAGO CONCEIÇÃO

Hoje, Salvador tem o retorno das aulas presenciais em escolas particulares, após mais de um ano de suspensão por conta da Covid-19. Com a adoção de protocolos sanitários, a volta ocorre de forma híbrida, com mescla do modelo online com o presencial. Já na rede municipal, apesar do anúncio de retomada feito pela Prefeitura, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB) decidiu paralisar as atividades presenciais até quarta-feira.

A Prefeitura elaborou o protocolo para a volta nas redes municipal e privada. De acordo com o documento, o ano letivo será de 256 dias, divididos em quatro unidades.

O funcionamento será de segunda a sexta-feira, mas os alunos vão para a sala de aula em dias alternados. Quando o ensino não for presencial, o aluno terá o auxílio de aulas on-line e pela TV, além de atividades impressas.

O prefeito Bruno Reis, em coletiva no último dia 30, afirmou que a decisão pelo ensino híbrido partiu da análise de dados como a vacinação de mais de 500 mil pessoas, 27% do público-alvo inicial. Ele acrescentou que 80% dos trabalhadores municipais da educação receberam a primeira dose.

"Foram os investimentos expressivos na saúde e na vacinação, somados às medidas de isolamento social, que nos permitiu voltarmos às aulas. O fechamento das escolas apresenta um sério risco à educação, proteção e bem-estar das crianças, além de agravar ainda mais as desigualdades em nossa cidade. Quero conchamar a todos os professores, pais e mães para esse retorno. Do contrário, poderemos comprometer três anos letivos".

A rede municipal de educação de Salvador tem 24.470 alunos matriculados no ensino infantil e 107.230 no fundamental. A rede ainda é constituída por 7.631 professoras e 1.152 professores.

**Dentre os protocolos está o distanciamento de 1,5m entre as carteiras, com marcações no chão em áreas comuns**

Segundo a Prefeitura, dentre os protocolos adotados nas escolas de Salvador está o distanciamento mínimo de 1,5m entre as carteiras, com marcações no chão em áreas comuns, proibição do uso de bebedouros por esguicho, uso de copos descartáveis ou individuais.

Em momentos como a hora da merenda acontecerá a redução do número de alunos por mesa. Caso não seja possível tal organização, a merenda será servida individualmente na sala de aula.

Máscaras

O uso das máscaras pelos alunos é obrigatório. A exceção para o uso da máscara está enquadrada apenas para casos como os de estudantes com autismo.

Na chegada às escolas, a temperatura dos colaboradores, prestadores de serviço e estudantes será aferida, além da higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel 70%. A entrada de pais ou responsáveis nas unidades é proibida.

Para Ângela Conceição,

**Viviane Brito atua como CEO do Villa Global Education**

mãe da Ádila, de 8 anos, estudante do 3º ano do ensino fundamental da rede municipal, a retomada preocupa. "Não acho que é a melhor hora. A gente ainda não tomou vacina, sei que a minha filha pode ficar mexendo ou tirando a máscara. Não vejo segurança", diz Ângela.

Na contramão da sensa-

ção de insegurança de algumas mães, escolas da rede privada implantaram uma série de protocolos. E para parte dos colaboradores, diretores, pais e alunos da rede, a expectativa é de retorno seguro.

No Villa Campus de Educação, na Paralela, um rígido protocolo interno foi elabo-

rado. Na última semana, os alunos participaram de uma atividade de acolhimento. "A gente fez modificações na estrutura do prédio, a exemplo das sinalizações de distanciamento e organização de fluxo de alunos nos espaços. Mudanças nos protocolos de higienização dos espaços, além de ações como a disponibi-

lização de álcool em gel nas salas, distanciamento entre cadeiras e o monitoramento de colaboradores e alunos, baseados em protocolos internacionais de segurança na pandemia", diz Viviane Brito, CEO do Villa Global Education.

Para Flávia Pimenta, 17 anos, estudante do 3º ano do ensino médio do Villa, a volta das aulas presenciais traz um alívio. "Eu já estava ansiosa para rever meus colegas, pois a interação com eles e os professores, aquela coisa do olho no olho, ajuda muito no processo de aprendizagem. Moro numa casa movimentada, com várias distrações. O ambiente escolar melhora o meu foco".

Para Wilson Abdon, porta-voz do Grupo de Valorização da Educação (GVE), que reúne escolas particulares de Salvador, a volta é motivo de realização. "Desde a última semana, os professores já estavam nas escolas acolhendo os alunos. Nas nossas escolas, mais de 70% das famílias querem a aula híbrida", afirma Abdon.

Professores municipais seguem em aula remota

BRUNO BRITO*

Até a próxima quarta-feira, os professores da rede municipal de ensino seguem com o ensino remoto. De acordo com Rui Oliveira, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), na próxima quarta-feira, os professores farão reunião com indicativo de greve.

"Em momento de pandemia, o retorno dos professores só está seguro com a vacinação. Já tivemos duas reuniões com o prefeito. Estamos abertos ao diálogo, mas seguimos com a defesa da vida. Vale destacar que a imunização dos professores só ocorre após o resguardo da segunda dose, considerando aqueles que já foram vacinados. Além disso, metade das escolas da rede municipal estão sem condições de reabertura para atividades presenciais", afirma Rui.

Durante a tarde de ontem,

Na próxima quarta-feira, os professores farão reunião com indicativo de greve, segundo a APLB

a Secretaria Municipal de Educação (Smed) emitiu um comunicado, reforçando o início das aulas presenciais a partir de hoje. Segundo o informe, a Educação "possui um protocolo sanitário específico e completo, que contempla todas as necessidades e particularidades para um retorno seguro".

Segundo o secretário municipal da Educação, Marce-

lo Oliveira, a retomada tem o intuito de evitar que os danos sejam ainda maiores. "Não é possível continuar com esse afastamento das crianças do ambiente escolar. O ensino exclusivamente remoto não atende às necessidades dessas crianças. Serão no máximo 15 alunos por turma, com todas as condições sanitárias atendidas, com protocolos de seguran-

ça e adaptações necessárias".

Segundo Marcelo, até o momento, 80% dos professores em Salvador já foram vacinados, com exceção apenas daqueles com menos de 40 anos. "É um público pouco vulnerável às formas mais graves da doença, que ainda não foram imunizadas. Não podemos esperar mais".

Já o informe emitido pela APLB detalha que "segunda, terça e quarta-feira, nenhum professor vai retornar à sala de aula. Enquanto isso, a APLB vai pressionar, para ver se o prefeito revoga o decreto da retomada presencial. Caso não revogue, a categoria vai entrar em greve", consta no documento.

Para o coordenador-geral do Sindicato dos Professores

Rui Oliveira destaca que imunização ocorre após resguardo da 2ª dose

no Estado da Bahia (Sinpro/BA), Allysson Mustafa, a expectativa é que haja uma boa adesão dos professores da rede ao não retorno presencial. Segundo ele, a proposta da categoria é de que a retomada só aconteça quando todos os professores estiverem imunizados.

"É preciso entender que imunização é o recebimento das doses necessárias que cada fabricante de vacinas estabeleceu, bem como o prazo para que o imunizante faça o efeito esperado. Começamos a imunizar a categoria docente há apenas 10 dias. Evidentemente, a única coisa que podemos dizer é que alguns professores passaram pela aplicação da primeira dose da vacina, mas não que já estejam imunizados, porque são coisas diferentes", ressaltou.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

COLABOROU THIAGO CONCEIÇÃO

Uendel Galter / Ag. A TARDE/ 10.01.2020



ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

CONTROVÉRSIA Guedes diz que Covid perde força, mas equipe vê incertezas
www.atarde.com.br/economia

LUÍSA CARVALHO*

Desde março do ano passado, quando a pandemia do novo coronavírus começou a se alastrar pelo país, o home office tem sido adotado como alternativa de trabalho mais segura. De acordo com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, em novembro passado, 7,3 milhões de brasileiros trabalhavam remotamente.

A rotina de trabalho, para muitos nova, porém, requer um olhar diferente aos gastos domésticos. Com o home office, as despesas com internet, água, alimentação e energia podem ficar até 25% mais altas, segundo o Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

A dimensão das alterações nas finanças domésticas varia a depender da quantidade de pessoas em casa e do tipo de trabalho. Mas, de forma geral, o contexto obriga as famílias a fazerem uma revisão do orçamento, aponta o diretor do Comitê de Finanças Pessoais da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Guilherme Dultra.

Reorganizar o orçamento mensal foi fundamental para a gerente de conteúdo Esther Gomes. Ao longo da pandemia, ela passou a morar sozinha e sentiu no bolso o peso de arcar individualmente com as contas de energia e compras mensais, despesas que aumentaram de forma mais significativa desde então.

Para diminuir os gastos, Esther está adotando novas estratégias. “Fiz algumas adaptações no meu dia a dia para aproveitar melhor a luz do sol ao máximo, e tento tirar todas as tomadas antes de ir dormir. Para as compras mensais, eu busco entender o consumo de cada item para só voltar a comprá-lo após o tempo certo. Tento centralizar as compras em lugares que vendem atacado”, explica.

Para o trabalho remoto na área de marketing digital, ela precisou comprar alguns itens de escritório, como cadeira ergonômica, mousepad e abajur, além de adquirir um novo notebook. Para essas despesas, contou com a colaboração da empresa em que trabalha.

“Na JusBrasil, legal tech na qual atuo, além de outros benefícios, há uma política de rateio, que é muito válida, para a compra de novos materiais necessários para o home office.”

Guilherme Dultra indica que essa é uma solução importante para o momento, em que é necessário redefinir termos.

“Para profissionais que são vinculados a empresas, tenho visto que alguns benefícios têm sido trocados. Há auxílios para contrata-



O advogado Italo Matos reduziu as despesas

Rafael Martins / Ag. A TARDE

FINANÇAS Rotina de trabalho em casa requer atenção e estratégia, pois gastos com internet, água, alimentação e energia podem ficar até 25% mais caros

Home office exige revisão do orçamento doméstico



Arquivo pessoal

A contadista digital Esther Gomes precisou reorganizar as contas



Arquivo pessoal

Guilherme Dultra, diretor da Anefac



Divulgação / 7.4.2020

Fernanda Prado é educadora financeira

ção de serviços de internet com melhor qualidade e até mesmo troca de auxílios transporte e refeição por um auxílio para compra de alimentos e supermercado.”

Outro aspecto importante para conseguir fechar as contas com o trabalho remoto é levar em consideração os novos hábitos de consumo que surgem com o isolamento social. A educadora financeira Fernanda Prado destaca o aumento do gasto com alimentação em pedidos de delivery no período, que pode representar um acréscimo substancial no

orçamento.

O economista Edísio Freire destaca também o crescimento dos gastos com e-commerce. “Você é bombardeado diariamente por campanhas promocionais na internet. Em casa, acaba ficando mais suscetível a elas. Se não tiver atenção, pode ser induzido a consumir algo que, talvez, naquele momento não precisasse.”

Hora de poupar

Por outro lado, o trabalho em casa também pode trazer possibilidades de economia. Enquanto há aumento

das despesas em energia e internet, diminuem de forma sensível os gastos com transporte e refeições fora de casa.

“[A economia] depende de cada contexto familiar e, em especial, de que camada da população estamos falando. As camadas mais desassistidas da população estão sofrendo bastante. Mas, para pessoas que têm seus empregos preservados e renda regular, constata-se um maior poder de poupança. Penso que a pandemia pode lhes trazer a consolidação da importância de se

pensar no futuro e, com isso, utilizar esta economia investindo-a de forma inteligente”, afirma Guilherme Dultra.

O advogado Ítalo Matos Amorim está entre os que conseguiram poupar com o trabalho remoto.

“Para mim, diretamente, foi vantajoso. Ao invés de ter um aumento na despesa, houve uma redução. A diminuição foi substancial principalmente no que diz respeito aos gastos com combustível e alimentação fora de casa.” Ítalo calcula que reduziu as despesas do mês em cerca de quinhentos reais.

Quando começou o home office, no início da pandemia, Ítalo resolveu vender o seu carro e não se arrepende da decisão. Com o dinheiro que gastava na manutenção do veículo e nas frequentes despesas com estacionamento, ele conseguiu reformar espaços de sua casa, inclusive um quarto que transformou em escritório para realizar o trabalho que antes fazia na sede da Campos Amorim & Advogados Associados.

As economias também o possibilitaram investir. Ele aproveitou a poupança para se inteirar melhor sobre o assunto e passou a aplicar em ações. Fernanda Prado avalia essa como uma boa atitude para o momento. “Ao trabalhar em casa e ter menos gastos, no geral, manter as finanças planejadas estimulará os investimentos ao invés de simplesmente gastar essa diferença”, afirma a educadora financeira.

Fernanda destaca que, com as economias do trabalho remoto, pode-se ainda ter a oportunidade de acelerar a quitação de dívidas e construir uma reserva financeira.

*SOB A SUPERVISÃO DO JORNALISTA FÁBIO BITTENCOURT

Dispensa de carência depende de previsão normativa



Direito previdenciário Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
lucianomartinez.ba@gmail.com
@lucianomartinez10

O adoecimento não ocupacional grave pela Covid-19, com recomendação médica de afastamento do trabalho por mais de 15 dias consecutivos, autoriza a dispensa de carência para

acesso aos benefícios por incapacidade? ANÔNIMA

Resposta: Administrativamente não será possível essa solução, pois, pelo princípio da estrita legalidade, o INSS confere ao segurado não mais do que explicitamente a lei lhe confere. Diante disso, e em face dos eventos que não estejam na lista constante do art. 151 da Lei 8.213/91, provavelmente o(a) segurado(a) não será atendido em sua pretensão de dispensa da carência para acesso aos benefícios por incapacidade. Veja-se o citado dispositivo:

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilostrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de

Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada. Há, entretanto, possibilidade

Até que seja elaborada lista de doenças, independe de carência a concessão

de ampliação pontual dessa lista no âmbito judicial. Diz-se isso, porque, no pedido de uniformização julgado como representativo da controvérsia (TEMA 220), a TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO (TNU) fixou, em 28 de abril de 2021, a seguinte tese jurídica: “1. O rol do inciso II do art. 26 da lei 8.213/91 é exaustivo. 2. A lista de doenças mencionada no inciso II, atualmente regulamentada pelo art. 151 da lei n. 8.213/91, não é taxativa, admitindo interpretação extensiva, desde que demonstrada a especificidade e gravidade que me-

reçam tratamento particularizado. 3. A gravidade de alto risco, com recomendação médica de afastamento do trabalho por mais de 15 dias consecutivos, autoriza a dispensa de carência para acesso aos benefícios por incapacidade”. Com a formação dessa tese, os magistrados passam a estar ainda mais legitimados para atualizar o rol de doenças que mereçam tratamento particularizado de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Quem fala em nome do agro brasileiro?

Agronegócio, tradução de “agribusiness” (Ray Goldberg & John Davis - Harvard) é a soma total de todos os itens e elos das cadeias produtivas cuja origem ocorre na agropecuária. Mas não é somente este setor, que chamamos “dentro da porteira”. Inclui indústria, comércio, pesquisa, serviços; o antes e o pós porteira das fazendas que somam, reunidos, de 60 a 70% do total do PIB desse complexo agroempresarial.

As partes desse sistema estão espalhadas no governo entre distintos ministérios como economia, agricultura,

relações exteriores, infraestrutura, transporte, meio ambiente. Da mesma forma, nas confederações nacionais empresariais, cada uma delas tem conexão direta com este mega complexo estratégico, notoriamente CNA – Confederação Nacional da Agropecuária; CNI – Confederação Nacional da Indústria; CNC – Confederação Nacional do Comércio; CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro; CNcoop – Confederação Nacional das Cooperativas; bem como as demais transporte, turismo, saúde, comunicação.

Registramos aqui nesta coluna algumas cadeias produtivas do agro brasileiro que já funcionam muito bem como um sistema que

dialoga e que formam um “design estratégico”. O algodão, e a indústria da árvore por exemplo. Associações em torno do agronegócio

também somam centenas, onde o risco de não convertermos entre si e, ao contrário, rivalizarem entre elas existe, e isso é o pior de todos os destinos quando olharmos o agronegócio como um composto único econômico, social e ambiental.

Neste momento, para exemplificar, a indústria de couro está sob risco das montadoras de automóveis cortarem o Brasil como fornecedor em função de incertezas ambientais amazônicas. O milho, insumo sagrado do setor de proteína animal, subiu 19% neste primeiro tri-

mestre, e passamos a ter o milho mais caro do mundo. Como fica a equação e o futuro dessas relações se a indústria da proteína animal, o comércio, a infraestrutura, armazenagem, e os serviços financeiros e seguro, ao lado dos agricultores e de um planejamento estratégico que os reúna a todos, não ocorrer?

Hoje vivemos o desafio de saber também quem fala em nome do Brasil? O agronegócio precisa prestar atenção e ter uma só voz, pelo menos numa lista de prioridades fundamentais para a vida e o progresso de todos.

Olhamos o agronegócio como composto econômico, social e ambiental

O agronegócio precisa prestar atenção e ter uma só voz, para a vida e o progresso

ALTA Com 1,7 milhão de hectares plantados na safra 2020/21, colheita estimada é de 6,7 mi de toneladas, 11,7% mais

Produção de soja no oeste baiano bate novos recordes

Aiba / Divulgação



99% da soja baiana é cultivada na região oeste

MIRIAM HERMES

Com 1,7 milhão de hectares plantados na safra 2020/21, a cultura da soja baiana, 99% cultivada na região oeste, está em fase final de colheita e batendo novo recorde de produção, com estimados 6,7 milhões de toneladas, 11,7% maior que a safra passada. Os números são do Levantamento da Produção, realizado sistematicamente por um Conselho Técnico representativo de órgãos e associações ligadas ao setor, que apontou crescimento de 4,9% da área cultivada com o grão em relação à 2019/20.

A produtividade média também supera a safra anterior e alcança 67 sacas por hectare (sc/ha), de acordo com levantamento das equipes do Rally da Safra 2021, deixando a Bahia em primeiro lugar este ano neste quesito. Em 2020, a produtividade foi de 63,3 sc/ha, conforme a pesquisa.

O Rally da Safra acontece há 17 anos, por um grupo da iniciativa privada, percorrendo todos os estados produtores, colhendo informações e amostras das plantas. Também debatem os resultados e consolidam informações importantes para a soja brasileira.

Os bons números da safra são atribuídos principalmente ao clima, disponibilidade de água para irrigação, utilização de tecnologias de ponta com abertura para a agricultura 4.0 e adoção de técnicas de manejo que protegem o solo e os recursos hídricos, como o Sistema de Plantio Direto.

Ainda de acordo com dados do Conselho Técnico, a projeção regional nesta safra é uma produção superior a 10 milhões de toneladas com a soma de milho, algodão, café, frutas e outras culturas. A soja é a principal commodity no oeste baiano com 60% dos grãos exportados para diversos países,

principalmente a China.

Representa 5% da produção nacional e 52,3% do nordeste. Há 20 anos é a segunda cultura no ranking dos produtos agrícolas do estado, representando 29,3% do Valor Bruto de Produção (VBP). No entanto, de acordo com o secretário estadual de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), Lucas Costa, poderá ser o primeiro este ano, se ultrapassar o algodão.

Isso não só pelo volume de grão produzido, mas também pelos preços do produto, que estão altos no mer-

cado internacional neste momento, chegando a R\$ 163,75 a saca de 60 kg na semana passada. Isso é quase o dobro do mesmo período em 2020, quando a saca custava perto de R\$ 85.

Os sojicultores, contudo, se mantêm cautelosos, considerando que parte destes grãos já foram comercializados antes da safra no Mercado Futuro, com preços mais baixos. E, por outro lado, os preços dos insumos também registraram aumento. Eles terão um tempo curto para planejar a área a ser semeada no próximo plantio, que começa em outubro.

Cultivos experimentais A expectativa inicial é que ocorra um novo crescimento em torno de 4% sobre a área 2020/21. Conforme o secretário, os números da região são animadores e refletem os investimentos de muitos anos por parte do estado através de diversas se-

cretarias, “e por parte dos produtores, que desenvolveram uma forma de produzir própria da região”.

O momento do grão no estado traz novidades também com os cultivos experimentais de soja irrigada em Carinhanha, Malhada e Sítio do Mato, três municípios do Médio São Francisco, região de clima semiárido. “Percebemos que esta região do São Francisco segue as mesmas pegadas do oeste e deverá ampliar a fronteira agrícola estadual”, afirmou Lucas Costa, destacando que empresários de outros estados já demonstraram interesse em investir na região do vale do Velho Chico.

De acordo com o coordenador do Programa Fitossanitário da Soja da Aiba, Armando Sá, nestas áreas teve produtor que chegou a 82 sacas por hectare, lembrando que nesta região, com precipitação pluviométrica média de 1.000 milímetros em anos regulares, a cultura

precisa ser irrigada. Ele participou recentemente de uma visita técnica que contou também com prepostos da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), às fazendas que participam desta experiência.

Este ano, a área ainda foi pequena, mas a expectativa para o próximo ciclo produtivo é alcançar entre 9 a 10 mil hectares nesta região. Na oportunidade foi constatada a necessidade de acompanhamento técnico das lavouras e aprofundamento da experiência. Em reunião que contou com produtores desta região, além dos representantes de Aiba e Adab, foi definida a instituição de um núcleo de acompanhamento das entidades, para tratar das questões agrônômicas e fitossanitárias.

Entre as primeiras medidas previstas está a realização de treinamentos nas fazendas que estão apostando na soja irrigada com as águas do São Francisco.

OPORTUNIDADES NEGÓCIOS

empregosenegocios@grupoatarde.com.br

INTERNET Leia mais conteúdo sobre economia e finanças no portal A TARDE

www.atarde.com.br

Joá Souza / Ag. A TARDE / 3.10.2018

LÚISA CARVALHO*

As perspectivas para as vendas no Dia das Mães neste ano são acompanhadas de esperança. Em contraste com 2020, em que a data foi uma das primeiras do calendário varejista a serem fortemente afetadas pela pandemia – quando houve redução de cerca de 40% das vendas, segundo levantamento da Boa Vista Serviços –, a comemoração em 2021 tende a trazer números mais positivos.

O vice-presidente da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas na Bahia (FCDL), Tony Tawil, projeta que as vendas neste ano alcançarão 80% dos anos anteriores, com exceção de 2020. “Há uma maior confiança, não apenas dos varejistas, mas também do consumidor”, afirma Tony, sobre o momento atual do comércio.

Segunda data mais importante do varejo, estando atrás apenas do Natal, o Dia das Mães é de grande valor não apenas para quem vende. “É também muito importante para todos os consumidores. Todo mundo compra nem que seja uma lembrancinha”, pontua Tony.

No Dia das Mães deste ano, presentear assume um significado ainda maior por conta do isolamento social. “Tem um aumento do apelo emocional. As pessoas que não vão conseguir estar com suas mães no dia vão precisar recorrer a algum artifício para demonstrar carinho à mãe por intermédio de um negócio. Eu vou precisar de uma empresa que entregue algo que eu queira dar para minha mãe, porque essa pode ser a única forma que tenho de me aproximar dela no momento”, explica Fernanda Gretz, gerente da Unidade de Atendimento Individual do Sebrae Bahia.

À frente da Bolo da Luz (@bolodaluz), as empresárias Joélia Simples e Jamile Paes Mendonça perceberam ao longo do último ano que, com a impossibilidade de estar junto de quem se ama, enviar comida tem sido uma forma de demonstrar carinho e se fazer presente. Pensando nisso, elas criaram, para este Dia das Mães, três diferentes tipos de cesta de café da manhã, com valores e produtos distintos, e oferecerão também um cardápio de almoço com sobremesas para a data.

A empresa, que fica na Pituba, começou vendendo bolos na Igreja Nossa Senhora da Luz no Dia das Mães há nove anos. No segundo domingo de maio deste ano, conta com uma nova variedade de produtos que foram desenvolvidos principalmente durante a pandemia, quando houve necessidade de se readaptar diante das dificuldades e limitações.

A equipe está empolgada com as inovações. “Estamos muito animadas para este Dia das Mães. Com muita expectativa”, diz Jamile.

Renata Andrade, empresária franqueada da Intimissimi (@intimissimisalvador) em Salvador, também aguarda a data comemorativa com ânimo. Em 2020, as duas lojas da grife italiana, situadas nos shopping Salvador e Barra, operaram de portas fechadas, através de entregas. Foi um momento delicado para Renata, que acredita que neste ano haverá um crescimento nas vendas.

Dificuldades

Pedidos para a data já começaram a ser feitos. “Dentre os itens mais buscados há pijamas, além de camisolas e conjuntos em seda e algodão, que podem ser usados para o home office e nas reuniões virtuais”, diz.

Os itens de moda íntima e as peças mais confortáveis têm muita saída no Dia das



Renata é franqueada da rede Intimissimi

VAREJO Especialistas projetam faturamento de até 80% de anos anteriores, em contraste com 2020, quando a data foi uma das primeiras afetadas pela crise

Empreendedores estão mais otimistas para o segundo Dia das Mães na pandemia

Raphaél Müller / Ag. A TARDE / 14.4.2021



Joélia e Jamile são donas do Bolo da Luz

Divulgação



A artesã Carol Carvalho, criadora do Ateliêta

Mães. A expectativa é que a busca seja ainda maior por conta do isolamento social.

Apesar das perspectivas mais positivas, há um fator com o qual os comerciantes precisam estar atentos e que pode trazer dificuldades aos seus negócios caso não seja levado em consideração: a limitação do faturamento dos clientes. Mesmo que o desejo de consumir seja maior que do ano passado, muitas pessoas tiveram cortes em seus orçamentos, o que as impede de investir em algo mais caro.

“O desafio é o empresário entender o quanto o seu cliente tem condições de investir nessa data comemorativa e conseguir disponibilizar serviços e produtos que se encaixem em todos os bolsos. É, em um momento em que todo mundo está fazendo suas economias, eu conseguir colocar o meu produto no mercado no me-

nor valor agregado possível”, pontua Fernanda Gretz.

Tony Tawil sugere que uma das melhores soluções seja “diluir o preço no prazo”. Dar mais possibilidades de compra e fazer com que o consumidor possa parcelar o máximo possível. Para Carol Carvalho, proprietária do Ateliêta (@atelieta), facilitar as condições de pagamento é fundamental para uma boa relação com o cliente no atual contexto.

A artesã também possui uma escala de produtos diversa, que vai de peças de vestuário a cortinas feitas de macramê. Carol prefere oferecer maiores opções de compra, abrangendo vários valores, do que realizar promoções, o que considera trazer mais prejuízos para ela, por ser microempreendedora trabalhando com artesanato.

Ela aposta na diversidade

DICAS PARA VENDER MAIS

COMUNIQUE-SE

Identifique quais são seus produtos ou serviços que mais se adaptam ao Dia das Mães. Vale também adaptá-los para a comemoração. Comunique ao seu cliente como pode ser feita a escolha perfeita

ATENDIMENTO

Em datas festivas, mais do que nunca, os prazos precisam ser cumpridos. Quem empreende deve avaliar se tem condições de dar conta do aumento da demanda

ESTOQUE

Todos os artificios para atrair o cliente não vão adiantar se o produto não estiver em seu estoque. Avalie a necessidade de reservas, reveja seu estoque com antecedência e organize a chegada ou produção de itens

dos itens que oferta como um grande diferencial e atrativo do seu negócio para este Dia das Mães. A maioria de seus produtos são feitos sob encomenda e personalizados. “O presente personalizado é aquela coisa do peito. É algo especificamente para a pessoa. Tem essa preocupação de você querer dar um presente que tenha mais a ver com ela. Esse é o ponto-chave”, diz.

As dificuldades econômicas influenciam não só nas estratégias de empreendedores para atrair mais os clientes, mas também afetam outras decisões na empresa, como a de realizar ou não novas contratações.

Mesmo com a espera de aumento da demanda na data, Jamile Paes Mendonça, sócia do Bolo da Luz, afirma que ainda não é possível empregar novos funcionários. “A gente está produzindo hoje 40% a menos do que era produzido no ano passado. Precisamos reduzir a estrutura e cortar pessoal”, afirma a empreendedora. É um cenário de diminuição de despesas que requer uma equipe mais enxuta.

Tony Tawil observa que há tendência maior de contratação das lojas para este Dia das Mães em comparação ao ano passado, mas as novas admissões dependem do tempo de funcionamento das lojas. Caso seja ampliado o horário de atendimento das atividades comerciais, haverá maior necessidade de funcionários.

Presença nas redes

As datas comemorativas são uma boa oportunidade para empreendedores usarem as redes sociais em seu favor. Fernanda Gretz observa que no último ano muitos otimizaram seu uso, afirmando que saber aproveitar a ocasião é fundamental. “Você pode tematizar sua rede social com a data, trazer assuntos relacionados. Se preparar para mostrar seu portfólio e ainda como ele se adequa a cada tipo de mãe. Mostrar como ele se relaciona com o cliente”, diz.

Para despertar o interesse por seus produtos em que a acompanha na internet, Carol já tem sua estratégia.

“É preciso fazer campanhas, mostrar como as pessoas podem presentear as mães com os produtos do ateliê, as vantagens e diferenciais”, afirma.

* SOB SUPERVISÃO DO JORNALISTA FÁBIO BITTENCOURT

COVID-19 Aulas retornam na segunda-feira; prefeito diz que sindicato 'precisa parar de politizar'

Prefeitura apresenta protocolos de retomada da educação em Salvador

FERNANDO VALVERDE

O prefeito Bruno Reis (DEM) anunciou ontem os protocolos de retomada da educação em Salvador. Mesmo após a resistência da Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção da Bahia (APLB-BA), que demandou a vacinação integral do corpo docente para o retorno, o prefeito autorizou a retomada já na próxima segunda-feira, dia 3.

Entre as justificativas para o retorno das aulas semipresenciais foram listadas a vacinação de 27% do público-alvo a ser imunizado na cidade, com 500 mil pessoas, a vacinação, em primeira dose, de todos os idosos com mais de 60 anos e a estimativa de que 80% dos trabalhadores municipais da educação estarão vacinados ao menos com a primeira dose até o retorno das aulas.

“Mais uma vez estamos tomando a decisão acertada e saindo na frente de todas as cidades da Bahia, pois a realidade de Salvador é diferente. As escolas estão preparadas e temos a certeza de que a hora é agora. Temos condições para garantir o presente e o futuro das crianças, que não podem esperar mais e ter três anos letivos comprometidos”, afirmou.

Pontos como déficit de aprendizagem do aluno, gravidez na adolescência, exploração sexual, violência e evasão escolar também foram apresentados como consequências do fechamento das escolas.

Planejamento

Com a data confirmada para o retorno, o prefeito listou o planejamento e os protocolos



Bruno Concha / Secom / 27.4.2021

De acordo com a prefeitura, modelo de retomada foi pensado para garantir carga horária igual a todos alunos

O calendário contará com 256 dias letivos, com aulas presenciais de segunda a sexta

los a serem seguidos durante a retomada.

De acordo com o plano, o calendário contará com 256 dias letivos, com aulas presenciais de segunda a sexta, e os alunos obedecerão a um esquema de presença alternada: segunda, quarta e sexta em uma semana e terça e quinta na semana

seguinte. De acordo com a Prefeitura, o modelo foi pensado para garantir a carga horária igual para todos os alunos.

Nos dias em que não estiverem nas escolas, os alunos irão realizar atividades não presenciais: aulas pela internet, TV, estudos dirigidos e atividades impressas.

Nas atividades presenciais, será obrigatório o uso de máscara. A medição de temperatura de funcionários e alunos será feita em pórticos de entrada e pontos de higienização com álcool 70% serão oferecidos. Pais e responsáveis não terão acesso às escolas.

Outras medidas incluem o distanciamento de 1,5 metro entre as cadeiras; a proibição da utilização de bebe-

doiros; protocolos específicos para refeitórios; encaminhamento de estudantes, professores e funcionários identificados ou com suspeita de Covid-19 para um posto de saúde e a utilização de tapetes higienizantes para limpeza dos calçados de alunos e funcionários.

Prefeito x sindicato

O prefeito Bruno Reis (DEM) subiu o tom na manhã de ontem ao comentar sobre as manifestações da Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção da Bahia (APLB-BA) contra o retorno às aulas presenciais na cidade.

Durante o evento, onde apresentou o plano de retomada da educação, o democrata afirmou que a po-

litização do tema está atrapalhando o consenso entre as partes.

“A APLB precisa parar de politizar a volta às aulas. Se esperar até segunda dose, que no caso da Oxford é depois de meses, vamos comprometer quatro anos da educação”, afirmou o prefeito em relação à exigência feita pelo sindicato de que todos os membros da categoria sejam vacinados com as duas doses antes do retorno.

Na última terça-feira (27), os trabalhadores da educação com mais de 40 anos foram incluídos no plano de vacinação municipal. De acordo com o prefeito, mais de 80% dos profissionais já foram vacinados em primeira dose.

Autorizada a reabertura das praias em dias de semana

FERNANDO VALVERDE

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), anunciou ontem a autorização para a reabertura das praias da capital de segunda a sexta-feira, com exceção do Porto da Barra, que continuará fechada às segundas.

“Foi uma demanda do trade turístico de nossa cidade. Diante de todos os números podemos adotar essas medidas de que isso não irá impactar o avanço da pandemia. Se o número de casos voltar a crescer, posso voltar a suspender. Não tenho dificuldade nenhuma de fazer isso, mas hoje temos certeza, até porque temos mais leitos do que tínhamos no passado”, justificou o prefeito.

A medida é válida a partir da próxima segunda-feira, dia 3, quando expira o decreto municipal que proíbe o uso das faixas de areia da capital baiana.

Além disso, mais duas medidas foram tomadas pela administração municipal relativas ao funcionamento das atividades em Salvador. Uma delas é o retorno de 100% das atividades presenciais na Prefeitura, inclusive os atendimentos presenciais – em alguns casos, esses atendimentos podem ser feitos através de agendamento, a depender da dinâmica do órgão. Neste caso, continuam afastados os trabalhadores que estão no chamado grupo de risco, a exemplo de comorbidades e gestantes.

Também foi anunciada a autorização amanhã, na segunda-feira e no próximo domingo, dia 9, da abertura do comércio de rua, das 10h às 18h, e dos shoppings centers e centros comerciais e similares, das 10h às 20h, devido à proximidade do Dia das Mães.

Rui diz que usaria a Sputnik V

RODRIGO AGUIAR

Crítico costumeiro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) durante a pandemia, o governador Rui Costa voltou a reclamar do trabalho do órgão, desta vez quatro dias depois da agência negar a importação da vacina Sputnik V. Rui voltou a pedir uma postura “técnica” da Anvisa e afirmou que seria “o primeiro” vacinado com o imunizante russo caso conseguisse a autorização para importá-lo.

“Eu não só aplicaria, como seria o primeiro voluntário a tomar, e a minha família também. Não estaria propondo isso se não acreditasse. São mais de 20 milhões de pessoas vacinadas no mundo e nenhum caso reportado”, declarou.

O governador voltou a lançar dúvidas sobre os métodos de avaliação da Anvisa, ao insinuar que a decisão não seria baseada exclusivamente em critérios científicos. “Na minha vida, eu aprendi um ditado que diz assim: quem quer arruma uma forma de fazer, quem não quer arruma uma desculpa. Desde o início, eu tenho a convicção de que a Anvisa está buscando desculpa, até porque esse último julgamento só ocorreu depois de uma negativa de um ministro do STF, que não deu mais prazo à Anvisa”, disse.

O discurso é alinhado ao do Instituto Gamaleya, responsável pelo desenvolvi-

Vacina russa foi vetada pela Anvisa e gerou polêmica

mento da vacina. O Gamaleya atribui o veto da Anvisa a uma pressão dos Estados Unidos, ainda no governo Trump, para que o Brasil não adquirisse o imunizante russo. Essa informação consta em um documento

Gamaleya nega a presença de adenovírus replicante e ameaça processar a Anvisa

do governo americano.

Na última segunda-feira, a Anvisa rejeitou o pedido feito por estados, entre eles a Bahia, para importar a Sputnik V. Segundo a agência reguladora, havia diversas falhas de segurança. A principal delas, informou o órgão, foi a presença de adenovírus replicante.

Na produção da vacina russa, são inseridos nesses adenovírus as instruções genéticas para a produção de uma proteína característica do novo coronavírus. No organismo, eles entram nas células e as fazem produzir essa proteína, o que ativa o sistema imunológico, que aciona células de defesa e aprende a combater o Sars-CoV-2.

O problema, segundo a Anvisa, é que foram encontrados adenovírus capazes de se replicar, o que poderia trazer riscos à saúde. O Gamaleya nega a presença de adenovírus replicante e ameaça processar a Anvisa.

No Twitter, o fabricante da vacina afirmou que a agência reguladora fez “declarações incorretas e enganosas sem ter testado a vacina” e ignorou um ofício no qual era informada da inexistência de vírus replicantes na vacina. O Gamaleya destacou que o próprio gerente-geral de medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes, reconheceu que a Sputnik V não foi testada pela agência.

Aplicação da 2ª dose da Coronavac continua hoje

TÁCIO CALDAS

Ainda com o quantitativo reduzido de vacinas da Coronavac, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) repete, hoje, a estratégia da campanha de imunização em Salvador. Entre os grupos que já podem receber a segunda dose desse imunizante, apenas a parcela bem específica poderá completar o seu esquema vacinal. O complemento vacinal também será continuado para as pessoas que buscam a vacina da Oxford. Os demais públicos seguem recebendo a sua primeira dose por toda a capital baiana.

Os idosos, trabalhadores da saúde e autônomos continuarão sendo atendidos hoje para receber a segunda dose. Os mesmos dois imunizantes de ontem serão utilizados hoje e, mesmo com os problemas de quantidade, a vacina da Coronavac será ministrada. No caso do imunizante chinês, as pessoas devem observar todos os detalhes para sua vacinação que, além dos locais exclusivos, apenas as pessoas com aprazamento dos dias 29 e 30 últimos com nomes iniciados da letra A a Q poderão completar o quadro vacinal.

Aos que buscam a Oxford, a campanha segue normalmente, mas, assim como a Coronavac, há postos exclusivos para isto. Essas pessoas precisam apenas se dirigir aos

postos determinados e apresentar um documento oficial com foto para serem vacinadas. As informações dos locais para ambos os públicos, tanto os de Coronavac quanto da Oxford, podem ser encontradas no site do “Filômetro” (filometro.saude.salvador.ba.gov.br/). A vacinação começa às 8h e segue até às 16h em todo o município.

Universidades

Hoje, um novo grupo passa a ser contemplado na campanha de imunização de Salvador. Os trabalhadores do ensino superior com 40 anos ou mais passam a fazer parte do grupo prioritário de vacinação.

Os professores e servidores desse nicho, tanto da rede pública quanto da privada, já podem buscar a primeira dose contra a Covid-19. Para tanto, devem estar em pleno exercício de suas atividades, estarem lotados em Salvador e terem os seus nomes cadastrados no site da SMS, além de apresentar documento oficial com foto, cópia impressa do último contracheque ou do contrato de trabalho PJ.

Os cidadãos que foram imunizados com a Coronavac em casa através do Vacina Express não precisam fazer novo registro na plataforma digital. O retorno da equipe de saúde será feito automaticamente.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

Bolsonaro considera traidores aqueles que preservam os valores, a razão, a sanidade e a capacidade moral. Os que têm caráter jamais se renderão aos néscios Dayane Pimentel

Deputada federal pelo PSL da Bahia, sobre as críticas que seu colega de bancada na Câmara, o paralaiano Julian Lemos, tem feito contra o presidente Jair Bolsonaro

Barreira pelo alto

Trancafiado desde a primeira fase da Faroeste, há cerca de um ano e seis meses, o advogado Marcos Duarte Miranda, genro da desembargadora presa Maria do Socorro Barreto Santiago tentou ter acesso ao processo em que consta a delação premiada de outra desembargadora, Sandra Inês Moraes Rusciollelli, cujo teor ainda permanece sob sigilo. Em reclamação apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa de Miranda destaca que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proibiu que os advogados do réu pudessem conhecer o conteúdo da decisão em que foi concedida prisão domiciliar para Sandra Inês e solicita à Corte que libere acesso à ação.

DEPOIS DO CARIMBO

Porém, o ministro Edson Fachin negou o pedido, com base nos argumentos contrários do Ministério Público Federal (MPF), de que o acordo aguarda homologação pelo STJ e, portanto, continua em segredo judicial. É a primeira vez que a Justiça confirma oficialmente a existência da delação de Sandra Inês, uma das magistradas baianas sob cerco da Faroeste.

Análise combinatória

Criminalistas experientes que acompanharam os mais novos desdobramentos da Faroeste na Segunda Turma do Supremo avaliam que o ambiente no colegiado se consolidou como extremamente desfavorável aos desembargadores acusados de participar venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). A senha, para eles, está no resultado dos últimos julgamentos.

Do aperto à folga

Em 6 de abril, a turma rejeitou habeas corpus de Maria do Socorro por 3x2. Votaram contra os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Nunes Marques, e a favor, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Já na sexta passada, no julgamento do habeas corpus da desembargadora Lígia Ramos Cunha, o placar foi 4x1. Só Marques foi a favor.

Aragem de terreno

Principal cacique do Podemos no estado, o deputado federal Bacerlar iniciou um processo de aproximação com líderes do trade turístico baiano. O movimento vai ao encontro dos rumores de que o partido se prepara para assumir o comando da Secretaria Estadual de Turismo.

Dublê em ação

Apesar de suplente da CPI da Covid, o senador Angelo Coronel (PSD) apresentou doze requerimento à comissão, incluindo solicitações de documentos, convites e convocação de autoridades a depor na investigação parlamentar. Quatro foram aprovados. Entre os quais, o que convoca o diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, para ser interrogado na CPI e os que requerem documentação ao Instituto Butantan, Controladoria-Geral da União e Pfizer.

Alívio no caixa

O governo federal liberou o ingresso dos trechos 1 e 2 da Iol no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. Na prática, significa isenção de PIS e Cofins sobre a compra de máquinas, materiais de construção e contratação de serviços – algo em torno de R\$ 190 milhões.

#Segundou

NO CORREIO*

O ENCONTRO ENTRE CRIATIVIDADE E GESTÃO

Marcio Esher

Sócio Diretor Holding Clube

Entrevista com Joca Guanaes

Publicitário e consultor de imagem

É HOJE! ÀS 19H NO INSTAGRAM

@CORREIOE4HORAS

Correio*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA (BA)

PRORROGAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021) | LICITAÇÃO Nº: 867405 - O Município, através de seu Pregoeiro toma público a prorrogação da licitação, citada. Objeto: Fornecedor de material gráfico, para atender as demandas das Secretarias do município. Fica prorrogada a Sessão de Abertura para dia 13 de maio de 2021, ÀS 10H00MIN. O edital está disponível no site www.paratinga.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br demais informações poderão ser obtidas na sala da Comissão de Licitação localizada à situada na Rua Benjamim Constant, S/Nº, Centro - Paratinga-Bahia (EM CIMA DA CASA ECONÔMICA FEDERAL), no horário das 08h00min às 12h00min. Informações através do tel: (71) 3664 - 2953 e do e-mail: licitacao.paratinga.jt@gmail.com

Jeferson Brito Teles - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO (BA)

AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2021) | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2324/2021 | Licitação nº 869869 - A Pregoeira toma público a Licitação, cujo objeto será: Registro de Preço para o fornecimento do MEDICAMENTO TROMBOLITICO, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Simões Filho, se adequando ao protocolo IAM-PIAM (Atendimento a Pacientes com Síndromes Coronarianas Agudas de Alto Risco), enviado pela Regulação de Urgência do Pré-Hospitalar Móvel - SAMU 192. Menor Preço Por Item. Data: 13/05/2021, às 10h00min (horário de Brasília). Informações através do telefone (71) 3296-6399. Aquisição do edital através do site: www.licitacoes-e.com.br

Gertane Oliveira - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDEAL DA SILVA
CNPJ: 14.126.254/0001-65

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021)
A Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva - Bahia, em acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto Federal nº 11.024/2019, torna público que será realizada uma licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2021, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de prótese dentária, incluindo materiais e serviços afetos para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde de Cardeal da Silva - BA. Sessão de início de disputa realizará-se à em 13.05.2021 às 9:00h. O Edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo e-mail licitacaoapmcs2021@gmail.com

Maria de Fátima Emanuelli de Oliveira Cruz - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUARA
ESTADO DA BAHIA

AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021)
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gás de cozinha para atender às demandas das diversas Secretarias do Município de Itaquara conforme termo de referência, (ANEXO I), por registro de preços. Interessados obter informações e adquirir o edital no site www.licitacoes-e.com.br. Recebimento das propostas a partir do dia 03/05/2021 às 10h. Abertura das propostas 18/05/2021 às 9h. Início da sessão de disputa no dia 18/05/2021 às 10h. Fone (73) 35432110.

Ana Rita Oliveira Costa - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.845.086/0001-03

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021)
A Prefeitura Municipal de Serrinha/BA, avisa aos interessados, que realizará licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2021 Tipo: Menor Preço por Item, Modo de Disputa: ABERTO - Objeto: Aquisição de uniformes para equipe de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Serrinha-BA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00h do dia 03/05/2021 às 09:00:00h do dia 14/05/2021 - JULGAMENTO PROPOSTAS: Das 09:01h às 10:00 h do dia 14/05/2021 - DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:01:00h do dia 14/05/2021. Edital e publicações posteriores dos atos subsequentes e demais informações estarão à disposição, nos sites: <https://www.serrinha.ba.gov.br>, ou através do site da BLL: www.bllcompras.org.br - Informações: (75) 3261-8500 Suporte BLL nos telefones (46) 3520-2107 e 3520-2103.

Emerson Rosa dos Santos - Pregoeiro - Portaria 155/2021

Maior leilão da história trará a tecnologia 5G para o Brasil

TELECOMUNICAÇÕES Muito mais do que uma internet mais rápida, a tecnologia 5G, que deverá chegar ao Brasil até o fim do ano, irá revolucionar toda a sociedade e os meios produtivos. “Não se trata de mais um G e sim de um guarda-chuva que envolve e potencializa outras tecnologias”, explicou ontem o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Moraes, em entrevista ao programa Brasil, na TV Brasil. De acordo com Moraes, a tecnologia 5G será a catalisadora de outras tecnologias como a Internet das Coisas, inteligência artificial, robótica, inteligência mista e aumentada. Tudo graças à sua baixa latência, que é o tempo que os dados demoram para trafegar. “No caso do 5G, esse tempo é menor do que um piscar de olhos”.

O edital do leilão 5G está no Tribunal de Contas da União (TCU) para análise e deve ser lançado até o fim deste ano. “Vamos liberar a outorga do direito de uso da frequência, que são essas vias por onde os sinais trafegam”, diz o presidente da Anatel. Segundo ele, esse não será um leilão arrecadatório. Isso porque além da implantação do 5G, as empresas terão compromissos de investimentos como a cobertura de internet em estradas brasileiras e em localidades que ainda não contam com internet nenhuma. “Espera-se que, em 20 anos, sejam de mais de R\$ 40 bilhões em investimentos”, diz.

Recentemente, o governo fez um levantamento que mapeou nações que têm reservas em relação à China em várias áreas, inclusive na tecnológica. A chinesa Huawei é uma das principais fornecedoras mundiais da tecnologia 5G.

CIELO SE JUNTA AO BNDES PARA AVANÇAR OFERTA DE CRÉDITO

BANCOS Líder de pagamentos eletrônicos por meio das “maquininhas” de cartão no varejo, a Cielo, controlada pelo Banco do Brasil e pelo Bradesco, agora vai explorar de forma agressiva o mercado de crédito para pequenas e médias empresas. De carona na iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de pulverizar e popularizar o acesso ao crédito fora dos grandes bancos, a companhia e o banco de fomento constituíram um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), onde foram aportados R\$ 529,4 milhões – dos quais R\$ 450 milhões do BNDES e R\$ 79,4 milhões da Cielo. Os recursos serão oferecidos a 56 mil empresas com necessidade de capital de giro.

FGTS

232 MIL

empregadores encerraram o ano de 2020 com dívidas relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2020, de acordo com números da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

39,2B

de reais é o valor total da dívida, que atinge um total de 8 milhões de trabalhadores brasileiros. O FGTS é um direito do trabalhador com carteira assinada. Até o dia 7 de cada mês, os empregadores devem depositar o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário

●● Não se trata de mais um G e sim de um guarda-chuva que envolve e potencializa outras tecnologias

Leonardo de Moraes

Presidente da Anatel

Brasileiro comeu em média 251 ovos em 2020, aponta estudo

RECORDE O brasileiro nunca comeu tanto ovo. Com o aumento desenfreado do preço da carne, a queda de poder de compra da população, e a mudança de hábito trazida pela pandemia, com mais gente se alimentando em casa, o ovo está longe de ser um coadjuvante na mesa da população. No ano de 2020, cada brasileiro comeu 251 ovos. É um volume recorde. Há 20 anos, o consumo anual de cada cidadão era de 94 unidades. Dez anos atrás, esse número subiu para 148 ovos. Hoje, o brasileiro come mais ovos que a média do cidadão mundial, que é de 230 ovos por ano. A indústria e as galinhas fizeram sua parte, com nada menos que 1.500 ovos por segundo produzidos no Brasil. As chamadas “poedeiras”, como são conhecidas as galinhas nas granjas, entregaram mais de 53 bilhões de ovos em 2020. Neste ano, a previsão é de que a produção deve chegar a 56 bilhões de unidades.

56B

de ovos devem ser produzidos no Brasil neste ano

Anac autoriza voos de empresa aérea do Grupo Itapemirim

AVIAÇÃO A Itapemirim Transportes Aéreos, nova companhia aérea do Grupo Itapemirim, recebeu concessão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para operar voos comerciais de passageiros em todo o território nacional. Há duas semanas, o primeiro avião da nova empresa do grupo – um Airbus de 15 anos e capacidade para 180 passageiros – realizou 14 voos. A empresa já conseguiu slots (horários de pouso e decolagem nos aeroportos) para voar, a partir de junho, entre Ribeirão Preto e Recife, Ribeirão Preto e Guarulhos, Porto Seguro e Guarulhos, Salvador e Guarulhos – considerando apenas os terminais mais disputados do País. O processo de certificação da Itapemirim Transportes Aéreos durou menos de um ano. “Estamos presenciando um marco importante dentro da história da aviação civil brasileira”, comemorou Sidnei Piva, presidente do Grupo.

Com três ex-ministros da Saúde, CPI dá início à fase de depoimentos

PANDEMIA A CPI da Covid terá nesta semana os seus primeiros depoimentos, que vão servir como teste para o governo do presidente Jair Bolsonaro. Em dois dias, todos seus ex-ministros da Saúde serão ouvidos. Um dos depoimentos mais esperados é na quarta-feira o do general Eduardo Pazuello, na quarta-feira. Ele ficou dez meses à frente da pasta e foi o principal responsável pelas políticas de combate à pandemia. Parlamentares de oposição pretendem ques-

tionar Pazuello sobre o que consideram omissões do governo na aquisição de vacinas, falta de apoio a medidas de isolamento social, compra de remédios sem eficácia comprovada para a covid-19 e falhas na logística. Na terça-feira, prestam depoimento os ex-ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, que deixaram o governo após desentendimentos com o presidente em relação ao enfrentamento da pandemia e medidas para conter o avanço da doença.



Eduardo Pazuello (à esquerda) será ouvido pela CPI na quarta-feira

Guedes: ‘Tinha uma fé um pouco ingênua de que seria muito mais rápido’

AGENDA LIBERAL O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu que tem sido mais difícil do que imaginava tirar o seu plano liberal do papel em Brasília. “Eu tinha uma fé um pouco ingênua de que tudo seria muito mais rápido e de que as transformações seriam muito mais profundas”, disse o ministro em entrevista ao jornal O Globo ontem. Guedes também reconhece que o apoio de Jair Bolsonaro à agenda liberal vem caindo, mas diz que não pensa em sair do governo, porque tem “senso de responsabilidade” com o país. “O presidente mesmo brinca que já foi 99%, agora é 97%, ele fala. Aí eu brinco, ‘não, presidente, o senhor está em 65%’”, afirma o ministro da Economia. Desgastado pelo impasse do Orçamento de 2021, o ministro confessa que há pressões políticas para desmembrar a sua pasta, refundando o ministério do Planejamento, mas alega que o presidente nunca falou nisso “sério” com ele à respeito da possibilidade, que abriria mais espaço para o centrão no governo.



●● Eu tinha uma fé um pouco ingênua de que tudo seria muito mais rápido e de que as transformações seriam muito mais profundas

Paulo Guedes
Ministro da Economia

BRASIL TEM MÉDIA DE 2.407 MORTES DIÁRIAS

COVID-19 O Brasil registrou 1.210 novas mortes pela covid-19 nas últimas 24 horas, segundo dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa. A média móvel de óbitos, que leva em consideração os registros dos últimos sete dias, ficou em 2.407 ontem. Com os dados, o Brasil chegou a um total de 407.775 vítimas do novo coronavírus desde o início da pandemia. O balanço mostra ainda 28.493 novos casos confirmados, fazendo o total

de diagnósticos chegar a 14.753.983. Os dados têm mostrado tendência de redução ao longo da última semana, mas o país ainda vê a doença em um alto patamar. O mês de abril teve no total 82.401 mortes por covid-19, superando março, que já tinha sido um mês de recorde, com 66.868 óbitos. Os outros dois meses de 2021 já vinham apresentando uma alta grande no número de vítimas: janeiro (29.558) e fevereiro (30.484).

Bahia perde 24 bancos em três meses

Agências encerradas em 2020 somam 54; só o BB fechou 15 postos no estado

Daniel Aloísio*

REPORTAGEM

daniel.santos@redabahia.com.br

A primeira conta bancária da servidora municipal Karla Izabelle, 35, foi na agência do Banco do Brasil do Garcia, fechada em 2017. Na época, sua conta foi transferida para a agência do Canela, encerrada em abril passado. “Mais uma vez me transferiram e agora para uma agência que nem sei onde fica”, lamenta. Assim como Karla, muitos correntistas se deparam com o problema na Bahia. No primeiro trimestre desse ano, 24 agências encerram atividades no estado, média de 8 fechamentos por mês. O número representa 44% dos encerramentos de 2020: 54.

Os dados foram elaborados pelo Sindicato dos Bancários da Bahia (veja quadro ao lado), que usou como fonte o Banco Central (BC). Das unidades fechadas em 2021, 15 pertencem ao Banco do Brasil. A instituição anunciou no início do ano que iria passar por “reestruturação”.

De acordo com dados coletados pelo CORREIO junto ao registro de agências bancárias do BC, o número de agências em março de 2020 na Bahia era de 982 postos de atendimento. Um ano depois, em março de 2021, último mês divulgado pelo BC, o número caiu para 911. A redução percentual é de 7,2% no intervalo de um ano.

Aramari, no nordeste do estado, já tem data marcada para perder a única agência da cidade, que pertence justamente ao BB: o próximo dia 17 de maio. Os quatro funcionários que trabalhavam na unidade já foram realocados para outros municípios.

Um deles, que não quis se identificar por medo de represália, classifica a decisão do banco como cruel: “Existe agora, mais do que nunca, a ordem de incentivar os clien-

tes a usarem internet banking. E isso é um tiro no pé, pois quanto mais os clientes usam, mais forte o argumento deles de diminuir agências e quadros de funcionários. Só que a função social da instituição sai prejudicada. Não tem preocupação com o atendimento humano, programas sociais e o acesso da população idosa e menos informatizada. Parece até que eles querem afastar o cliente e não atrair”, desabafa.

OPERAÇÕES DIGITAIS

Edval Landulfo, economista e conselheiro do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), argumenta que estamos em um caminho sem volta. Para ele, o que mais as instituições bancárias querem nesse momento é que os clientes utilizem apenas o serviço digital.

“Não há necessidade hoje do cliente ir para agência bancária. Ele pode fazer tudo através da internet, até se precisar contatar alguém, de forma personalizada, já tem como fazer isso virtualmente, pelo celular”, diz.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 63% das operações bancárias são feitas por meios digitais. As movimentações financeiras com smartphone tiveram alta de 41% em 2019, em relação a 2018. Também foram observados avanços em outras transações, como contratação de investimento (alta de 114%), de seguros (+133%), tomada de crédito (+47%), transferências, DOCs e TEDs (+43%), depósitos virtuais (+327%) e pagamento de contas (+39%).

A consequência, segundo o especialista, é o desaparecimento progressivo da maioria das agências e das ocupações destinadas ao atendimento do público. “Por outro lado, eles [os bancos] investem na área da tecnologia da informação, inclusive contratando novos profissionais, que não são bancários, para

AGÊNCIAS NA BAHIA

● BANCO DO BRASIL

2018 288

2019 261

2020 260

2021 245

● CAIXA

2018 215

2019 2014

2020 2013

2021 2013

● BRADESCO

2018 299

2019 288

2020 242

2021 241

● ITAÚ

2018 94

2019 86

2020 79

2021 78

● SANTANDER

2018 53

2019 55

2020 56

2021 49

● BANCO DO NE

2018 61

2019 59

2020 59

2021 59

● OUTROS

2018 18

2019 18

2020 16

2021 16



atuar nesse processo de digitalização”, acrescenta.

CLIENTES

Quem sai prejudicado é quem opta pelo modelo tradicional de atendimento. Normalmente, segundo Edval Landulfo, são pessoas idosas ou com menor grau de escolaridade. No caso de Aramari, até o dia 17, a população passa por treinamento para usar apenas o internet banking. Depois disso, quem precisar do serviço presencial terá que se deslocar para Alagoinhas, localizada a 11 quilômetros de distância.

“Em março de 2015, a agência da cidade chegou a ser explodida e as pessoas tiveram que ir para Alagoinhas sacar dinheiro. Ficaram sujeitas aos assaltos constantes e acidentes que ocorriam no percurso. São muitos idosos, aposentados e pensionistas que terão que fazer essa viagem. Sem contar naqueles que passarão a comprar o que precisa em Alagoinhas, algo que impacta de forma direta no comércio do município”, analisa o economista.

Em nota divulgada em suas redes sociais, o prefeito de Aramari, Fidel Dantas (PP), lamentou a decisão do BB, que ele classificou como ‘absurda e equivocada’. “A estratégia do banco desconsidera todo o esforço histórico do município para implantação e manutenção da agência. Desconsidera toda a popula-

ção aramariense, correntistas, aposentados, pensionistas, funcionários públicos e comércio local. Mesmo sendo uma unidade viável e lucrativa”, escreveu.

MAIS FILAS

Na prática, o fechamento de agências bancárias não afeta apenas idosos ou pessoas sem acesso à tecnologia. O estudante Pedro Paiva tem apenas 17 anos e já sofre com essa realidade. “Tinha três agências do Bradesco na Avenida 7 [de Setembro, em Salvador]. Primeiro fecharam a minha e me jogaram para a agência Mercês. Logo depois fecharam também essa e realocaram para uma nova agência no mesmo bairro”, lembra. Tudo isso aconteceu sem a opção de escolha para o rapaz, que precisava ir presencialmente no banco antes do começo da pandemia.

“Depois das mudanças, passei a resolver tudo por internet banking. Quando vou, ainda é para lidar com chave de segurança do Bradesco, que sempre dá problema. Mas como juntaram clientes de três agências em uma só, estou pegando mais filas, que chegam a ficar fora da agência nos dias de pagamento”.

As longas filas é justamente o que Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, usa como argumento para rebater quem defende o fechamento das agências. “Se por um lado

Se por um lado aumentou a capacidade de fazer transações eletrônicas, as filas nas agências continuam imensas Augusto Vasconcelos

Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia

NARA GENTIL



Abrir ou fechar agências é decisão da empresa

A decisão de abrir ou fechar um posto de atendimento é tomada pelos bancos individualmente, com base na respectiva estratégia de negócio, afirma a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). “De acordo com a última edição da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária, o número de agências em operação no Brasil tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Na comparação entre 2018 e 2019, último dado disponível, houve crescimento no total de postos de atendimento: de 37,8 milhões para 38,2 milhões”, disse a entidade, em nota.

A federação também afirma não ter dados regionais. “Os bancos estão adequando suas estruturas à nova realidade do mercado, em que a utilização dos canais digitais de atendimento vem ganhando espaço em detrimento dos canais físicos e presenciais”, acrescenta o texto da nota.

Já o Banco do Brasil argumenta que avalia constantemente suas unidades de negócios em relação ao desempenho financeiro, o potencial de negócios, o volume de utilização pelos clientes, a proximidade com outros pontos do BB e as características dos imóveis. “O objetivo é trazer mais eficiência à rede de atendimento do banco, propiciando recursos para abertura das unidades de atendimento especializadas e buscando melhorar a experiência do cliente. (...) Os bancos têm recomendado fortemente aos seus clientes que, durante o período da pandemia, busquem atendimento pelos canais digitais”, informa a instituição.

O Bradesco, por sua vez, também afirmou que passa por uma reestruturação da rede de agências, que prevê a implantação de um novo modelo de atendimento. “As agências fechadas serão direcionadas para a Unidade de Negócios, novo modelo de atendimento, que preza pelo relacionamento com os clientes atendendo-os em todas as necessidades de negócios”, diz o banco.

O Itaú explicou que a redução das unidades físicas é um reposicionamento da rede que converge com o aumento da procura por atendimento em outros canais, como internet, celular e agências digitais.

Já o Santander afirma que está em expansão na Bahia.

aumentou a capacidade de fazer transações eletrônicas, ao mesmo tempo, as filas nas agências continuam imensas. Isso revela a necessidade de ter agências físicas para atender a população, especialmente idosos e os mais pobres, que dependem fundamentalmente do atendimento presencial”, afirma.

Para o sindicato, o que está causando o fechamento das agências é explicado por outras razões: “Um aspecto é o do oligopólio. Vários bancos passaram por fusões. Hoje, cinco instituições detêm 85% dos ativos do sistema financeiro. Além disso, a gente tem um processo de desmonte dos bancos públicos. Banco do Brasil e Caixa, em especial, enfrentam redução de agências. E isso tem impacto brutal nos empregos e economia dos municípios que sofrem com esse fechamento”.

Segundo a União dos Municípios da Bahia (UPB), pelo menos 26 cidades baianas serão prejudicadas com a reestruturação do BB. “Perderão a única agência e sua capacidade de operacionalização de crédito”, lamentou Isaac Newton Carneiro, coordenador jurídico da entidade, em reunião ocorrida em abril entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM), associações municipalistas e João Rabelo Jr., vice-presidente de Agro e Governo do BB.

COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

O Banco do Brasil já fechou 15 agências na Bahia somente no primeiro trimestre de 2021, dizem dados do BC

63% das operações bancárias feitas no Brasil atualmente são por meio digital, diz a Febraban

Demissão de bancário vai parar na Justiça

O bancário Agnaldo Souza de Santana, 54 anos, trabalhava desde 1986 no banco Mercantil do Brasil, cuja agência funcionava na avenida Tancredo Neves, em Salvador. A demissão do trabalhador que já contava 35 anos de casa foi definida como ‘surpreendente’ e acabou na Justiça.

“O ano passado foi um pesadelo total”, classifica o bancário. “A gente acha que adquire uma certa estabilidade depois de tanto tempo de empresa, mas é uma mera ilusão. Eu trabalhava com clientes de ponta da plataforma bancária e acabei sendo demitido. Com a economia ruim, tudo fica mais complexo”, acrescenta.

De acordo com Agnaldo, existia um pacto dos bancos com a Febraban para que estes não fizessem demissões no período de crise sanitária. No entanto, o Mercantil do Brasil teria quebrado o acordo, o que fez com que o bancário recorresse às vias legais para tentar recuperar seu posto. O caso está em andamento na Justiça e Agnaldo conta com o apoio jurídico do Sindicato dos Bancários.

Ainda segundo o sindicato, entre 2019 e 2020, os bancos baianos eliminaram quase 600 postos de trabalho. Foram 282 bancários demitidos em 2019, e outros 307, em 2020.

“Eu fui pego de surpresa e tudo fica ainda mais difícil pois nós não conseguimos nos recolocar no mercado. Quando o banco te demite, ele não te indica para outra empresa. O bancário é visto como mero número, ainda mais nessa categoria nos dias atuais. Com 54 anos, o mercado te exclui. Hoje só entram no banco pessoas com até 25 anos”, lamenta Agnaldo Souza.

Com 54 anos, o mercado te exclui. Hoje só entram no banco pessoas com até 25 anos Agnaldo Souza de Santana

Bancário que atuava no Mercantil por 35 anos, demitido em 2020

OEC entrega obras de R\$ 1,4 bi em aeroporto e porto de Miami

INTERNACIONAL A OEC acaba de entregar duas importantes obras de infraestrutura em transporte e logística em Miami, na Flórida (EUA). No Miami International Airport, foram realizadas melhorias no setor de passageiros, com novas estruturas para a movimentação de bagagens. No Porto de Miami, uma nova estrutura para o uso de guindastes aumentará em 40% a capacidade de movimentação e armazenamento de contêineres. Juntas, as duas obras representaram investimentos de US\$ 256 milhões (R\$ 1,4 bilhão) realizados pela cidade norte-americana. Inaugurado em 1928, o aeroporto é um dos principais pontos de conexões para o Sudeste dos EUA e entre o país e a América do Sul. Em virtude das atrações turísticas e do crescimento econômico local, o Miami International Airport se tornou um dos maiores hubs de companhias aéreas dos Estados Unidos. O fluxo de passageiros era de 45 milhões de pessoas por ano antes da pandemia.

A brasileira OEC vem realizando obras de ampliação e modernização no aeroporto desde 1991. Agora, acaba de completar a construção de novo sistema de despacho e recepção de bagagens. Entre outras ampliações e renovações da OEC no local, está a construção dos Terminais Norte e Sul. Também na cidade norte-americana, a OEC foi responsável pelas estruturas para o Metro-mover, sistema de veículo leve sobre trilhos que se conecta aos sistemas de metrô (Metrorail) e ônibus da cidade (Metrobus).

Já o porto da cidade (Port of Miami), conhecido como Porto das Américas, é um dos maiores do mundo e um dos mais importan-

tes no território americano, com cerca de 9 milhões de toneladas de carga e 4 milhões de passageiros por ano. Essa movimentação representa a circulação de cerca de US\$ 12 bilhões/ano. O Port of Miami possui treze estaleiros para contêineres e cargas e seis guindastes.

Lá, a OEC entregou uma estrutura que permite o uso de um modelo de guindaste mais moderno, com capacidade de movimentação de contêineres em velocidade 40% maior que os tradicionais, além da revitalização de um espaço de 81 mil metros quadrados. No local, devem ser construídos dois novos terminais para receber navios de cruzeiros, ampliando a capacidade de atração turística da região. Neste projeto, a companhia vai preparar o local receber novos terminais.

No final de 2020 a OEC entregou as obras da rodovia MDX SR 836 Dolphin Expressway, composta por seis vias de duplo sentido que cortam a cidade no sentido leste-oeste. A rodovia é uma importante rota de transporte de mercadorias e pes-



OEC foi responsável por reforçar estruturas para guindastes no porto

45 milhões de pessoas passavam por aeroporto de Miami antes da pandemia

40% é o aumento em movimento de cargas no porto

soas, conectando a cidade, o Aeroporto Internacional de Miami e o porto, facilitando o transporte de mercadorias entre os dois modais. A intervenção ao longo de 9,5 quilômetros contemplou a construção de duas novas pistas em ambos os sentidos, pavimentação das vias, construção de 30 pontes, paredes de contenção do som e rampas de acesso, além de sistemas de iluminação e monitoramento inteligente de tráfego, drenagem do solo, paisagismo, entre outros itens.

O CEO da companhia, Marco Siqueira, classificou as novas entregas nos EUA como elemento de orgulho e motivação por destacar mais uma vez a construtora na

maior economia mundial. "Em 2021 completamos 30 anos de atuação nos Estados Unidos e pretendemos seguir trabalhando novas oportunidades nesse mercado, que representa uma parte importante da nossa história", afirma, lembrando ainda que as perspectivas são positivas em virtude dos planos de investimento em infraestrutura lançado pelo governo norte-americano.

As colaborações da OEC em Miami remontam aos anos 90. No início da década, em 1991, a construtora começou as obras do Metro-mover e se tornou a primeira empresa brasileira a realizar uma obra pública nos EUA. A partir daí, já concluiu mais de 50 projetos no país.

NOOG

DISTRIBUIDORA

(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723

(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881

UNIVERSO DAS TELHAS



DIVIDIMOS EM ATÉ

12X

EM ATÉ

4X SEM JUROS

EM TODO O ESTADO DA BAHIA

CONTAS PÚBLICAS

4,981 BI

de reais foi o saldo positivo nas contas do setor público brasileiro, formado por União, estados e municípios. Este foi o melhor resultado para o mês desde março de 2012, quando chegou a R\$ 10,4 bilhões, de acordo com os dados que foram divulgados nesta sexta-feira (30) pelo Banco Central (BC).

BRASIL TEM MAIS DE 14 MILHÕES DE DESEMPREGADOS

RECORDE O desemprego no Brasil atingiu 14,4% no trimestre encerrado em fevereiro, segundo divulgou nesta sexta-feira (30) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o número de desempregados foi estimado em 14,4 milhões, um recorde da série histórica iniciada em 2012. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad). No levantamento anterior, referente ao trimestre encerrado em janeiro, a taxa de desemprego estava em 14,2%, atingindo 14,3 milhões de brasileiros. A taxa de desemprego de 14,4% é a segunda maior da série histórica da pesquisa, ficando atrás somente da registrada no trimestre encerrado em setembro de 2020. O IBGE considera desempregado apenas o trabalhador que efetivamente procurou emprego nos últimos 30 dias.

PETROBRAS ANUNCIA REDUÇÃO EM PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

CUSTO DE VIDA A Petrobrás anunciou nesta sexta-feira (30) a redução de cerca de 2% nos preços da gasolina e do diesel nas suas refinarias, com queda de R\$ 0,0529 e R\$ 0,0556 por litro, informou a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). O reajuste, válido a partir deste sábado, acontece no mesmo dia do fim da isenção do PIS/Cofins do diesel e em meio a grande volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional. É a primeira alteração nos preços dos combustíveis desde que o general do Exército Joaquim Silva e Luna tomou posse na presidência da Petrobrás, no lugar de Roberto Castello Branco, no último dia 19. O militar chegou com o desafio de conduzir a política de preços dos combustíveis, motivo do desentendimento entre o ex-presidente da estatal e Jair Bolsonaro.

Tribuna

‘Tenho que lutar dez vezes mais do que pensei’

Guedes reconhece que a aderência ao seu plano de trabalho é menor que imaginava

O GLOBO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma medir em percentual o apoio de Jair Bolsonaro à agenda liberal. Nas eleições de 2018, era 100%. Depois, passou para 99% — e, aos poucos, essa taxa foi caindo. Até que, agora, está em 65%, embora nos momentos mais críticos o presidente tenha bancado o seu Posto Ipiranga no cargo.

Em entrevista ao GLOBO, Guedes reconhece que a aderência ao seu plano de trabalho em Brasília é menor que imaginava. “Estou tendo que lutar dez vezes mais do que eu pensei que fosse lutar”, afirma o ministro.

Apesar disso, ele diz que não pensa em desistir. “Eu tenho um senso de respon-

sabilidade muito grande”, afirma. E garante que não ficará só na defensiva — quer partir para o ataque com a sua equipe, colocando em prática medidas para reduzir o desemprego e a pobreza.

Guedes entrou na mira de senadores opositores da CPI da Covid-19. Para ele, a comissão parlamentar de inquérito faz parte do jogo democrático, mas pode atrapalhar o andamento das reformas no Congresso.

Nesta entrevista, o ministro também antecipou medidas para incentivar a geração de empregos no país e criticou o questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da autonomia do Banco Central.

Como o senhor vê o andamento da agenda econômica?

Eu tinha três hipóteses

quando eu vim para cá. Uma, que o presidente ia apoiar o programa de uma aliança de conservadores e liberais. O presidente ia apoiar o programa liberal na economia. O presidente mesmo brinca que já foi 99%, agora é 97%, ele fala. Ai eu brinco: “Não, presidente, o senhor está em 65%”. A segunda hipótese é que temos um Congresso reformista, que ia nos ajudar a fazer as reformas. E não era só o Congresso. É o Congresso, o Supremo e a mídia, que era a minha terceira

Como o seu trabalho se adapta a esse processo de reavaliação?

Na nossa democracia, eu continuo apostando. Eu só estou recalibrando. Eu tinha uma fé um pouco ingênua de que tudo seria muito mais rápido e de que as transformações seriam muito mais profundas. Eu



estou só recalibrando tudo um pouquinho para baixo, mas sem mudar em nada a direção, a esperança. Só está me dando mais resiliência. Estou tendo que lutar dez vezes mais do que eu pensei que fosse lutar. Porque a aderência é um pouco menor do que eu pensei. Mas sem reclamação. É a democracia. Nas horas críticas, o presidente sempre

nos apoiou. E o Congresso reformista tem nos ajudado também. Eu acredito na dinâmica de uma grande sociedade aberta.

Mas por que a aderência é menor?

No capítulo um, o presidente está atento a dimensões políticas que arrefecem os impulsos de transformação. Você quer fazer uma trans-

formação rápida, privatizar rapidamente. (Alguém diz) “Espera aí, tem um efeito político, uma reclamação aqui, outra ali”. Isso não é uma reclamação. É um reconhecimento de que quem manda é a política. E não é só o presidente. Eu, por exemplo, parti para uma reforma que teria capitalização na Previdência, e o Congresso disse “não”.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 03/05/2021	Página: 09

Tribuna

Rui entrega 10 novos leitos de UTI em Bom Jesus da Lapa

O governador Rui Costa visitou o município de Bom Jesus da Lapa, no último sábado (1º), para inaugurar a ampliação do Hospital Municipal Carmela Dutra. Foram entregues 10 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que envolveram um investimento de mais de R\$ 3,8 milhões. Os novos leitos já começam a receber pacientes na próxima segunda-feira (3) e, inicialmente, serão voltados para o atendimento de pacientes diagnosticados com a covid-19.

“No Dia do Trabalho, um sábado, eu não podia estar fazendo outra coisa senão trabalhando. São 10 leitos de UTI adulto, que já começam a funcionar na segunda-feira, atendendo, neste momento de crise, pacientes com covid-19. Estamos finalizando mais 10 leitos de UTI neona-

tal. E, em breve, também teremos a policlínica regional em Santa Maria da Vitória e vamos começar a ampliação do hospital de Ibotirama. Estamos colocando o tratamento de câncer e de cardiologia em Barreiras. Abrimos 20 leitos de UTI no hospital de Barra. Enfim, estamos promovendo uma transformação em toda a região oeste”, afirmou Rui.

Além da implantação dos leitos de UTI neonatal, as intervenções no Hospital Municipal Carmela Dutra contemplam a construção de um Centro de Imagem. O governador também visitou a nova Unidade de Imagem, que recebe recursos do Governo do Estado. Esses investimentos na área de saúde em Bom Jesus da Lapa envolvem investimentos da ordem de R\$ 7 milhões.

Tribuna

Mortes por Covid caem 12% entre março e abril

Bahia encerrou abril com 3.006 mortes pela doença, número inferior a março, que teve 3.416 óbitos

YURI ABREU
REPORTER

Entre os meses de março e abril, a Bahia teve queda na quantidade de mortes por covid-19, exatamente no sentido oposto do que ocorreu no Brasil, quando o quarto mês do ano foi considerado o mais letal, com 82.401 falecimentos pela doença, superando o mês anterior, quando tinham sido registrados 66.868 pacientes que perderam a batalha para a enfermidade.

O mês de março ainda é o considerado mais mortal pelo novo coronavírus, quando o estado bateu a marca de 3.416 óbitos registrados pela Secretaria estadual de Saúde (Sesab). No 1º dia do referido mês, o Estado tinha consolidados 11.913 falecimentos, contados desde o início da pandemia. No dia 31, o último de

março, o número chegou a 15.329.

Entre os municípios, Salvador ocupou o primeiro lugar, com 1.159 mortes. Além da capital baiana, houve registros de óbitos em outros 330 municípios da Bahia (79,38% dos 417 municípios do estado). A faixa etária mais afetada, no período, foi a que tinha entre 60 e 80 anos ou mais. A taxa de letalidade, no período, foi de 2,93% e, entre os que perderam a vida, 58% dos pacientes tinham comorbidades das mais diversas.

Já em abril, o número de mortes pela covid-19 foi de 3.006, 12% a menos do que o visto em março. No dia 1º, a Bahia tinha, consolidados, 15.471 óbitos desde março de 2020, quando a pandemia teve início no estado. Na última sexta-feira, dia 30, o total havia chegado a 18.477: uma elevação de 18,4%. Os dados constam na plataforma Business Intelligence, da Sesab.



Fotos: Reginaldo Ipê

CHEGADA Março ainda é considerado mais mortal pelo novo coronavírus, quando o estado bateu a marca de 3.416 óbitos registrados pela Sesab

Quando o foco são as cidades, Salvador também ocupou a primeira posição

em abril, com 943 mortes – 30,4% do registrado no estado e 8,02% menor do

que o registrado em março, na capital baiana. Houve registros de óbitos também

em outros 337 municípios da Bahia (81,06% das 417 cidades da Bahia). A faixa etária mais afetada, no período, foi a que tinha entre 60 e 79 anos. A taxa de letalidade, no período, foi de 3,24% e, entre os que perderam a vida, 51% dos pacientes tinham comorbidades.

Ontem (2), de acordo com a Sesab, foram notificados 2.008 novos casos do novo coronavírus em toda a Bahia. O número de óbitos foi de 80, sendo 33 em Salvador (42,3% do total). O órgão estadual registrou outros 2.378 pacientes curados da doença e outros 1.972 casos suspeitos estão sob investigação. Com relação à ocupação dos leitos, 79% referentes aos de UTI Adulto tinham pacientes. Quanto aos de enfermagem adulta, a taxa era de 64%. Em Salvador, conforme a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), os índices eram de, respectivamente, 72% e 69%, neste domingo.

Tribuna

Salvador é destaque em jornal suíço por agilidade na vacinação

O processo de imunização em Salvador ganhou destaque na edição mais importante jornal da Suíça, o NZZ. A capital, que é referência em vacinação no país, imunizou 543.348 pessoas, com pelo menos a primeira dose, até o fim da tarde de ontem (2).

CONFIRA :

Em Salvador você não tem a sensação de estar no Brasil neste momento, onde mais de 3.000 pessoas morrem de Covid-19 todos os dias e mais de 400.000 mortes são contabilizadas. São inúmeros os postos de vacinação na cidade de 3 milhões de pessoas. De escolas a rodoviárias, em bairros pobres e de classe média, você pode ver as pessoas esperando pacientemente pelas vacinas em todos os lugares. O departamento de saúde pública usa aplicativos para descobrir onde as filas são mais curtas. Todos os residentes com mais de 60 anos são vacinados, incluindo muitos mais jovens com doenças. O estado da Bahia, cuja capital é Salvador, também surpreende com o sucesso de seu sistema de saúde. Ele faz parte do pobre nordeste do Brasil. Aqui, por exemplo, todos os povos indígenas



para os quais o coronavírus pode rapidamente se tornar fatal já foram vacinados. As autoridades mantêm ELVIRA A informada sobre todos os detalhes da Internet.

As autoridades mantêm você informado sobre cada detalhe da campanha de vacinação na Internet. Em comparação, as informações das autoridades de saúde da Europa Central parecem completamente desatualizadas. Tanto o governador da Bahia quanto o prefeito de Salvador

não fazem parte do acampamento do presidente Jair Bolsonaro. Não é por acaso, porque nos estados governados pela oposição a epidemia é menos dramática. Em contrapartida, onde os responsáveis são próximos do presidente e não levam o vírus a sério, aumenta o número de infecções e mortes. Como na metrópole amazônica de Manaus ou no sul do Brasil, por exemplo. O Brasil só começou a vacinar em janeiro, mas 13,3% da popula-

ção já recebeu a primeira dose, enquanto na Suíça, com 19,7%, não é significativamente mais. O Brasil atualmente vacina mais de um milhão de pessoas por dia. A razão para essa conquista impressionante é o sistema de saúde. Os cuidados de saúde são gratuitos para os mais de 210 milhões de habitantes. O país tem dois institutos tropicais que produzem as próprias vacinas AstraZeneca e CoronaVac. O Brasil pode fazer Corona - se quiser.

[BNDES tem na fila mais cinco leilões de saneamento para serem efetivados](#)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Cinco novos leilões do setor de saneamento estão na fila do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para serem realizados até o primeiro semestre do ano que vem. No total, são R\$ 17 bilhões de investimentos para universalizar e modernizar os serviços de água e esgoto para 10,4 milhões de pessoas.

De acordo com a agência Broadcast/Estadão, cada licitação vai seguir um modelo diferente, dependendo da área. Algumas serão feitas por meio de concessão plena, que inclui produção e distribuição de água e esgoto, outras serão feitas por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) de esgoto ou a concessão apenas da distribuição - como foi o caso da Cedae, leiloada nesta sexta-feira (30), na B3, e considerada um sucesso pelos especialistas.

Pelo cronograma do BNDES, três leilões devem ocorrer ainda neste ano, no segundo semestre: São eles: Amapá (R\$ 3 bilhões de investimentos), Porto Alegre (R\$ 2,17 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 3 bilhões). Alagoas e Ceará ficam para o próximo ano. O Estado de Minas Gerais também iniciou o processo de estudo com o banco de fomento, mas ainda não tem previsão para leilão.

O banco está em negociações ainda para fazer a modelagem dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rondônia. 'Não vai faltar investimento no setor', diz o chefe do Departamento de Desestatização e Estruturação de Projetos do BNDES, Guilherme Albuquerque. Segundo ele, os governadores precisam de bons exemplos, como foi Maceió e Cedae, para aderir às concessões.

Atualmente, o setor privado está presente em 7% dos municípios brasileiros e atende 30 milhões de pessoas. A expectativa é que essa participação dobre com as **licitações** em andamento. Em 10 anos, essa fatia pode alcançar entre 40% e 50%, segundo cálculos do mercado.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Licitações | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP

Economia Contas públicas têm superávit de R\$ 4,981 bilhões em março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As contas públicas registraram saldo positivo em março deste ano diante da melhora na **arrecadação** e redução de despesas. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou superávit primário de R\$ 4,981 bilhões no mês passado, o melhor resultado para o mês desde março de 2012, quando chegou a R\$ 10,4 bilhões.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (30) pelo Banco Central (BC). O resultado superou o déficit primário de R\$ 23,655 bilhões de março de 2020, segundo a Agência Brasil.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacou que este é o último mês de comparação interanual em que não há impacto das despesas extraordinárias do combate a pandemia. 'A partir de abril de 2020, os gastos começaram a aparecer de forma significativa nas estatísticas fiscais. Naquele mês, o resultado foi deficitário em R\$ 94 bilhões',

explicou.

Em 12 meses, encerrados em março, as contas acumulam déficit primário de R\$ 663,084 bilhões, o que corresponde a 8,79% do **Produto Interno Bruto (PIB)**, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Em dezembro, essa porcentagem era de 9,44% (R\$ 702,950 bilhões) e, segundo Rocha, deve continuar diminuindo gradualmente à medida que o ano for passando e a janela de 12 meses excluir os meses que concentraram os déficits causados pela pandemia, de abril a dezembro de 2020. Ainda assim, o resultado ainda é elevado.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas) desconsiderando o pagamento dos juros da **dívida pública**. No ano, entretanto, de janeiro a março, há superávit de R\$ 51,586 bilhões, em grande parte em razão do superávit primário de R\$ 58,375 bilhões de janeiro, que é um mês que tem características sazonais de freio nas despesas públicas. É o melhor resultado para o primeiro trimestre da série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2001.

A meta para este ano, definida no Orçamento Geral da União, é de déficit primário de R\$ 251,1 bilhões para o setor público consolidado. Em 2020, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário recorde de R\$ 702,950 bilhões, 9,49% do **PIB**. Foi o sétimo ano consecutivo de resultados negativos nas contas do setor público.

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou

superávit primário de R\$ 3,938 bilhões ante o déficit R\$ 21,380 bilhões de março de 2020. O montante difere do resultado divulgado ontem (29) pelo Tesouro Nacional, de superávit de R\$ 2,101 bilhões em março, porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

De acordo com Rocha, houve aumento real na receita líquida do Governo Central, em torno de 20%, e redução real das despesas, em 3%. As receitas, segundo ele, estão disseminadas em rubricas como Imposto de Renda, Cofins e **arrecadação** previdenciária.

Os governos estaduais também contribuíram para o resultado positivo no mês passado e registraram superávit de R\$ 957 milhões, antes déficit de R\$ 1,420 bilhão em março de 2020. Os governos municipais também anotaram superávit de R\$ 139 milhões em março deste ano. No mesmo mês de 2020, o déficit foi de R\$ 1,260 bilhão para esses entes.

Da mesma forma, houve melhora na **arrecadação** desses, principalmente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**), além do aumento nas transferências regulares do governo federal no âmbito do compartilhamento de impostos e outras normas federativas, fruto natural do aumento da **arrecadação**.

Já as empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, tiveram déficit primário de R\$ 53 milhões no mês passado.

No caso dos gastos com juros também houve uma

melhora e ficaram em R\$ 49,510 bilhões em março, contra R\$ 56,044 bilhões no mesmo mês de 2020. De acordo com Rocha, essa despesa tende a ser estável e diversos fatores contribuíram para melhorar esse resultado.

Houve crescimento nas despesas influenciado pela elevação dos índices de preços, em especial a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, houve aumento do estoque da dívida, montante sobre o qual incidem os juros.

No sentido contrário, houve uma contribuição positiva na conta pela influência das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro). Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da **dívida pública**, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas. Segundo Rocha, em março deste ano, as perdas foram menores com swap, de R\$ 16,6 bilhões. Já em março do ano passado, as perdas foram de R\$ 31,3 bilhões.

Em março, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e os gastos com juros ficou em R\$ 44,528 bilhões, contra o resultado negativo de R\$ 79,699 bilhões em igual mês de 2020. Em 12 meses, acumula R\$ 973,009 bilhões, ou 12,89% do **PIB**. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador levado em consideração por investidores.

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 4,622 trilhões em março, o que corresponde 61,3% do **PIB**. Em fevereiro, o percentual

da dívida líquida em relação ao **PIB** estava em 61,6%.

A diminuição tem como principal fator a desvalorização cambial de 3% que ocorreu no período. A **dívida pública** cai quando há alta do dólar, porque as reservas internacionais, o principal ativo do país, são feitas de moeda estrangeira. Também houve redução de 1,4 ponto percentual em relação ao resultado de dezembro de 2020, quando a dívida líquida chegou a 62,7% do **PIB**, o recorde histórico.

Em março de 2021, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 6,721 trilhões ou 89,1% do **PIB**, contra 90% (R\$ 6,744 trilhões) no mês anterior, quando a dívida bruta chegou no maior percentual da série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2006.

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - PIB - Produto Interno Bruto | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS, Dívida Pública

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 01/05/2021	Caderno: Economia



PREÇO MÉDIO DO GÁS NATURAL SOBE 3% HOJE NA BAHIA



1 Maio, 2021

O gás natural veicular (GNV), vendido pela Bahiagás, terá reajuste médio de 35,5% para o setor automotivo, a partir deste sábado (1º), conforme a resolução nº 22 de 29/04/2021 da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA), publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (30). O aumento é motivado pelo reajuste da Petrobras de 39% no preço de aquisição do produto.

O reajuste é previsto em contratos de venda do gás, com cláusulas que consideram o preço de referência do petróleo e o câmbio, indicadores que vêm tendo alta desde 2020, pressionando a inflação no Brasil.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/04/2021	Caderno: Economia



PETROBRAS REDUZ PREÇOS DO DIESEL E DA GASOLINA



30 Abril, 2021

A Petrobras informou nesta sexta-feira (30) que vai reduzir o preço médio do litro do diesel e da gasolina nas refinarias a partir deste sábado (1^o). Os preços médios nas refinarias serão de R\$ 2,59 por litro para a gasolina (queda de 1,9% ou redução de 5 centavos) e de R\$ 2,71 por litro para o diesel (queda de 1,8% ou redução de 6 centavos por litro).

Segundo o G1, apesar da redução dos preços a partir deste sábado, os combustíveis acumulam forte aumento no ano. Na parcial de 2021, a gasolina subiu 40,7% nas refinarias e o diesel aumentou 34,1%. Em dezembro, o litro da gasolina custava em média R\$ 1,84. Já o do diesel saía a R\$ 2,02.

Foto: Marcelo Brandt/G1

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/04/2021	Caderno: Economia



CONTAS PÚBLICAS TÊM SUPERÁVIT DE R\$ 4,98 BILHÕES EM MARÇO



30 Abril, 2021

As contas do setor público consolidado registraram superávit primário de R\$ 4,981 bilhões em março, informou o Banco Central nesta sexta-feira (30). Os dados englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais.

Segundo informações do G1, este é o melhor resultado para meses de março desde 2012, ou seja, em nove anos. Em março do ano passado, houve déficit (despesas superaram as receitas) de R\$ 23,655 bilhões.

No mês passado, ainda de acordo com o BC: o governo federal respondeu por um superávit primário de R\$ 3,938 bilhões; os estados e municípios apresentaram um resultado positivo (superávit) de R\$ 1,096 bilhão; as empresas estatais registraram um déficit primário de R\$ 53 milhões.

Foto: Pixabay

Veículo: Bahia.BA	
Data: 01 a 03.04.2021	Caderno: Economia

Publicado em 03/05/2021 às 08h18.

Vilas-Boas pede que integrantes de novos públicos-alvo procurem postos para tomar vacina

Vacinação contra a Covid-19 na Bahia avançou para pessoas com doenças crônicas, deficiência permanente e grávidas: "Temos 1,7 milhão de pessoas nesse grupo"

Rayllanna Lima

Foto: Reprodução/TV Globo

Com a chegada de novas doses de vacinas contra a Covid-19, a Bahia passou a imunizar novos públicos-alvos: pessoas com doenças crônicas, deficiência permanente e grávidas. Para garantir o avanço do plano de imunização no estado, o secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, pediu que os integrantes do novo grupo procurem os postos de saúde para serem imunizados.

“Avançamos muito na vacinação dos idosos e conseguimos agora entrar no terceiro grupo, que são pessoas com doenças, principalmente com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Temos 1,7 milhão de pessoas na Bahia que se enquadram nesse grupo. Precisamos que as pessoas procurem as secretarias imediatamente, para que a gente não tenha uma queda na velocidade de vacinação”, disse nesta segunda-feira (3), em entrevista ao Jornal da Manhã, da TV Bahia.

Vilas-Boas detalhou um pouco da estratégia adotada pelo governo estadual, que tem como foco alcançar novos públicos prioritários até chegar aos jovens de 18 anos. “A recomendação é que os Municípios vacinem essas pessoas com base em faixas etárias, de forma regressiva. Ou seja, vamos vacinar primeiro os hipertensos entre 55 e 59 anos. Daqui uma semana, se já houver avanço importante, baixa para 50 e 54 anos, até chegar aos 40 anos. Quando chegarmos aos 40 anos, vamos pegar os professores, os seguranças, trabalhadores de limpeza, metroviários e rodoviários, esse grupo que está sendo vacinado de 40 anos para

cima vai se juntar com os portadores de doenças crônicas e vamos todos juntos de mãos dadas caminhando até os 18 anos”, afirmou.

O secretário também comentou sobre a [chegada](#) de novas doses de vacinas nesta segunda-feira. Um avião com 405 mil doses da Oxford/AstraZeneca e 26,9 mil doses da Pfizer/BioNTech deve desembarcar no aeroporto de Salvador às 9h45. Será o primeiro lote que o estado recebe o imunizante da Pfizer, que precisa de ultracongeladores e que possui um intervalo de três meses da aplicação da primeira para a segunda dose. “Vacina completamente diferente das demais. São vacinas desenvolvidas com plataforma de engenharia genética que usa segmento do código genético do vírus, esse seguimento funciona como um vírus de computador que infecta a nossa célula muscular. A gente engana o sistema imune da pessoa, que passa a entender como se tivesse vírus. É objeto de cuidado para pessoas alérgicas”, alertou Vilas-Boa

Vacinação contra a Covid-19 na Bahia avançou para pessoas com doenças crônicas, deficiência permanente e grávidas: "Temos 1,7 milhão de pessoas nesse grupo"

Rayllanna Lima

Foto: Reprodução/TV Globo

Com a chegada de novas doses de vacinas contra a Covid-19, a Bahia passou a imunizar novos públicos-alvos: pessoas com doenças crônicas, deficiência permanente e grávidas. Para garantir o avanço do plano de imunização no estado, o secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, pediu que os integrantes do novo grupo procurem os postos de saúde para serem imunizados.

“Avançamos muito na vacinação dos idosos e conseguimos agora entrar no terceiro grupo, que são pessoas com doenças, principalmente com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Temos 1,7 milhão de pessoas na Bahia que se enquadram nesse grupo. Precisamos que as pessoas procurem as secretarias imediatamente, para que a gente não tenha uma queda na velocidade de vacinação”, disse nesta segunda-feira (3), em entrevista ao Jornal da Manhã, da TV Bahia.

Vilas-Boas detalhou um pouco da estratégia adotada pelo governo estadual, que tem como foco alcançar novos públicos prioritários até chegar aos jovens de 18 anos. “A recomendação é que os Municípios vacinem essas pessoas com base em faixas etárias, de forma regressiva. Ou seja, vamos vacinar primeiro os hipertensos entre 55 e 59 anos. Daqui uma semana, se já houver avanço importante, baixa para 50 e 54 anos, até chegar aos 40 anos. Quando chegarmos aos 40 anos, vamos pegar os professores, os seguranças, trabalhadores de limpeza, metroviários e rodoviários, esse grupo que está sendo vacinado de 40 anos para

cima vai se juntar com os portadores de doenças crônicas e vamos todos juntos de mãos dadas caminhando até os 18 anos”, afirmou.

O secretário também comentou sobre a [chegada](#) de novas doses de vacinas nesta segunda-feira. Um avião com 405 mil doses da Oxford/AstraZeneca e 26,9 mil doses da Pfizer/BioNTech deve desembarcar no aeroporto de Salvador às 9h45. Será o primeiro lote que o estado recebe o imunizante da Pfizer, que precisa de ultracongeladores e que possui um intervalo de três meses da aplicação da primeira para a segunda dose. “Vacina completamente diferente das demais. São vacinas desenvolvidas com plataforma de engenharia genética que usa segmento do código genético do vírus, esse seguimento funciona como um vírus de computador que infecta a nossa célula muscular. A gente engana o sistema imune da pessoa, que passa a entender como se tivesse vírus. É objeto de cuidado para pessoas alérgicas”, alertou Vilas-Boa

Veículo: Gov Bahia	
Data: 30/04/2021	



Bolsa Presença movimentou a economia baiana e impulsiona comércio local

30 abril 2021



Foto: Divulgação

As famílias dos estudantes matriculados na rede estadual de ensino, inscritas no CadÚnico e em condição de vulnerabilidade socioeconômica, já estão fazendo compras com o cartão do programa Bolsa Presença. A iniciativa deverá beneficiar cerca de 311 mil famílias e alcançar 357 mil estudantes da rede estadual de ensino. Cada família receberá R\$ 150 por mês, durante seis meses, totalizando um investimento com recursos próprios do Estado de R\$ 280 milhões, que já começaram a movimentar a economia em toda a Bahia.

A iniciativa do Governo da Bahia visa evitar o abandono escolar e contribuir para fortalecer o vínculo com a escola e o processo de ensino e aprendizagem.

O primeiro crédito de R\$ 150 já se encontra disponível nos cartões da bandeira Alelo desde a última terça-feira (27). Com o valor, os beneficiados estão comprando alimentos e materiais de limpeza em supermercados e remédios em farmácias ou utilizando em outras necessidades da família ou do estudante, a exemplo da compra de materiais didáticos.

No município de Cordeiros, com a primeira parcela do Bolsa Presença, João Aparecido Miranda, pai do estudante Adenilson Miranda, que cursa o 2º ano no Colégio Estadual José Moreira Cordeiro, já fez as compras para toda a família em um supermercado perto de sua casa. “Neste momento de pandemia que nós estamos passando, este benefício e o vale-alimentação que meu filho já vem recebendo estão sendo de grande importância para a gente, pois ajuda muito nas despesas de casa. Acabei de usar o cartão e comprei vários alimentos, como arroz, feijão, macarrão e outros”, afirmou.

O proprietário do supermercado onde João realizou as compras, Anderson Luiz, já enxerga o impacto efetivo no comércio com as vendas realizadas através do cartão do Bolsa Presença, que é aceito em seu estabelecimento. “Ressalto a importância do benefício do Bolsa Presença para o nosso comércio local, pois o mesmo contribui de forma positiva na economia da nossa cidade e vem melhorando o movimento comercial”, salientou.

Sobre o programa

O benefício do Bolsa Presença é por família, mas o aluno pode acumular com os demais benefícios que recebe, ou seja, os R\$ 55, por parcela, do vale-alimentação estudantil e os R\$ 100 se for monitor do programa Mais Estudo. O Bolsa Presença, o Mais Estudo e o Vale-alimentação Estudantil somam mais de R\$ 410 milhões de recursos próprios do Estado da Bahia.

Além de a família estar cadastrada no CadÚnico, as condições para que o aluno matriculado receba o auxílio Bolsa Presença são: assiduidade nas aulas ministradas pela unidade escolar em que esteja matriculado, com frequência mínima de 75%; participação do estudante e da sua família nas atividades e avaliações escolares; desenvolvimento do projeto de vida e intervenção social; e manutenção atualizada dos dados cadastrais na unidade escolar e no CadÚnico.

Consulta

A Secretaria da Educação do Estado (SEC) disponibilizou um link para a consulta sobre o direito ao Programa Bolsa Presença. A consulta pode ser feita por meio do [sistema SIADIANTE](#), da SEC. Quem não tem acesso à internet poderá ligar para a escola e solicitar a consulta no sistema.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado

Veículo: Gov Bahia	
Data: 01/05/2021	



Governo do Estado entrega 10 novos leitos de UTI em Bom Jesus da Lapa

1 maio 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

O governador Rui Costa visitou o município de Bom Jesus da Lapa, neste sábado (1º), para inaugurar a ampliação do Hospital Municipal Carmela Dutra. Foram entregues 10 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que envolveram um investimento de mais de R\$ 3,8 milhões. Os novos leitos já começam a receber pacientes na próxima segunda-feira (3) e, inicialmente, serão voltados para o atendimento de pacientes diagnosticados com a covid-19.

“No Dia do Trabalho, um sábado, eu não podia estar fazendo outra coisa senão trabalhando. São 10 leitos de UTI adulto, que já começam a funcionar na segunda-feira, atendendo, neste momento de crise, pacientes com covid-19. Estamos finalizando mais 10 leitos de UTI neonatal. E, em breve, também teremos a policlínica regional em Santa Maria da Vitória e vamos começar a ampliação do hospital de Ibotirama. Estamos colocando o tratamento de câncer e de cardiologia em Barreiras. Abrimos 20 leitos de UTI no hospital de Barra. Enfim, estamos promovendo uma transformação em toda a região oeste”, afirmou Rui.

Além da implantação dos leitos de UTI neonatal, as intervenções no Hospital Municipal Carmela Dutra contemplam a construção de uma unidade de hemodiálise. O governador também visitou a nova Unidade de Imagem, que recebe recursos do Governo do Estado. Esses investimentos na área de saúde em Bom Jesus da Lapa envolvem investimentos da ordem de R\$ 7 milhões.

Infraestrutura

Em Bom Jesus da Lapa, Rui ainda visitou as instalações do novo Colégio da Polícia Militar (CPM), que estão em fase de conclusão, e finalizou a agenda com visita às obras do novo aeroporto. “Bom Jesus da Lapa é um grande destino turístico vinculado à questão religiosa e é um compromisso nosso materializar esse novo aeroporto. Também estamos iniciando a obra de um colégio estadual, onde vamos aplicar R\$ 7 milhões para fazer um complexo poliesportivo”, acrescentou.

O secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, destacou a importância do aeroporto para a região. “Estamos fazendo a vistoria no início da pavimentação da pista de mais de 1,600 metros de extensão e 30 de largura. Estamos contratando agora, em maio, a construção do terminal de passageiros. Com o acesso até a BA-161, é um investimento de R\$ 30 milhões, permitindo o desenvolvimento da aviação comercial na região e a expansão do turismo religioso. Devemos concluir essas obras no fim do ano, e o aeroporto estará operacional no início do ano de 2022”.

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Gov Bahia	
Data: 01/05/2021	



Governador cobra mais proatividade da Anvisa para análise da Sputnik

30 abril 2021



Foto: Divulgação

O governador da Bahia, Rui Costa, disse na manhã desta sexta-feira (30) que espera mais proatividade da Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (Anvisa) com relação à análise da vacina russa Sputnik V. Rui sugeriu que a agência brasileira realizasse testes ou buscasse informações técnicas nos mais de 60 países que já aprovaram a aplicação do imunizante em sua população, a exemplo da Argentina e do México. O governador disse que, caso fosse autorizado, vacinaria a população baiana com a Sputnik, incluindo ele mesmo e sua família.

“Não conseguimos entender, lá no ano passado, início da pandemia, quais foram os padrões científicos que a Anvisa usou para entrar na Justiça para impedir estados e municípios de monitorar quem possivelmente estivesse contaminado, nos aeroportos, medindo a temperatura e oferecendo teste de Covid. Me pareceu à época um parâmetro muito mais de defesa da corporação que um padrão técnico”, disse Rui Costa, ressaltando que, da mesma forma, não entende a postura da Anvisa com relação à vacina Sputnik V, já aplicada em mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo.

“Eu não sou cientista, mas assisti agora um vídeo da Comitê Nacional de Biossegurança que legitima o uso da vacina. É um órgão federal, responsável por biossegurança no Brasil. O que espero da Anvisa é que teste a vacina para ver se temo vírus replicante, como eles disseram. Queremos que tenha boa vontade para analisar. Mais de 20 milhões de pessoas já tomaram essa vacina, alguém iria reportar se algum fato importante tivesse acontecido”, argumenta Rui Costa.

O governador destacou como atitude acertada o fato de a Anvisa não suspender o uso da Aztrazeneca, como muitos países europeus fizeram, pelo risco de trombozes. “Concordo com agência que os benefícios nesse caso são muito maiores que os riscos”. Questionado sobre críticas à transparência do fabricante russo da vacina, Rui cobrou maior proatividade da Anvisa, como buscar informações com os países que já usam o imunizante. “Desde cedo aprendi um ditado: quem quer fazer arruma um jeito, quem não quer, arruma desculpa”, lembrando que só houve votação da Anvisa recente sobre aprovação da vacina porque o Supremo Tribunal Federal determinou. “Se não fosse isso, até hoje não teríamos uma opinião pública da agência sobre a vacina.

Ainda sobre os critérios técnicos da Anvisa que diz seguir os principais países da Europa e Estados Unidos, Rui ressaltou que, hoje, 80% dos defensivos agrícolas aprovados pela agência no país foram proibidos ou banidos pela FDA (Food and Drug Administration), entidade americana correspondente. “Então, que tal aprovar os padrões do DFA para o uso de defensivos agrícolas também?”, questionou.

Veículo: G1	
Data: 03/05/2021	Caderno: Economia



Mercado financeiro sobe estimativa de inflação para 5,04% em 2021 e vê alta maior do PIB

Meta central é de 3,75% e, pelo sistema em vigor, inflação será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25%. Segundo relatório 'Focus', mercado prevê crescimento do PIB de 3,14%.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

03/05/2021 08h31 Atualizado há 2 horas

Os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa média de inflação em 2021 pela quarta semana seguida e também passaram a prever uma expansão maior da economia. As informações constam do relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (3) pelo **Banco Central** (BC).

Os dados foram levantados na semana passada, em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras. Para o **Índice de Preços ao Consumidor Amplo** (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 5,01% para 5,04%.

A previsão de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%, e se aproxima do teto do sistema de metas: 5,25%. Isso porque, pelo sistema atual, a inflação será considerada cumprida se ficar entre 2,25% e 5,25% em 2021.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia.

Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o **IPCA ficou em 4,52%**, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016.

Para 2022, o mercado financeiro elevou de 3,60% para 3,61% a estimativa de inflação. No ano que vem, **a meta central de inflação é de 3,50%** e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%.

Produto Interno Bruto

No caso do Produto Interno Bruto de 2021, os economistas do mercado financeiro subiram a estimativa para o crescimento de 3,09% para 3,14%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Para 2022, o mercado baixou a previsão de alta do PIB de 2,34% para 2,31%.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia da Covid-19, que tem afetado o nível de atividade da economia mundial.

Taxa básica de juros

O mercado financeiro manteve em 5,50% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021, o que embute novas altas na taxa de juros neste ano.

Em março, na primeira elevação em quase seis anos, a taxa básica da economia foi aumentada pelo BC para **2,75% ao ano.**

Para o fim de 2022, os economistas do mercado financeiro elevaram a expectativa para a taxa Selic de 6,13% para 6,25% ao ano, o que pressupõe alta maior do juro básico no próximo ano.

Outras estimativas

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 permaneceu em R\$ 5,40. Para o fim de 2022, ficou estável também em R\$ 5,40 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2021 subiu de US\$ 59 bilhões para US\$ 64 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 54,55 bilhões para US\$ 56,50 bilhões de superávit.
- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil neste ano permaneceu em US\$ 55 bilhões. Para 2022, a estimativa recuou de US\$ 65 bilhões para US\$ 61 bilhões.

Pandemia é fator de aumento de risco fiscal em 2022, aponta PLDO

Documento alerta ainda para o fato de a União cada vez mais honrar dívidas não pagas por Estados e municípios

Por Edna Simão — De Brasília

03/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O custo das incertezas

PLDO de 2022 reforça que riscos fiscais continuam elevados

■ Exposição de risco da União relacionada a passivos - R\$ bilhões

	2020	2019
Passivos relacionados a demanda judicial	1.316	1.540
Garantia da União	301,6	279,6
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	114,5	113,1
Passivos contingentes em reconhecimento	113,6	122
Fundos Garantidores	69,2	11,2
Seguro de Crédito à Exportação	37,7	37,4
Passivos relacionados aos Fundos Constitucionais	15,5	14,1
Total	1.968	2.117

■ Exposição de riscos da União relacionadas a ativos

Contragarantias não executadas	33,5	17,7
Haveres Financiamento Relacionados a Entes Federativos	647,6	622,8
Haveres Financiamento não Relacionados a Entes Federativos	265,4	267,3
Dívida Ativa	485	441,5
Total	1.431,5	1.349,3

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022

Com a pandemia de covid-19, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022 mostra o aumento dos riscos fiscais devido à forte expansão do endividamento público no ano passado. O anexo V do documento alerta ainda para o fato de a União estar sendo acionada cada vez mais para honrar dívidas não pagas por Estados e municípios e para o elevado patamar das demandas judiciais.

O coordenador-geral de Planejamento e Riscos Fiscais do Tesouro Nacional, Pedro Ivo Ferreira de Souza Júnior, disse ao **Valor** que é difícil quantificar o efeito da pandemia, mas o impacto é notório, por exemplo, no aumento do risco de refinanciamento da dívida pública e nas incertezas com relação ao comportamento das receitas e despesas ao longo do tempo.

A pandemia se mantém como fator de aumento de risco fiscal em 2022. Uma mudança do cenário dependerá, segundo o técnico do Tesouro, de aprovação de reformas estruturantes que contribuam para diminuir o endividamento no médio prazo, condição necessária para a retomada da economia.

Ele ressaltou que as medidas adotadas pelo governo para minimizar os efeitos do coronavírus na economia fizeram com que as despesas e, conseqüentemente, o endividamento do setor público disparassem em um cenário fiscal que já não era dos melhores. Desde 2014, o país registra resultado negativo e a expectativa é que o retorno de superávit primário aconteça apenas a partir de 2027. A forte expansão dos gastos ainda provocou distorção na visualização dos efeitos dos choques macroeconômicos.

“As incertezas continuam. O risco [aumentado devido à pandemia] tende a ser reduzido com o tempo. O governo já começou a sua campanha de vacinação. A expectativa é que se vacine quantidade significativa da população ao longo de 2021. Isso gera efeito positivo no mercado de trabalho, no PIB”, explicou o coordenador-geral.

“Não podemos descartar a insegurança da crise desta pandemia. A gente está vivenciando a segunda onda. Estamos com um processo de vacinação caminhando de forma positiva. O governo está alerta a esses pontos. Não conseguimos quantificar [impacto do coronavírus no aumento do risco fiscal], mas um ponto de alerta de que o governo está atento. À medida que for ocorrendo necessidade de atuação, o governo atua.”

O coordenador-geral repetiu a fala de outros membros da equipe econômica de que o governo gastou mais que outros países emergentes para conter a pandemia e que, devido ao elevado endividamento, a margem para adoção de novas medidas é cada vez menor.

De acordo com o anexo do PLDO, a redução do percentual da dívida vincenda em 12 meses é uma condição importante para a diminuição do risco de refinanciamento, pois essa métrica indica a proporção do estoque da dívida que deverá ser honrada no curto prazo.

“A margem de cobertura da reserva de liquidez para pagamento de vencimentos em 2022, particularmente, dependerá da extensão dos impactos das medidas fiscais em resposta à pandemia e ao estado de calamidade em curso sobre as necessidades de financiamento do Tesouro Nacional, bem como das condições de mercado para a emissão de títulos da dívida mobiliária em 2021”, informa ainda o relatório.

Outra preocupação do governo elencada no anexo de riscos fiscais é o elevado patamar das demandas judiciais. O total de ações contra a União somou R\$ 2,017 trilhões no ano passado, uma redução de 8,5% ante 2019. A baixa aconteceu porque as chamadas demandas judiciais de risco possível (sem repercussão geral e que o governo acredita ainda ter chance de reverter) tiveram uma queda de 14,5% passando de R\$ 1,540 trilhão em 2019 para R\$ 1,316 trilhão em 2020.

Por outro lado, as demandas de risco provável (que já estão provisionadas no Balanço Geral da União) aumentaram de R\$ 664,1 bilhões em 2019, para R\$ 701,7 bilhões em 2020, uma alta de 5,7%. Além disso, o anexo mostra que os valores efetivamente pagos pela União seguem em alta desde 2013. No ano passado, foram pagos R\$ 51,5 bilhões, o que corresponde a 2,6% da despesa primária total.

Em 2020, também aumentou o risco assumido pelo governo com relação a operações de crédito. O total de empréstimos garantidos pela União passou de R\$ 255,9 bilhões em dezembro de 2019 para R\$ 296 bilhões em dezembro do ano passado.

Com o agravamento da situação fiscal dos governos estaduais e municipais, entre 2016 e 2020, a União passou a ter que honrar dívidas não pagas por estes entes, o que não havia ocorrido no período entre 2005 a 2015. O total de dívidas honradas pelo governo federal em 2020 foi de R\$ 13,3 bilhões, representando aumento de cerca de 60% ante 2019 (R\$ 8,4 bilhões). Segundo o anexo de riscos fiscais, a previsão é que a União terá que honrar mais R\$ 9,5 bilhões neste ano e outros R\$ 9,4 bilhões em 2022.

O estoque das contragarantias de operações de crédito não executadas também está subindo. No fim do ano passado, era de R\$ 33,5 bilhões, sendo 28% decorrentes de ações judiciais contra a União impetradas pelos Estados de Amapá,

Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte e 72% decorrentes de avais a recuperar sob o Regime de Recuperação Fiscal.

Conteúdo Publicitário

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

 [COMENTÁRIOS](#)

Mais do Valor **Econômico**

UE vai aceitar turistas vacinados, mas Coronavac fica de fora

A proposta confirma a decisão das autoridades europeias de excluírem do esquema, ao menos por enquanto, as vacinas chinesas

STF valida tributação sobre depósito bancário

Decisão vale para os casos em que a Receita entender que valores podem ser enquadrados como receita ou faturamento

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

03/05/2021 05h01 · Atualizado há uma hora

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a incidência do Imposto de Renda (IR) sobre depósitos bancários. A decisão vale para os casos em que a Receita Federal presumir que tais valores tratavam-se de receita ou faturamento e houve uma omissão por parte da pessoa física ou jurídica. Para escapar da cobrança, o contribuinte é quem precisará provar que essas quantias não representaram ganhos.

Advogados dizem que as autuações com base nos depósitos bancários ganharam força depois que os ministros, no ano de 2016, permitiram a transferência de

informações entre as instituições financeiras e a Receita Federal.

Quando verifica que há diferença entre os valores tributados e as movimentações financeiras de determinada pessoa ou empresa, a fiscalização intima esse contribuinte a apresentar extratos bancários. Se os documentos não forem entregues, então, há a opção de buscar os dados diretamente com as instituições financeiras.

Nesse caso, o contribuinte é intimado a comprovar a origem dos depósitos feitos em sua conta bancária. Caso não apresente a comprovação ou as provas sejam rejeitadas, haverá autuação com base na presunção de que aqueles depósitos são receitas tributáveis. A pessoa física fica sujeita ao Imposto de Renda somente, já as empresas respondem por IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Os ministros analisaram esse tema por meio do Plenário Virtual. O julgamento terminou na sexta-feira e tem repercussão geral (RE 855649). O recurso foi apresentado por um contribuinte pessoa física.

Segundo consta no processo, um casal atuava como uma espécie de *factoring* e as movimentações financeiras na conta corrente, que era conjunta, decorreram de depósitos em cheques, dinheiro ou títulos oriundos de clientes.

O contribuinte alega que a quantia, portanto, não era dele. Mas, para a Receita Federal, a comprovação da origem dos valores não foi “satisfatoriamente esclarecida”. Ele foi autuado, com base nas demonstrações financeiras, presumindo-se ter havido a omissão de receitas.

Essa discussão se dá em torno do artigo 42 da Lei nº 9.430, de 1996. Consta nesse dispositivo que “caracterizam-se omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações”.

O advogado Paulo Gomes de Souza, que atua para o contribuinte no caso, pediu aos ministros que esse artigo fosse declarado inconstitucional. “Por inobservância do princípio da capacidade contributiva e da inexistência de lei complementar para a regulamentação do fato gerador do Imposto de Renda”, diz em vídeo enviado à Corte.

De acordo com ele, antes da lei de 1996, os auditores da Receita Federal se preocupavam em demonstrar a ocorrência do acréscimo patrimonial ao lançar as cobranças. Depois da lei, afirma, passaram a entender que estavam desobrigados a investigar a respeito do fato gerador de imposto.

Já Flávia Palmeira de Moura Coelho, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), argumentou aos ministros que o artigo 42 não instituiu uma tributação sobre os depósitos bancários. “O que fez foi permitir a tributação sobre um acréscimo patrimonial que não foi declarado pelo contribuinte”, diz ela também em vídeo.

A procuradora acrescenta que os depósitos bancários “são um indício de que há omissão de rendimento” e que o artigo 42 “impõe um ônus probatório ao contribuinte”. Não haveria, portanto, segundo a PGFN, nenhuma inconstitucionalidade nas cobranças.

O relator do caso, ministro Marco Aurélio, votou contra a tributação. Ele considerou, como questão principal, a inversão do ônus da prova. “Não cabe presumir o

excepcional, ou seja, que todos são sonegadores. Cumpre ao Fisco averiguar se há, por trás dos indícios, a riqueza suspeitada, a real percepção de renda, a ensejar imposto”, afirma em seu voto. Somente Dias Toffoli, no entanto, acompanhou o entendimento

A maioria seguiu a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes. Ele, assim como a PGFN, entende que não houve, com o artigo 42 da Lei nº 9.430, a ampliação do fato gerador do Imposto de Renda. “Ao contrário, trouxe apenas a possibilidade de se impor a exação quando o contribuinte, embora intimado, não conseguir comprovar a origem de seus rendimentos”, diz no voto.

Pensar diferente, segundo Moraes, “permitira a vedação à tributação de rendas cuja origem não foi comprovada, na contramão de todo o sistema tributário nacional, em violação aos princípios da igualdade e da isonomia”.

Especialista em tributação, Raphael Lavez, sócio do Rivitti e Dias Advogados, avalia que a inversão do ônus da prova - aceita pelos ministros do STF - coloca o contribuinte numa situação de vulnerabilidade. “Porque uma coisa é ele ter que provar a origem do recurso, outra é se a Receita Federal vai aceitar”, afirma.

A maioria das justificativas dos contribuintes, nesses casos dos depósitos, segundo o advogado, são os contratos de empréstimo - uma situação que não gera receita, já que a pessoa ou empresa é obrigada a devolver o dinheiro. E ele chama a atenção que a Receita Federal não aceita, por exemplo, os contratos de mútuo que não estejam registrados em cartório. “Só que na Lei de Registros Públicos, o contrato de mútuo não consta entre os que precisam ser registrados”, complementa.

Conteúdo Publicitário

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA

Maior banco da França anuncia que não financiará empresas ligadas ao desmatamento

UM SÓ PLANETA



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997... [ver mais](#))

Incertezas crescentes, economia estagnada

Foi criado um monstro orçamentário que abre espaço para a violação sistemática do teto de gastos

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A “solução” para a questão do orçamento federal de 2021, por meio de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), configura um atentado grave à responsabilidade fiscal. Foi criado um monstro orçamentário que abre espaço para a violação sistemática do teto de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95, que tende a virar letra morta como mais uma das leis que não pegaram no Brasil. Tudo resultado de um processo orçamentário caótico, em que falharam a equipe econômica e a articulação política do governo, agravado pelo pouco compromisso do Congresso com a hígidez e qualidade das contas públicas.

Há pelos menos dois problemas sérios com o orçamento aprovado para 2021. O primeiro decorre do volume extraordinariamente elevado de despesas - mais de R\$ 100 bilhões - que ficam fora do teto de gastos, por estarem ligadas ao enfrentamento da pandemia (gastos com saúde e com programas como o Pronampe) e que serão cobertas por créditos extraordinários. O segundo deriva dos vetos do Executivo que foram necessários nas rubricas relativas às despesas discricionárias, com vistas a acomodar o exagerado volume de emendas introduzidas pelo Legislativo, que podem inviabilizar o funcionamento da máquina estatal e a continuidade de políticas públicas essenciais ao país.

Foi criado um monstro orçamentário que abre espaço para a violação sistemática do teto de gastos

Ambos problemas são péssimas sinalizações para o futuro. De um lado, repete-se o duvidoso expediente do qual abusou o governo Dilma, quando deixava de fora da meta do resultado primário certas despesas associadas a investimentos do setor público. Tal como ocorreu no governo petista, deixar de contabilizar gastos na meta fiscal não tem o condão de reduzir as necessidades de financiamento do setor público. Artifícios contábeis apenas contribuem para a diminuição da transparência das contas do governo. De outro, o corte irrealista, por meio de veto presidencial, de despesas discricionárias, assim como a necessidade de contingenciamento orçamentário, antecipa uma piora ainda maior na qualidade dos gastos, como já o demonstram o novo adiamento do Censo, que deveria ter ocorrido no ano passado, e a míngua de recursos para as atividades de preservação do meio ambiente.

Mas há outros prejuízos e incertezas trazidos pela caótica tramitação orçamentária. A começar pela perda adicional de credibilidade na gestão do Ministério da Economia e na capacidade do ministro Guedes de influenciar as decisões relevantes do governo Bolsonaro com impactos sobre temas econômicos.

A influência deletéria de alguns setores do governo sobre o relator do Orçamento no Congresso, com objetivo de amealhar verbas para seus ministérios à revelia da área econômica, aparentemente com o beneplácito presidencial, dá a medida da pouca força que resta ao ministro da Economia, que outrora foi rotulado pelo próprio Bolsonaro como o “posto Ipiranga” do seu governo. Este tipo de episódio leva de maneira inevitável os agentes econômicos a anteciparem dificuldades futuras para a política econômica, notadamente na área fiscal, sujeita a pressões de toda sorte, vindas de dentro do próprio Executivo, mas também do Congresso Nacional.

Por outro lado, iniciativas ventiladas pelo ministério da Economia na busca de uma solução para o impasse orçamentário, principalmente o da emenda “fura teto”, desgastaram ainda mais a imagem da atual gestão econômica junto ao mercado e aos formadores de opinião, afetando negativamente as expectativas e a própria precificação do prêmio de risco soberano.

Ao quadro adverso no campo fiscal somam-se outras incertezas associadas ao ambiente político e ao desempenho da atividade econômica nos próximos meses. A “solução” trazida para o imbróglio do orçamento revelou a força política do Legislativo, com destaque para o Centrão, sempre ávido por cargos e recursos públicos. O início dos trabalhos da CPI da Covid no Senado - na qual o governo não dispõe de maioria - antecipa momentos políticos difíceis para Bolsonaro, que podem ter reflexos sobre as expectativas e sobre o desempenho do governo em áreas relevantes para a economia. Ademais, a reconquistada elegibilidade de Lula pôs no horizonte o risco de uma eleição plebiscitária no ano que vem entre dois extremos que podem igualmente serem danosos para o país.

Além disso, a situação da pandemia continua bastante grave, em que pese a redução recente no número de infectados e de óbitos. Tal redução, afirmam os especialistas, decorreu em grande parte das medidas restritivas adotadas em boa hora pelos governos locais, mas que cobram seu preço em termos da atividade econômica. Sem a aceleração da vacinação, corre-se o risco de ficarmos presos na

armadilha do “abre-e-fecha” até pelo menos o final do ano, com consideráveis impactos negativos sobre a economia. O recrudescimento da pandemia na Índia ameaça-nos não apenas com novas cepas do coronavírus, como também com o risco de falta de insumos para a produção de imunizantes necessários à manutenção de um ritmo mínimo de vacinação no Brasil.

Assim, o cenário de incertezas crescentes e de economia estagnada vai se tornando o mais provável para o biênio 2021-2022, após a forte recessão do ano passado e o desempenho anêmico nos anos anteriores. Com isso, torna-se, infelizmente, pouco provável a recuperação do emprego e a melhora dos indicadores sociais nos horizontes de curto e médio prazo.

Gustavo Loyola é doutor em Economia pela EPGE/FGV, ex-presidente do Banco Central e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo

Conteúdo Publicitário

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Em jantar com empresários e banqueiros, Ciro Nogueira diz que CPI não atingirá Bolsonaro

VALOR INVESTE



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Verizon vende Yahoo e AOL para a Apollo por US\$ 5 bi

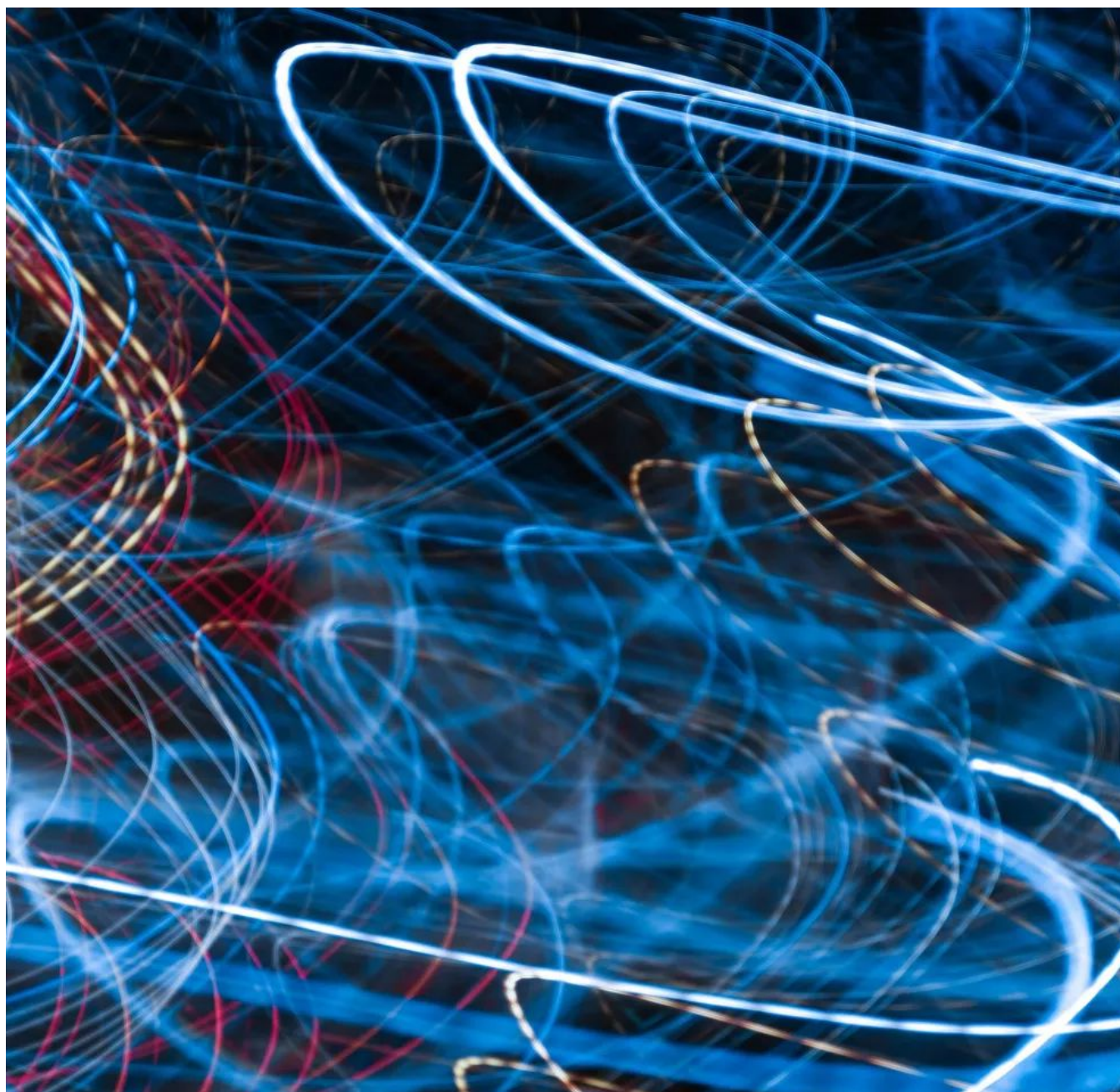
A conclusão da transação é esperada para o segundo semestre

Imaginação econômica

O Estado não pode resolver todos os problemas da sociedade, o mercado tampouco

Por Luque, Silber, Luna e Zagha

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



“Depois de tudo que estudaram, ensinaram, e praticaram, quais são as lições relevantes para nossos tempos?”, perguntou um amigo, cético da ciência econômica e dos economistas.

Discutimos extensivamente e duas nos parecem particularmente importantes e instigantes.

Abertura da conta de capital do país tem um custo: desindustrialização e perda de competitividade

A primeira é que o “Estado mínimo” não é bom para o país. A dicotomia Estado versus mercado, um ou outro, é popular, porém falsa. Precisamos de ambos. O Estado não pode resolver todos os problemas da sociedade. O mercado tampouco.

O mercado é guiado por interesses privados. Três séculos atrás, Adam Smith mostrou como interesses privados podem criar um bem coletivo: a disponibilidade de bens e serviços produzidos eficientemente. Mas não podem resolver problemas com os quais toda sociedade se confronta: pobreza, desigualdade, falta de competição ou produção de bens públicos.

O que exatamente deve ser feito pelo Estado, e o que deve ser feito pelo mercado? Isso depende do que a sociedade deseja em termos de desenvolvimento e de serviços públicos, e o quanto a sociedade está disposta a pagar em impostos ou a se endividar. São decisões complexas e recorrentes. Devem ser revistas e retomadas periodicamente, pragmaticamente e criticamente, à luz da evolução da economia e dos novos valores da sociedade. Não há receitas que podem ser seguidas às cegas ou válidas para sempre.

No Brasil de 2020 a intervenção do Estado evitou que milhares de firmas fechassem e famílias caíssem na miséria. O mercado não tem nem os recursos nem os mecanismos organizacionais que permitiriam a operação salva-vidas 2020.

Outro exemplo: nos anos 1940-50-60-70 interesses privados não tomariam o risco de investir em áreas tais como siderurgia, exploração de petróleo, indústria aeronáutica ou pesquisa agrícola. Somente o Estado pode mobilizar o capital necessário e tomar o risco de investimentos que criaram as bases da industrialização do país e do agronegócio, agora o terceiro maior exportador mundial. Com o tempo e um setor privado mais maduro o Estado privatizou várias dessas atividades, ilustrando que o papel exato do Estado varia ao decorrer do tempo.

Milhões de funcionários públicos, federais, estaduais e municipais trabalham todos os dias para fornecer os bens públicos necessários à atividade econômica e social do

país: Forças Armadas, controle aéreo, sistemas de educação e saúde, instituições de pesquisa, Banco Central e supervisão bancária, justiça, segurança... a lista é longa.

É comum pensar que os funcionários públicos são remunerados acima do mercado. Mas qual é a comparação relevante de mercado para um juiz, um parlamentar, especialidades científicas ou financeiras, ou um investigador? Essas são questões difíceis sem respostas evidentes. Nos países nos quais foram feitas reformas administrativas essas questões são objeto, periodicamente, de estudos técnicos e consultas com a sociedade civil. Um desafio permanente é encontrar um equilíbrio entre assegurar estabilidade aos funcionários públicos afim de protegê-los de influências políticas e desempenho e eficiência.

Preocupa que a reforma administrativa no Brasil não tem fundamentos técnicos e que não há uma estratégia para corrigir distorções dentro das carreiras públicas criadas por pressões corporativas de segmentos com alto poder reivindicatório. O lobby corporativo é intenso no setor privado, causa de remunerações elevadas provenientes de setores cartelizados ou oligopolizados, mas existe também dentro do setor público.

É evidente que o funcionalismo está numa melhor posição em relação às populações mais vulneráveis de nossa sociedade. Mas é preciso manter perspectiva: 10% dos brasileiros mais afluentes recebem mais do que 50% do PIB, e os 90% restantes vivem ou sobrevivem com o restante.

Uma das causas do “gastar mal” é frequentemente a falta de recursos ou a descontinuidade do aporte. Gastar pouco em manutenção de estradas exige a sua reconstrução e acaba saindo mais caro. Um investimento paralisado é um serviço público não colocado à disposição da população. Gastos insuficientes em educação e enquadramento dos jovens pode levar a aumentos de criminalidade, que requerem aumento de gasto em segurança. O problema do “gastar mal” requer análises, reformulação de carreira e incentivos, e reformas orçamentárias e administrativas. Preocupa que a lei do teto force um ajuste em direção ao “Estado mínimo” sem considerações de eficiência econômica.

A segunda lição é que a abertura de nossa conta de capital tem um custo: desindustrialização e perda de competitividade. O “trilema da política macroeconômica”, dedução teórica de Robert Mundell, prêmio Nobel de Economia, mostra que num mundo com mobilidade de capital financeiro, é impossível ter simultaneamente controle sobre o câmbio, autonomia de política monetária e globalização financeira. Tem-se que escolher duas das opções e abdicar da terceira.

A Europa antes dos anos 1980, e maioria dos países asiáticos até hoje, cientes do custo de uma taxa de câmbio instável e apreciada sobre o crescimento, mantiveram controles sobre os movimentos de capital. Isso permitiu manter o controle da política monetária, e da taxa de câmbio. Restrições sobre o movimento de capital financeiro fazem com que um país possa aumentar a taxa de juros sem que isso ocasione uma entrada de capital e valorização da taxa de câmbio. A Suíça na crise de 2008 impôs restrições à entrada de capital financeiro para impedir a apreciação do franco suíço.

No Brasil, vigora a convicção de que um dólar barato é indicador de um bom desempenho da economia brasileira. Desde o Plano Real, o brasileiro se acostumou a um Real valorizado, i.e., um dólar barato obtido ao custo de taxas de juros acima das taxas de juros internacionais, o que atraiu o capital financeiro internacional.

Consumidores, importadores, viajantes ao exterior e a finança internacional se beneficiaram dessa política. Mas produtores nacionais não mais puderam competir no exterior ou com as importações. O resultado foi a desindustrialização do país e a queda das exportações de manufaturados.

O dólar barato é visto como uma âncora anti-inflacionária. Mas é bem sabido que o repasse de uma desvalorização é temporário e pequeno: 12-15% da depreciação de acordo com vários estudos do FMI e instituições nacionais. E é curioso que economistas que se opõem a controles de preços aceitam manter o dólar artificialmente barato ao custo de um juro alto que nada mais é do que um preço administrado.

Essas duas lições nos levariam a políticas econômicas bem diferentes e mais pragmáticas do que as atuais.

Será que convencemos nosso amigo?

Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe

Simão Silber é professor da FEA-USP

Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado

Roberto Zagha foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Verizon vende Yahoo e AOL para a Apollo por US\$ 5 bi

A conclusão da transação é esperada para o segundo semestre

Leilões geram R\$ 48 bi de investimento

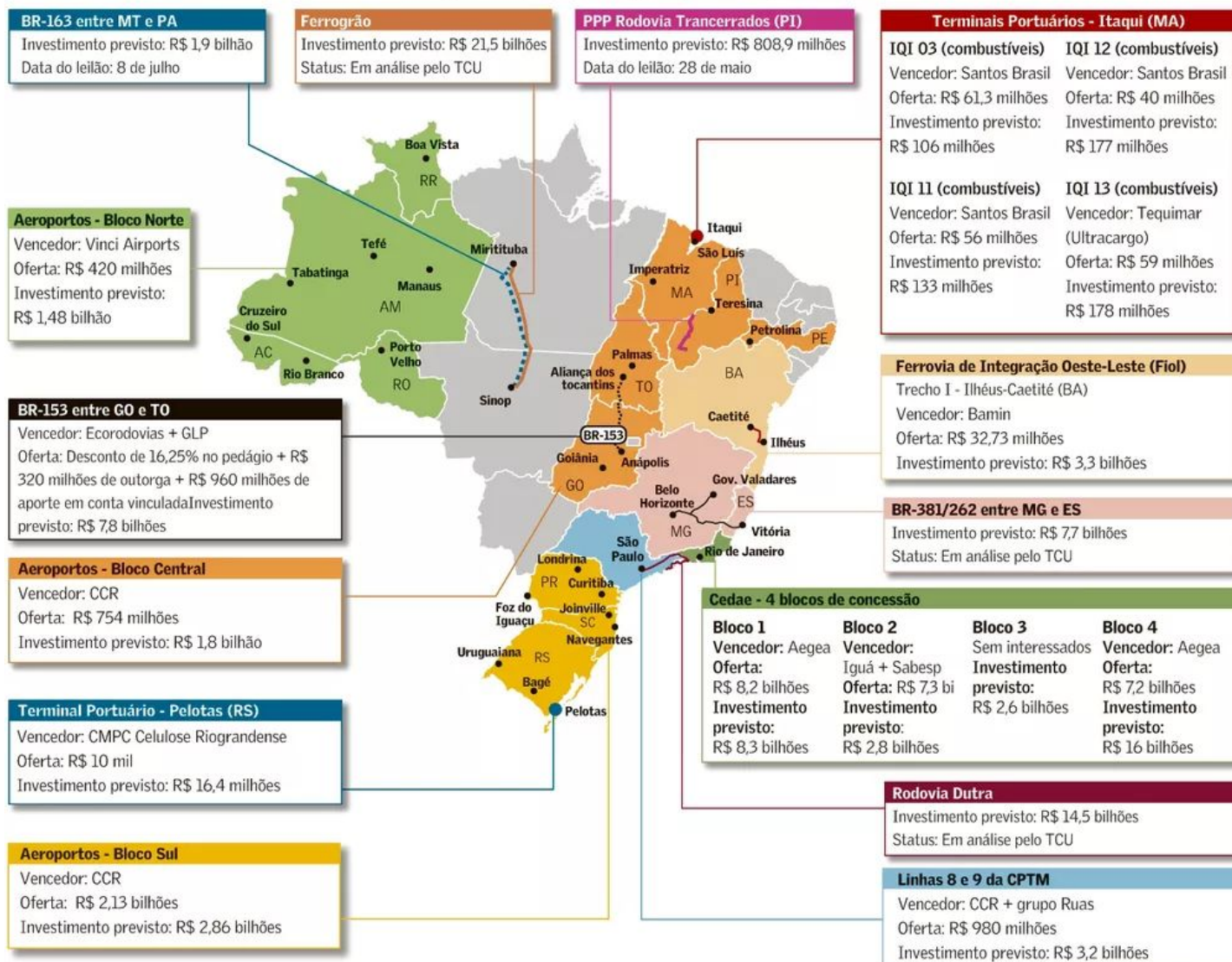
Novos projetos de infraestrutura em abril consagram operadores locais, mas trazem capital novo

Por Taís Hirata — De São Paulo

03/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Janela de oportunidades

Resultado dos leilões de infraestrutura de abril e alguns dos próximos projetos previstos para este ano



■ **Transmissão de energia - 5 lotes**
Investimentos previstos:

■ **Transmissão de energia - 4 ou 5 lotes**
Investimento previsto:

■ **Geração de energia - Energia Nova "A-3" e "A-4"**
Data do leilão:

■ **Geração de energia - Energia Nova "A-5" e "A-6"**
Data do leilão (previsão):

■ **Geração de energia - Energia Existente "A-4" e "A-5"**

Arrecadamento previsto:
R\$ 1,3 bilhão
Data do leilão:
30 de junho

Arrecadamento previsto:
R\$ 2 bilhões
Data do leilão (previsão):
17 de dezembro

Data do leilão:
25 de junho

Data do leilão (previsão):
30 de setembro

Data do leilão (previsão):
11 de junho

Fonte: Ministério da Infraestrutura e PPI

A maratona de leilões de infraestrutura do último mês contratou um total de R\$ 48 bilhões de novos investimentos, que serão aplicados ao longo dos próximos 35 anos. Ao todo, em abril, foram seis dias de disputas na B3, 14 novos contratos de concessão gerados e ao menos seis liminares (ou tentativas de impedir as licitações) derrubadas.

Para além do saldo das concorrências, considerado bastante positivo, os novos projetos consagraram grandes operadores que já atuam no Brasil - uma tendência que deverá se manter para os próximos leilões. Os principais vencedores do mês foram grupos tradicionais, como CCR, Santos Brasil, Ecorodovias, Aegea Saneamento e Iguá.

Para alguns executivos e analistas, chama a atenção a ausência de novos atores estrangeiros. Já outros observam que, mesmo sem a entrada de operadores nas últimas disputas, há uma proliferação de investidores interessados na infraestrutura brasileira, que têm usado as companhias consolidadas como veículo.

Esse movimento se observa, por exemplo, com a entrada do fundo de pensão Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) no capital da Iguá, o aporte da Itaúsa na Aegea, o avanço da GLP, de Cingapura, em rodovias, a injeção de recursos do grupo italiano Gavio na Ecorodovias, e pelas bem sucedidas capitalizações de empresas listadas na bolsa, como ocorreu com a Santos Brasil.

“O capital estrangeiro já entrou massivamente nesses leilões por meio dos operadores nacionais. Faz sentido, porque são eles que conhecem a operação e os riscos do Brasil”, afirma Antonio Carlos Sepúlveda, presidente da operadora portuária Santos Brasil, que arrematou três terminais de combustíveis no Porto de Itaqui (MA), no início do mês.

A visão é compartilhada por Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). “Os novos investidores já estão aqui. O Brasil tem diversos bons operadores, não será este o gargalo para os projetos”, avalia.

Ainda assim, especialistas observam que há diferentes grupos estrangeiros, com capital e experiência em concessões, que têm sondado o mercado brasileiro, mas ainda não decidiram entrar. Nos leilões de abril, houve casos de companhias que estudaram até o último momento, mas, ao fim, decidiram não participar.

Para Marcos Ganut, sócio da Alvarez & Marsal, é importante entender os motivos dessa relutância para ampliar a competição nos projetos. “Uma parte [do receio] vem da falta de conhecimento de Brasil e da insegurança jurídica. Quem está aqui já sabe como funcionam as agências reguladoras, estão calejados”, diz.

Diante do enorme déficit de infraestrutura logística e de saneamento no país, a entrada de grupos será importante, avalia Rafael Vanzella, sócio de infraestrutura do Machado Meyer. “O momento é de celebração, mas é importante olhar para o futuro. O país tem grupos grandes, mas os balanços não são ilimitados”, afirma.

No setor, é consenso que o ambiente regulatório no Brasil evoluiu nos últimos anos, o que se refletiu no sucesso nos leilões - para o investidor, a boa regulação significa segurança quanto às regras e a certeza de que o que está escrito no contrato será seguido.

Ainda assim, há casos emblemáticos que ainda assustam, como a tentativa de encampação da Linha Amarela, da Invepar, no Rio de Janeiro, e as já clássicas liminares judiciais às vésperas dos leilões - como ficou evidente no caso da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). “Para um grupo de fora, é muito difícil entender tanta resistência de poderes constituídos, instituições”, diz Vanzella.

A projeção para os próximos leilões é que grupos locais continuarão se destacando - por seu acesso ao mercado de capitais, pela maior facilidade de dimensionar riscos e precificar ativos e pela necessidade de garantir a geração de caixa no longo prazo.

No caso da CCR e da Ecorodovias, por exemplo, a renovação de portfólio é vista como um fator influente na estratégia das empresas, já que ambas têm concessões importantes chegando ao fim.

A Santos Brasil também deixa claro o interesse em continuar participando dos leilões, para diversificar sua operação. “O país vive uma janela de oportunidades que não se abre sempre. Vamos aproveitar”, diz Sepúlveda.

Em saneamento, todos os operadores também vêm destacando o plano de expansão. Por exemplo, a Iguá, que com o novo contrato da Cedae irá dobrar de porte, já planeja crescer três ou quatro vezes com outros projetos, segundo o presidente, Carlos Brandão.

Pela frente, há uma série de oportunidades, em diferentes setores. Em rodovias, há uma carteira enorme de leilões grandes, como a licitação da Dutra e os mais de 3.000 km de estradas no Paraná. Em aeroportos, resta a sétima rodada de concessões, que inclui as “joias da coroa” do setor: Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ). Em ferrovias, o governo corre para tirar do papel a Ferrogrão. Em portos, há uma série de novos arrendamentos, além da desestatização de companhias docas.

Além disso, há o setor de saneamento, que deverá ver um “boom” de projetos nos próximos anos, na esteira das mudanças promovidas pelo novo marco regulatório. “Veremos muitos novos atores nesse segmento, porque há uma enorme demanda e muito interesse, tanto de grupos financeiros, quanto de companhias de outros setores”, afirma Fernando Vernalha, do Vernalha Pereira Advogados.

Apesar de exaltar a importância desta onda de investimentos, fruto das concessões, Tadini, da Abdib, também coloca em perspectiva o fato de que os valores serão aplicados ao longo de até 35 anos, e que o nível do investimento público em infraestrutura, que vem sofrendo sucessivos cortes, segue em patamar dramático.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grátis, sem consulta e com limite de até R\$8.000

CRÉDITO FÁCIL

LINK PATROCINADO

Sofá 3 Lugares Retrát...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

4 you 4 Life

Falta de verba deve parar moradia para baixa renda em maio

Corte no Orçamento ameaça paralisar obras de 200 mil unidades habitacionais

Por Edna Simão, Fabio Graner e Matheus Schuch — De Brasília

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Jose Carlos Martins, presidente da CBCI: situação é grave e pode se configurar ruptura de contratos — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Sem a recomposição de orçamento do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) não terá dinheiro, a partir de maio, para manter a continuidade das obras para construção de moradias à população de menor renda. Também não haverá recursos para pagar despesas operacionais já contratadas para prestação de serviços de vigilância em obras paralisadas e unidades habitacionais ociosas e demandas judiciais.

Outro efeito é sobre os serviços prestados pelos agentes financeiros e por Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (BB) na operacionalização dos programas de habitação, como o antigo Minha Casa Minha Vida que foi substituído pelo governo do presidente Jair Bolsonaro pelo Casa Verde e Amarela.

Os pagamentos ainda nem foram interrompidos e um alerta já foi acionado no governo. Sem orçamento compatível com as estimativas de despesas, se os serviços da Caixa continuarem, pode-se caracterizar operação de crédito junto à União, a qual é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse tipo de operação seria uma

pedalada fiscal, um argumento usado para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Fontes da Caixa garantem que, sem dinheiro, os trabalhos serão paralisados, porque, do contrário, a lei seria descumprida e os gestores e o presidente Jair Bolsonaro estariam sujeitos a processos de crime de responsabilidade.

Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Construção (CBIC), José Carlos Martins, a situação é grave pois, se os pagamentos não forem feitos, vai se configurar uma ruptura de contratos. Ele espera que o Congresso Nacional tenha sensibilidade ao analisar o PLN 4/2021 que restitui os recursos e que, junto com o governo, encontre uma forma de garantir os pagamentos para as construtoras. “É uma coisa tão brutal e sem nexo que o Congresso tem que resolver isso”, frisou.

Os recursos do FAR são utilizados para bancar a construção de moradias para o público de menor renda dos programas habitacionais do governo. Neste caso, não existe financiamento. Só verba pública. Com a forte restrição fiscal já há alguns anos que o governo federal não faz novas contratações. Tem destinado os escassos recursos para retomar obras paralisadas. Entre 2019 e 2020, foram retomadas 37 mil unidades habitacionais. Neste ano, a ideia era retomar mais 50 mil obras paralisadas.

Sem a recomposição do orçamento do FAR (R\$ 1,5 bilhão) a partir de maio, deverá haver a paralisação de 200 mil unidades habitacionais. O valor desses contratos é de R\$ 16,4 bilhões, dos quais já foram desembolsados R\$ 13,6 bilhões, restando ainda R\$ 2,8 bilhões. Também não haverá recursos para medições.

A avaliação de uma ala do governo é que a manutenção da situação atual do orçamento interromperá esse ciclo de retomadas e colocará em risco o andamento das obras reiniciadas. Para agravar a situação, conforme Martins e fontes do governo, a paralisação das obras pode levar a forte aumento dos custos dos empreendimentos para a retomada. Isso porque, se tratam de contratos antigos e que não foram corrigidos ao longo dos anos. O aumento dos custos poderia chegar a 35%, considerando impactos nos fatores de produção decorrentes da pandemia, conforme estimativas do governo. A estimativa é de fechamento de 250 mil empregos diretos, indiretos e induzidos somente na área habitacional.

Para que esse cenário tenebroso não se confirme, o MDR negocia com o governo e Congresso Nacional uma forma de restituir R\$ 1,5 bilhão que foram cortados do FAR. Para tornar o Orçamento deste ano exequível, o governo fez um corte de um pouco mais de R\$ 20 bilhões em emendas e despesas discricionárias. Dentre os ministérios mais atingidos está o MDR, por ter sido a pasta que mais receberia neste ano recursos de emendas parlamentares. O ministério perdeu R\$ 8,65 bilhões de orçamento, e o FAR, que banca a construção de casas para as faixas de menor renda, foi praticamente zerado.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Honda E: carrinho elétrico chega ao país de forma independente e (bem) mais caro que um Accord

UM SÓ PLANETA

Dívida bruta sofre queda episódica em março

Daqui para frente, o governo pouco pode fazer para segurar a trajetória do endividamento no curto prazo

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Março foi um mês repleto de incertezas sobre o compromisso do governo e do Congresso com o ajuste das contas públicas. Ainda assim, paradoxalmente, a dívida bruta do governo geral, um dos principais indicadores de solvência do setor público, caiu quase um ponto percentual durante o mês. Mas não há o que comemorar. O recuo foi apenas episódico, devido a um surto arrecadatário e à contribuição embaraçosa da inflação.

A dívida bruta do governo geral caiu de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) em fevereiro para 89,1% do PIB em março, segundo dados do Banco Central. Apesar da

queda, o nível de endividamento é muito alto para os padrões das economias emergentes, que costumam ter percentuais inferiores a 60% do PIB.

O superávit primário de março, em R\$ 4,981 bilhões, foi um dos fatores que ajudaram a reduzir a dívida. Esse resultado, por sua vez, foi fortemente influenciado pela arrecadação de tributos, que avançou de 21,3% em relação ao mesmo mês de 2020. Também houve um represamento na execução das despesas, devido à demora na aprovação do Orçamento da União.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, disse em entrevista na quinta-feira que a recuperação da economia ajudou a aumentar as receitas. Houve, ainda, uma arrecadação extraordinária de R\$ 3,6 bilhões com a devolução de recursos transferidos para o pagamento do auxílio emergencial.

Estados e municípios também tiveram aumento de arrecadação, segundo o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha. Uma parte desses ganhos está ligada ao ICMS, e a outra, ao aumento das transferências ordinárias da União.

Essa pequena ajuda da arrecadação, porém, não deve ser duradoura. A economia já se desacelerou a partir da segunda quinzena do mês, devido aos novos lockdowns. Sem uma política adequada para lidar com a pandemia, a recuperação cíclica não tende a se sustentar.

O governo também contou com a ajuda, em março, de um pagamento antecipado de R\$ 38 bilhões de dívidas do BNDES ao Tesouro. O acordo fechado entre as partes prevê o pagamento de R\$ 116 bilhões até 2022. São recursos que podem ajudar a segurar temporariamente a dívida, mas não mudam a dinâmica de crescimento.

O Banco Central também deu a sua contribuição com a venda de reservas internacionais. Essas operações tiveram um impacto estimado em R\$ 46 bilhões na dívida bruta em março. Quando o BC vende reservas, retira dinheiro em circulação da economia. Ato contínuo, autoridade monetária reduz o volume de operações compromissadas, que são títulos de curtíssimo prazo que são colocados em mercado para recolher o excesso de dinheiro em circulação na economia.

Outro fator que ajudou foi o crescimento nominal do PIB. Esse fator, sozinho, responde por 0,6 ponto percentual do recuo do endividamento. O PIB nominal teve um avanço de 0,7% em março. O número é bem alto, mas, infelizmente, se deve sobretudo ao surto inflacionário e muito pouco ao crescimento real da economia. O governo - espera-se - não deve se valer do aumento da inflação para corroer sua dívida. A aceleração dos preços só tem efeitos positivos na dívida se não for antecipada pelos investidores.

Daqui para frente, o governo pouco pode fazer para segurar a trajetória de alta da dívida bruta no curto prazo, já que a nova onda da pandemia requer gastos maiores para socorrer famílias que perderam renda.

O foco deveria ser todo no ajuste fiscal de médio e longo prazos. Infelizmente, não há avanços palpáveis. A proposta de reforma administrativa foi enviada tardiamente e desidratada ao Congresso, e sua aprovação ainda é incerta. O governo perdeu a chance de criar mecanismos eficazes para disparar os gatilhos de cortes de gastos previstos na PEC Emergencial, que foi desfigurada.

A janela favorável para aprovar um ajuste significativo está se fechando. O Banco Central começou um ciclo de alta de juros que, segundo previsões do mercado, poderá levar a taxa Selic para 5,5% ao ano ao fim de 2021. Esse aperto custará R\$ 105 bilhões a cada 12 meses em encargos da dívida pública. O ambiente internacional segue favorável, mas pode mudar. O mercado já discute um início do processo de redução de estímulos monetários pelo Federal Reserve (Fed) para o

segundo semestre. Nessas condições, a paciência dos investidores com o desarranjo das contas fiscais no Brasil tende a ficar mais curta.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Honda E: carrinho elétrico chega ao país de forma independente e (bem) mais caro que um Accord

UM SÓ PLANETA

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Verizon vende Yahoo e AOL para a Apollo por US\$ 5 bi

A conclusão da transação é esperada para o segundo semestre

Corrida por renda básica tem riscos

Para economistas, decisão do STF tem o mérito de pressionar o governo em tema importante, mas desconsidera políticas sociais vigentes e desafios fiscais

Por Anais Fernandes — De São Paulo

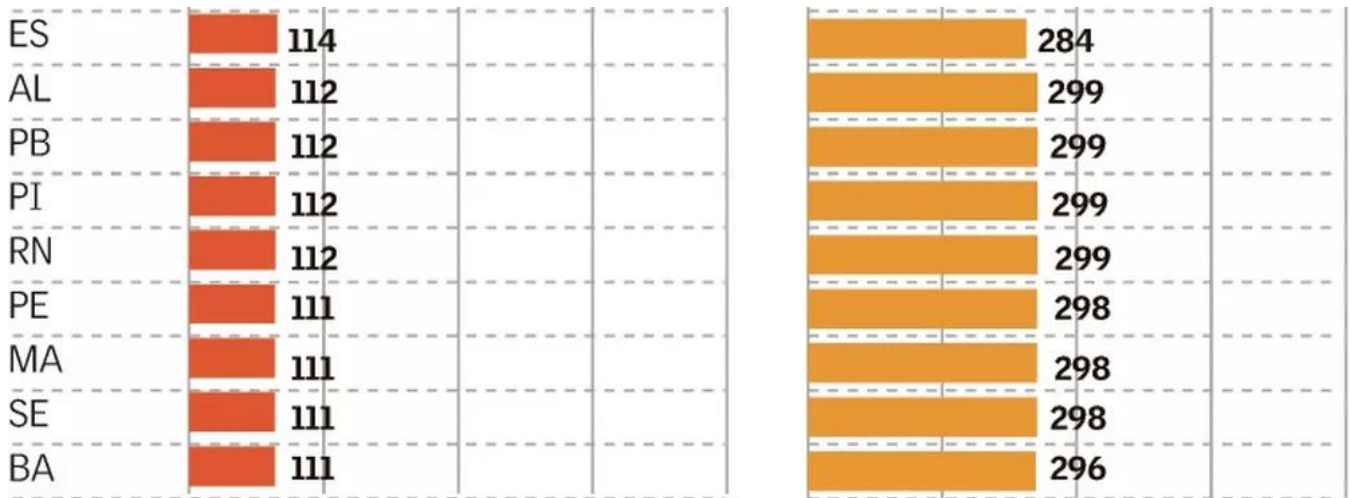
03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Diferenças regionais

Transferência de renda deve ponderar custo de vida dos Estados

Linhas de pobreza urbana, em R\$/mês por pessoa da família





Fonte: Naercio Menezes Filho, a partir das linhas de pobreza desenvolvidas pela economista Sonia Rocha, com atualização usando deflatores regionais até o ano passado. *Região metropolitana

A determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o governo defina, até 2022, os valores de um programa de renda básica nacional aos mais pobres tem o mérito de pressionar por uma decisão em um tema importante do qual a gestão Jair Bolsonaro - mas não só ela - se esquiva, avaliam especialistas. Por outro lado, do modo como foi feito, desconsidera realidades das políticas sociais vigentes e os desafios fiscais, criticam alguns.

A decisão do STF responde a uma ação da Defensoria Pública da União (DPU), sob o argumento de que, passados mais de 17 anos da lei que criou a Renda Básica de Cidadania, o Executivo não regulamentou o benefício. Todos os ministros foram

favoráveis ao pagamento, mas alguns queriam fixar um valor temporário de um salário mínimo e sem distinção socioeconômica. Prevaleceu, porém, a tese de que apenas a população em situação de pobreza e extrema pobreza será elegível.

Para Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), a medida “certamente pressiona o governo” e tem implicações concretas.

“Atualmente, o Bolsa Família não é um benefício ao qual as pessoas têm direito e o governo tem a obrigação de prover. É um programa que, para que a pessoa ganhe o benefício, é preciso tanto que ela seja elegível quanto que o governo tenha orçamento. Com essa mudança, o governo teria obrigação de pagar um benefício mínimo”, observa.

Marcelo Neri, diretor do FGV Social, diz que, se a busca for por um “Bolsa Família 2.0”, é meritória. Uma renda mínima universal e incondicional, por outro lado, seria “um erro de rota”, avalia. Primeiro, porque ele estima que custaria 19 vezes mais que um programa bem focalizado. “Além disso, o foco nas crianças, suas mães e nas condicionalidades é uma força do Bolsa Família atual, que deve ser melhorado, e não sucateado.”

Naercio Menezes Filho, professor titular no Insper e associado na FEA-USP, concorda que um benefício universal “não é muito bom, pois o governo terá que fazer uma transferência reduzida para cada família, para não estourar o limite de gastos”. No seu entendimento, como a renda básica já havia sido aprovada no Congresso, o STF

está correto em obrigar o governo a implementá-la. “Não entendo por que demorou tanto tempo.”

Ele diz que o governo deveria aproveitar a decisão do STF para implementar o melhor programa possível. O ideal, segundo Naercio, seria uma transferência maior apenas para famílias pobres, especialmente as com crianças pequenas (zero a seis anos). Se o programa tiver de ser universal, uma solução seria fazer uma transferência pequena para todas as famílias e usar o Bolsa Família para complementar, com foco nas famílias pobres com crianças, sugere. “A transferência universal serviria para acabar com a pobreza extrema e o Bolsa Família acabaria com a pobreza geral para famílias com crianças.”

Naercio destaca ainda que as transferências deveriam ter um valor diferenciado para cada Estado, dependendo do custo de vida (*ver quadro acima*).

Pelo voto condutor no STF, do ministro Gilmar Mendes, o governo deverá estabelecer um valor “suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde”. Cálculos do Ministério da Cidadania apontam que uma parcela de meio salário mínimo (hoje R\$ 522) exigiria cerca de R\$ 195 bilhões ao ano. Duque, da FGV, reconhece que o impacto fiscal da decisão do STF será elevado. “Caberá ao governo encaixar tal novo gasto em um Orçamento já bem apertado”, afirma.

Na avaliação preliminar de Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, a decisão do STF “está mais para canetada”, sem pensar nas consequências fiscais e de desenho do programa. Mendes é um dos propositores - com Vinícius Botelho e Fernando Veloso e patrocínio do Centro de Debate de Políticas Públicas - do Programa de Responsabilidade Social, que prevê o redesenho dos programas sociais e um “seguro” para informais, respeitando as regras fiscais.

Na opinião do economista, o STF legislou. “As falas dos ministros foram todas no sentido do mérito da matéria - como é importante ajudar os pobres -, e não da questão jurídica posta ao STF. Ao falar do mérito, não houve cuidado em analisar os programas que já existem, sua abrangência, vantagens e desvantagens, tampouco de autolimitação do STF para não invadir competências do Executivo e do

Legislativo. O debate se deu como se vivêssemos em um país em que não existe nenhum programa de transferência de renda.”

Tatiana Roque, vice-presidente da Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB), contesta a visão de “canetada”, porque a lei que determina o pagamento já existe. “É uma questão de regulamentação”, afirma. Partir do Bolsa Família é positivo, mas alguns adendos são necessários, observa. “Um deles é tornar o programa mais simples em suas regras e valores, que têm de ser iguais para todos, apontando para a universalidade. Com recorte de renda, obviamente, mas sem tantos casos distintos para elegibilidade. Além disso, tem que ser incondicional, sem fila e com linhas de entrada que cresçam.

Conteúdo Publicitário

Em jantar com empresários e banqueiros, Ciro Nogueira diz que CPI não atingirá Bolsonaro

VALOR INVESTE

Audi A6 e-tron é o conceito elétrico que antecipa o design dos próximos carros da marca

UM SÓ PLANETA

Maior banco da França anuncia que não financiará empresas ligadas ao desmatamento

UM SÓ PLANETA

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Verizon vende Yahoo e AOL para a Apollo por US\$ 5 bi

A conclusão da transação é esperada para o segundo semestre

Aguinaldo deve apresentar hoje parecer sobre reforma tributária

Deputado reagiu a ultimato de Arthur Lira para acelerar tramitação da reforma tributária

Por **Marcelo Ribeiro e Lu Aiko Otta** — De Brasília

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve apresentar seu relatório nesta segunda-feira e defender a votação de uma proposta ampla, diferente do que querem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a equipe econômica e o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

O parlamentar paraibano ficou contrariado com a decisão de Lira de impor um prazo-limite publicamente, mas preferiu atender ao pedido para reforçar seu compromisso com a pauta. Além de apresentar o parecer, o líder da Maioria no Congresso deve fazer defesa enfática de uma reforma ampla, sob a justificativa de que essa foi a alternativa trabalhada desde 2019.

Com a iniciativa, o objetivo é fazer frente ao fatiamento da proposta, defendido publicamente por Lira e Barros na semana passada.

Em discurso no plenário, o líder do governo indicou que a reforma seria apreciada em quatro etapas, começando pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui o PIS/Cofins. A ideia, de acordo com Barros, teria sido construída em um acordo entre líderes partidários, Lira e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Vamos começar pela simplificação tributária e depois avançar na direção de organizarmos o sistema tributário mais fácil para o contribuinte”.

O posicionamento gerou desconforto entre lideranças, o que obrigou o líder do governo a ir às redes sociais explicar que o martelo sobre o fatiamento ainda não estava batido e que dependia de consultas ao relator, ao presidente da comissão mista, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), e também aos líderes partidários.

Parlamentares admitiram que o clima pode azedar. Reservadamente, aliados de Aguinaldo destacam que o relator não acredita que o fatiamento seja a melhor solução para tirar a reforma do papel. “Acho que eles têm uma compreensão errada do que é mais fácil aprovar. A CBS é muito mais difícil aprovar do que a PEC”, pontuou um parlamentar alinhado com o deputado paraibano.

Essa resistência à CBS deve ser explorada pelo relator para defender que o Poder Legislativo desista de apostar na votação da reforma em partes.

Entre integrantes da equipe econômica, a tese é que não há conflito entre reforma fatiada ou reforma ampla. A aposta na versão fatiada se baseia no fato que são projetos de lei. Portanto, têm mais chances de avançar.

Para aprovar uma emenda à Constituição, como é o caso das reformas amplas, é necessário o apoio de 308 deputados em dois turnos. Depois, disso, ainda precisa contar com o aval de 49 senadores em duas votações.

As fatias da reforma são acopláveis às reformas mais amplas analisadas no Congresso, argumenta um interlocutor de Guedes. Para viabilizar a aprovação da CBS, que seria a primeira fatia, o ministro pretende colocar uma carta nova na mesa:

a redução de alíquotas para o setor de serviços, principal opositor da proposta. O texto apresentado pelo governo em julho do ano passado menciona apenas uma alíquota única de 12%.

“Se a gente tem condições de votar uma reforma tributária que vai repercutir positivamente no PIB, com a PEC 45, com a compilação com a PEC 110 e a proposta da CBS, por que a gente não avança com a reforma completa, que tem o debate amadurecido, e parte para começar do zero com uma proposta mais tímida?”, disse o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da PEC 45, uma das principais propostas em tramitação.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), também demonstrou preferência por uma proposta mais abrangente. “Simplesmente unificar o PIS e o Cofins aumenta a carga tributária e terá efeito mínimo na simplificação”, escreveu em sua página oficial no Twitter.

Segundo aliados próximos de Lira, o momento de desenterrar a reforma subitamente foi escolhido a dedo pelo presidente da Câmara, com os objetivos de ter uma agenda para concorrer com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia.

Além de ofuscar os trabalhos do colegiado, que tem como alvo o presidente Jair Bolsonaro, de quem é aliado, o avanço da reforma também devolveria protagonismo à Casa.

Com a CPI, as atenções estão voltadas para o Senado e para o relator Renan Calheiros (MDB-AL), adversário de Lira em Alagoas. Ainda que rejeite a possibilidade oficialmente, nos bastidores, é crescente a expectativa de que Lira substitua Aguinaldo na relatoria da reforma tributária.

A manobra atenderia a um pedido do líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB), seu fiel escudeiro, que deve ser adversário do relator na disputa pelo Senado em 2022 na Paraíba.



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

A bonança externa e a oportunidade perdida

Num cenário marcado por diversas indefinições, o Brasil perde a oportunidade de se beneficiar com mais intensidade da atual bonança externa

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Com a disparada das commodities, o Brasil vive um choque externo positivo. No primeiro trimestre, os preços de exportação dos produtos básicos subiram 20% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo números da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex). Os termos de troca (a relação entre os preços das vendas e das compras externas) estão nos níveis mais elevados desde 2011, o pico do chamado superciclo de commodities, que ganhou força especialmente a partir de meados da década passada.

O país, porém, não aproveita como poderia o efeito favorável do atual quadro externo. A pandemia e as dificuldades fiscais e políticas mantêm a incerteza em nível elevado, impedindo que resultados expressivos dos setores ligados a commodities impactem ainda mais a economia, como diz o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

País vive um choque externo positivo, com a alta das commodities

Nas estimativas da MB Agro, a renda agropecuária deve aumentar 40% neste ano, para R\$ 965 bilhões, considerando aí os segmentos de grãos, café, laranja, cana e pecuária, beneficiados pelo alta de preços e pelo câmbio desvalorizado. O cenário global também é positivo para outras commodities, como o minério de ferro. O comércio exterior, nesse ambiente, vive um momento extremamente benigno. “O aumento nos preços das commodities, a desvalorização cambial e o crescimento da China e dos Estados Unidos são favoráveis ao Brasil”, resume a economista Lia Valls Pereira, no Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O agronegócio teve um peso de 26,6% no PIB no ano passado, de acordo com estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP). Nesse conceito amplo estão incluídos, além das atividades agropecuárias, os insumos, a agroindústria e os serviços ligados a esses segmentos.

“Aqui nós falamos só do agronegócio, que tem uma capilaridade maior no país, mas produtores de outras commodities, como as metálicas, petróleo e gás e celulose, também estão se beneficiando desse movimento”, diz Vale, avaliando que 40% ou mais do PIB brasileiro, levando em conta o peso desses outros produtos, devem registrar forte expansão neste ano. Isso ajuda a economia, sem dúvida, mas o efeito poderia ser bem maior, afirma Vale, que projeta crescimento de 2,6% neste ano e de 1,8% no ano que vem. Em 2020, o PIB encolheu 4,1%, e deixou uma herança estatística de 3,6% para este ano.

Isso quer dizer que, se o PIB não crescer nada em relação ao fim de 2020, a economia já teria uma expansão de 3,6%, apenas pelo efeito estatístico. Um crescimento de 2,6% significa que o PIB vai terminar 2021 abaixo do nível do fim do ano passado. Incertezas fiscais e políticas, por exemplo, reduzem o impacto potencial desse movimento positivo dos produtos primários.

“Além disso, nós estamos com dificuldades para crescer faz tempo”, diz Vale, lembrando que, depois da recessão que atingiu o país entre o segundo trimestre de 2014 e quarto trimestre de 2016, a retomada da economia tem sido lenta. O país não consegue dar o impulso necessário ao investimento, fundamental para elevar a capacidade de crescimento da economia. “Parte disso é um país que vive em intensa turbulência há vários anos”, afirma ele, observando que, se houver uma recessão no primeiro semestre deste ano, o país terá enfrentado três contrações econômicas em seis anos. “Tantos choques negativos são prejudiciais para quem quer investir”, diz Vale.

O presidente Jair Bolsonaro é uma fonte constante de incertezas, a começar pela condução desastrosa da política de combate à covid-19. O recrudescimento da pandemia e o atraso na vacinação afetam o crescimento, obrigando Estados e municípios a adotar medidas de restrição à mobilidade social. A política ambiental do governo, por sua vez, tende a afetar o investimento estrangeiro, num momento em que o setor privado em grande parte do mundo leva em conta critérios de sustentabilidade mais rigorosos na hora de aplicar seus recursos.

Há ainda dúvidas sobre a trajetória das contas públicas brasileiras, devido à resistência do sistema político em conter o crescimento de gastos. Além disso,

Bolsonaro ataca com frequência o Supremo Tribunal Federal (STF) e os governadores, provocando a todo momento desgastes institucionais.

Vale vê um cenário pouco animador à frente, dado o tamanho dos desafios políticos do Brasil. Um dos efeitos desse quadro de indefinição é a saída de várias empresas do Brasil, avalia ele. “Seria o momento de um projeto agressivo de reformas, mas, com este governo na reta final e enfraquecido, não há como acontecer. Os investimentos maiores tendem a ficar em ‘stand by’, até nós sabermos para onde vai a política em 2023.”

Uma das exceções é o setor de infraestrutura, no qual as concessões ao setor privado devem continuar a avançar, segundo ele. O sucesso no leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), que arrecadou R\$ 22,7 bilhões, é um sinal disso.

“O Brasil é o país com mais déficit de infraestrutura entre os emergentes relevantes. Aqui nós veremos investimentos acontecerem, especialmente em saneamento, óleo e gás e aeroportos”, diz Vale. “Mesmo com todas as dificuldades, há uma aposta da infraestrutura atrelada às commodities. Elas são quase um seguro de que esse investimento em infraestrutura será rentável.”

O grau elevado de incerteza vigente no país tem impedido ainda uma valorização mais forte do real. A moeda segue em nível bem mais fraco do que o indicado pela evolução dos termos de troca e da situação das contas externas, mesmo depois da apreciação observada nos últimos dias. Isso pode fazer com que o Banco Central (BC) tenha de elevar os juros mais do que seria necessário se o câmbio estivesse menos depreciado, com prováveis efeitos negativos sobre a atividade. Num cenário marcado por diversas indefinições, o Brasil perde a oportunidade de se beneficiar com mais intensidade da atual bonança externa.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Economia deve crescer 2,1% neste ano, estima Cemap

Menor estímulo fiscal, choques econômicos provocados pela pandemia e vacinação lenta devem impedir alta mais forte

Por Ana Conceição — De São Paulo

03/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Um menor estímulo fiscal e o efeito cumulativo negativo dos choques econômicos provocados pela pandemia sobre empresas e famílias, aliados ao lento ritmo de vacinação no país, devem impedir um crescimento mais expressivo da atividade neste ano, segundo o professor Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap), da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EESP-FGV).

Mais pessimista que a mediana do mercado, ele espera crescimento de apenas 2,1% no Produto Interno Bruto (PIB) de 2021, estimativa que também é a mínima registrada no boletim Focus, do Banco Central, que colhe projeções entre algumas dezenas de instituições do mercado financeiro. A mediana do Focus está em expansão de 3% neste ano.

O nowcast desenvolvido pelo Cemap, que estima a atividade em tempo real a partir de uma série de indicadores, aponta pequena alta de 0,2% para o PIB do primeiro trimestre, sobre o último três meses de 2020, com base em dados disponíveis até dia 28 de abril. O dado é usada como insumo para o modelo de previsão para o ano.

A previsão do primeiro trimestre parte dos bons números de atividade já divulgado para janeiro e fevereiro, mas adicionados de uma previsão de queda em março diante do recrudescimento da pandemia, algo que afetou com mais intensidade o mês de abril e pode gerar um segundo trimestre negativo.

A recuperação deve vir no segundo semestre, mas num ritmo mais fraco que a maioria das previsões, diz o economista.

“A economia deve começar a andar em junho, depois de um maio de lado. Estou mais pessimista quanto ao terceiro e quarto trimestre. Houve uma forte sequência de choques sobre a economia, muitas empresas estão passando por dificuldades e a vacinação não avança”, diz Marçal, que não vê ainda elementos que garantam um crescimento mais forte até o fim do ano. Ele ainda cita inflação e juros de longo prazo mais altos, que ajudam a tirar fôlego do crescimento.

A reedição - com bastante atraso - de programas de apoio como o auxílio emergencial e o BEm, de proteção ao emprego formal, tem menor potência neste ano, e os problemas fiscais não só da União, mas de Estados e municípios, cresceram, observa. “2021 deve ser um repeteco do ano passado, um primeiro semestre pior e um segundo semestre de recuperação”, diz. A diferença é a magnitude.

Na comparação com mesmo trimestre do ano passado, as estimativas do Cemap são de queda de 0,8% no primeiro trimestre, alta de 8% no segundo trimestre e de 1,1% no terceiro e quarto trimestres. No Focus, as previsões chegaram a apontar queda de 1% no primeiro trimestre, e agora estão na casa do 0,60% negativo. Mas as estimativas para os trimestres seguintes têm sido reduzidas lentamente nas últimas semanas.

Marçal pondera que a construção de cenários macroeconômicos neste ano tem sido especialmente difícil, até por questões de ordem política. A CPI da pandemia e os embates entre Executivo, Legislativo e Judiciário contribuem para injetar mais incertezas ao cenário.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

mercado

Brasil deve ter menor crescimento entre as dez maiores economias

Estudo da FGV com dados do FMI mostra que França e Reino Unido se aproximarão do país em 2021

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Brasil terá o pior desempenho econômico entre as dez maiores economias mundiais, considerando o critério da PPC (paridade de poder de compra), que reflete as diferenças de custo de vida entre os países.

É o que mostra estudo feito a pedido da Folha pelos economistas Claudio Considera e Juliana Trece, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), com base em dados e projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgados em abril.

Se for considerado o tamanho das economias mundiais com base na PPC, o Brasil deve manter em 2021 a 8ª posição pelo terceiro ano seguido. Em 2018, era o sétimo.

Em 2020, o Brasil conseguiu reduzir a distância para a maioria dos países que estão à sua frente, exceto em relação a China e Índia, que tiveram desempenho econômico melhor.

Em 2021, as sete maiores economias do planeta terão performance superior à brasileira, segundo a estimativa do FMI, que é mais otimista que a do governo brasileiro.

O país não deve perder posições no ranking neste ano, se

a projeção se confirmar, mas ficará próximo de ser ultrapassado por França e Reino Unido, atuais 9º e 10º colocados, que também vão crescer mais em 2021.

O Fundo projeta crescimento de 3,7% para o Brasil neste ano. O Ministério da Economia, de 3,2%. A estimativa do mercado está em 3,09%, segundo a pesquisa Focus do Banco Central. A média mundial é uma expansão de 6%, segundo projeção do FMI.

Pelo critério do PPC, a China é a maior economia mundial, seguida por EUA, Índia, Japão, Alemanha, Rússia, Índia,

nésia e Brasil. A série histórica do ranking PPC foi alterada por causa da revisão para cima do PIB brasileiro de 2018 e 2019, melhorando a colocação do país na lista — inicialmente, estimou-se queda do Brasil no ranking nesses dois anos.

No ano passado, o Brasil teve uma queda do PIB de 4,1%, acima da média mundial de 3,3%, além de uma desvalorização da sua moeda de cerca de 30%, um dos piores desempenhos internacionais.

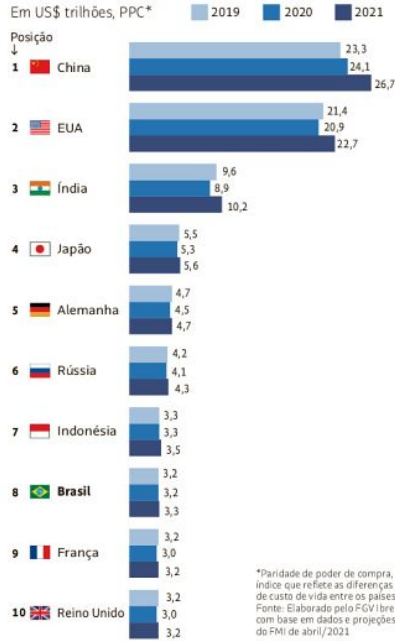
Em 2021, o câmbio não deve se desvalorizar tanto. No ano passado, o dólar passou de R\$ 4,03 para R\$ 5,20. As expectativas de mercado indicam uma taxa de R\$ 5,40 no fim deste ano.

“Mesmo que o real não se desvalorize tanto neste ano, você vai ter um crescimento menor do que no resto do mundo jogando contra, porque nós não cuidamos direito da pandemia”, diz Considera.

Segundo ele, mesmo que o país tenha uma recuperação em “V”, como afirma o governo, o crescimento deste ano não vai repor as perdas de 2020, e, mesmo que isso ocorresse, o país voltaria para o patamar de crescimento muito baixo verificado de 2017 a 2019.

A expectativa do Ibre é uma variação do PIB próxima de

Maiores economias do mundo



“Mesmo que o real não se desvalorize tanto neste ano, você vai ter um crescimento menor do que no resto do mundo jogando contra, porque não cuidamos direito da pandemia”

Claudio Considera economista do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas)



Cafés e restaurantes reabrem em áreas externas na Holanda. Clientes na praça Neude, em Utrecht; país relaxou medidas de distanciamento social, mas mantém toque de recolher noturno. Robin van Lonkhuijzen/ANP/AFP

71% projetam retomada da atividade apenas a partir de 2022, afirma CNI

Douglas Gavras

SÃO PAULO A lentidão da campanha de vacinação e um recrudescimento da pandemia de Covid-19 têm pesado nas expectativas da população, e 7 em cada 10 brasileiros dizem acreditar que a economia irá se recuperar só a partir de 2022, de acordo com levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Quando a mesma pergunta foi feita em julho do ano passado, 61% responderam que a economia brasileira deveria se recuperar dos efeitos da Covid-19 em até dois anos ou mais.

“Só a imunização em massa da população vai recolocar o Brasil no caminho da retomada da economia”, diz Robson Braga de Andrade, presidente da entidade.

Os dados apontam que 83% dos entrevistados consideram o ritmo de vacinação no país

lento ou muito lento, e 21% dizem acreditar que serão vacinados apenas no ano que vem.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, revisou o calendário de vacinação contra a Covid-19 e adiou o fim da imunização do grupo prioritário em quatro meses, de maio para setembro.

Só a imunização em massa da população vai recolocar o Brasil no caminho da retomada da economia

Robson Braga de Andrade presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria)

Andrade, da CNI, ressalta que é preciso avançar na execução do Plano Nacional de Imunização, respeitando a ordem dos grupos prioritários, para que a população consiga recuperar a confiança.

O levantamento, feito em parceria com a FSB Pesquisa, aponta também o impacto da crise provocada pela pandemia nos salários, seja de quem tem carteira assinada ou não.

Para 41% dos entrevistados, o rendimento ficou igual, enquanto 32% dizem que os rendimentos diminuirão.

Em um cenário ainda mais grave, 14% disseram que perderam toda a renda. Em contrapartida, 71% dos entrevistados afirmaram que reduziram gastos por causa das medidas de distanciamento social — mesmo resultado observado em julho do ano passado.

Só que o nível de cortes no orçamento doméstico

Mais pessimistas

Majoria diz que economia só se recupera a partir de 2022



aumentou: se na metade do ano passado, 30% dos que afirmaram ter reduzido gastos foram obrigados a fazer um corte grande ou muito grande em suas despesas, agora são 40% os que dizem ter feito o mesmo.

De acordo com a instituição, ainda que a pesquisa impossibilite afirmar que o ritmo de vacinação tem postergado a recuperação da economia, ela é medida fundamental “não só do ponto de vista do enorme custo humano que a pandemia impõe mas também fundamental para a retomada da economia”.

Em relação ao processo de reabertura de estabelecimentos comerciais e de ensino, a maioria aprova o funcionamento do comércio de rua (61%). A maior parte, no entanto, é contra a abertura de shopping centers (57%), salões de beleza (51%), academias (62%) e bares e restaurantes (60%).

A pesquisa ouviu, por telefone, 2.010 pessoas, de 16 a 20 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

mercado

Guedes vai a Fux na véspera de sessão que pode dar perda bilionária à União

Supremo julga hoje se exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins tem efeito retroativo

Matheus Teixeira e Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, que a corte evite um prejuízo aos cofres públicos e determine que a exclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS e da Cofins só valha daqui em diante, sem efeito retroativo.

A reunião foi nesta quarta-feira (28), e o julgamento sobre o tema está marcado para quinta (29) como segundo item da pauta.

O primeiro é a análise da decisão liminar (provisória) do ministro Dias Toffoli que invalidou trecho de uma lei de 1999 que, segundo ele, abre margem para que patentes tenham prazo indeterminado.

O interesse do governo está na análise do recurso em que a União pede para o Supremo esclarecer o alcance da decisão tomada em 2017 de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Não há uma certeza sobre o tamanho do prejuízo que uma decisão contra a União representaria, mas todas as estimativas passam de R\$ 220 bilhões.

Segundo a Receita Federal, o potencial impacto econômico está na ordem de R\$ 258,3 bilhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o gover-



O presidente do STF, Luiz Fux, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante audiência nesta quarta (28) Nelson Jr./SCD/STF

no estímulo que o prejuízo ficaria na casa dos R\$ 229 bilhões.

Na reunião com Fux, por sua vez, o ministro da Economia afirmou a Fux que esse valor pode passar de R\$ 245 bilhões caso o Supremo tome uma decisão desfavorável.

Não é só o Executivo, no entanto, que tem pressionado o STF sobre o tema.

Em carta enviada ao pre-

sidente do Supremo, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a CNT (Confederação Nacional do Transporte) e outras entidades que representam o setor privado foram no sentido oposto do governo e pediram que não seja restringido o alcance da decisão de 2017 sobre o tema.

Além do encontro de Guedes com Fux, integrantes da

Procuradoria da Fazenda Nacional, por sua vez, também estiveram com outros ministros na tentativa de sensibilizar o tribunal e impedir uma derrota no julgamento.

A primeira derrota para a União sobre o tema foi há quatro anos, quando, por 6 votos a 4, o STF afirmou que o ICMS não faz parte do faturamento da receita da empresa e,

por isso, deve ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais.

Assim, os valores que as empresas pagam ao governo em PIS e Cofins devem ser reduzidos, uma vez que o imposto sobre circulação não incide também sobre eles.

A intenção da União é que seja aplicada a chamada doação de efeitos à decisão

Aras diz ao STF que lei da autonomia do BC é inconstitucional

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça-feira (27) que seja reconhecida a inconstitucionalidade da lei que instituiu a autonomia do Banco Central.

Aras apontou que a norma aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo pre-

sidente Jair Bolsonaro (sem partido) teve origem em projeto de iniciativa parlamentar, quando a matéria é tema privado do chefe do Executivo.

Na manifestação ao Supremo, o procurador-geral não entrou no mérito sobre a possibilidade de o Banco Central ser ou não autônomo.

A controvérsia é tema de uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) apresen-

tada ao Supremo pelos partidos PT e PSOL.

O relator é o ministro Ricardo Lewandowski.

Com o objetivo de blindar a instituição de interferências políticas e criar mandatos fixos, o projeto de lei deu autonomia ao BC foi proposto pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) e aprovada em novembro de 2020.

O texto seguiu para votação

na Câmara, em fevereiro, e foi sancionado por Bolsonaro. A regra desvinculou o BC do Ministério da Economia.

Aras entendeu que houve violação formal na tramitação da proposta. Após a aprovação pelo Senado, quando o texto chegou à Câmara, um projeto de iniciativa do Executivo que já tramitava naquela Casa foi anexado a ele.

Após análise dos dois proje-

tos pelos deputados federais, o projeto do Senado foi aprovado e encaminhado à sanção presidencial. O texto de iniciativa do Palácio do Planalto, por sua vez, foi rejeitado.

O procurador-geral destaca que a inconstitucionalidade não reside no fato do apensamento nem na circunstância de os projetos terem recebido emendas e textos substitutivos no Parlamento.

"O ponto central da questão é o Senado Federal não ter deliberado sobre o projeto de iniciativa do presidente da República", afirmou Aras, por sua vez, foi rejeitado. "Manifesta-se pelo reconhecimento parcial da ação e, na parte conhecida, pela que se declare a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar 179/2021", concluiu o procurador-geral.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO PEDRO ELIAS DABURI, brasileiro, casado... CALADO DE ANDARAÉ, brasileiro, casado... DECLARAÇÃO: Nos termos da Lei nº 1.326/2014...

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENCTC EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 088/2021 - Proc. Adm. nº 303/2021

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE BAHIA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAEF

MEGA LEILÃO DE IMÓVEIS EXTRAJUDICIAL - ID - 374 PRESENCIAL E ON-LINE DIA: 07/05/2021-AS 11:00

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 087/2021 - Proc. Adm. nº 299/2021

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2021 Tipo: Menor Preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 087/2021 - Proc. Adm. nº 299/2021

Bolsa fecha em alta e dólar cai para R\$ 5,36

O dólar caiu 1,84%, a R\$ 5,36, nesta quarta (28), após o Fed (Banco Central americano) manter o juro e seu programa mensal de compra de títulos...

Lotação de UTIs acima de 90% atinge 16 capitais e o DF

Rio de Janeiro, que reabriu bares e atrações turísticas, está com 96% de ocupação; Campo Grande, 98%

Júlia Barbon, Katna Baran e João Valadares

RIO DE JANEIRO, CURITIBA E RECIFE Depois de uma leve melhora, a demanda por internações pela Covid voltou a subir nos estados. Em 16 capitais brasileiras e no Distrito Federal, 90% ou mais dos leitos públicos para pacientes graves da doença estão ocupados, segundo dados de segunda-feira (26). Na semana anterior, eram 14 capitais e o DF.

Uma das altas na demanda ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, que voltou a liberar a entrada em bares e restaurantes, o uso das praias durante a semana e também a visitação de atrações turísticas como o Cristo Redentor.

A taxa sofreu um aumento na última semana, de 93% para 96%. Com poucos leitos criados recentemente, 45 pessoas se seguem aguardando transferência para terapia intensiva ou enfermagem.

No estado do Rio, a fila por UTIs públicas, que havia despencado na última semana, também voltou a crescer, passando de 196 para 241 pessoas. Mesmo assim, a ocupação de leitos vem tendo leves quedas e está em 82%.

Campo Grande continua a ter a mais alta taxa de ocupação, de 98%. Há 24 pessoas que esperam por vagas.

Mato Grosso do Sul conseguiu superar a superlotação de hospitais que perdurava desde o final de março, mas ainda está com 98% das UTIs ocupadas, mesmo com acréscimo semanal de leitos.

O estado tem vivido o pior período desde o início da pandemia. Um terço do total de mortes no estado se concentrou entre março e abril.

Sergipe e Aracaju seguem com ocupação quase total, com 97% e 98% das suas UTIs, respectivamente. A fila por leitos não diminuiu na última semana e acumula 40 pacientes, sendo 18 delas na capital.

Em Pernambuco, apesar da abertura de 110 vagas de UTI no último mês, a taxa de ocupação permanece em 97%.

No estado, há 1.386 pessoas internadas recebendo cuidados intensivos. É o maior número desde o início da pandemia. Nesta terça, havia 40 pacientes graves esperando para acessar um leito. Na semana passada, eram 75.

No Ceará, a situação também permanece bastante grave. A taxa de ocupação subiu de 95% para 97%.

No Acre, a situação melhorou, de 94% para 82%. Em Rio Branco, onde só há UTIs públicas em três unidades de saúde, a ocupação baixou de 100% para 94%. A fila, que acumulava 14 pacientes, também zerou. Em Curitiba, a situação permaneceu estável em uma semana, com 93% de UTIs ocupadas e 38 pacientes aguardando por vagas na região metropolitana.

Após o lockdown, encerrado no começo do mês, a cidade viu despencar o número de casos. Porém, com o agravamento dos casos e consequente aumento na média de dias de internamento, essa queda ainda não se refletiu nos hospitais. A média diária de mortes continua elevada e gira em torno de 25 por dia.

No Rio Grande do Sul, a taxa de ocupação de UTIs vem

caindo e está em 81%, mesmo com a desativação de 12 leitos na última semana e a alteração da bandeira preta para vermelha feita pelo governo.

A queda se reflete em Porto Alegre, onde 81% das UTIs estão ocupadas e há três pessoas aguardando vagas.

Em Santa Catarina, o cenário é de estabilidade, com a taxa girando em torno de 94% e 45 pessoas na fila. O mesmo ocorre na capital, Florianópolis, onde o índice de ocupação continua beirando os 90% — a fila permanece zerada.

No Rio Grande do Norte, a ocupação passou de 92,8% para 91,6%. Na região metropolitana de Natal, 92,5%.

Na sexta-feira, em entrevista sobre a pandemia no estado, o secretário de saúde, Cipriano Maia, afirmou que o RN tem mantido uma média diária de 700 novos casos.

Minas Gerais teve uma leve redução na taxa de ocupação das UTIs entre o início da semana passada e esta segunda: passou de 89% para 85%.

Ainda assim, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, no início da manhã de segunda, 244 pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo coronavírus aguardavam por leitos do tipo no estado. Na semana passada, 277 pessoas estavam na fila.

O governo Romeu Zema (Novo) decidiu passar 13 das 14 macrorregiões de saúde do estado para a onda vermelha de plano que orienta a flexibilização de atividades em Minas, fase menos restritiva que a onda roxa, a única imposta a aos municípios — a medida passou a valer no sábado.

Em Porto Velho, pela primeira vez em dois meses, o índice de ocupação de leitos de UTI ficou abaixo de 90% — 89,6%. A fila está zerada.

No Piauí, a ocupação de leitos de UTI segue acima de 90%, embora tenha ocorrido uma ligeira queda nesta semana. Com 449 leitos disponíveis, o índice de ocupação está em 93%, 1% a menos em relação ao cenário do dia 19.

A fila de espera por uma vaga em UTI também diminuiu, de 35 para 27.

Já na capital do estado, Teresina, a ocupação de leitos está em 93%, ante os 91% da última semana, com 12 pessoas à espera de uma vaga.

A ocupação das UTIs paulistas continua em declínio. Se comparados os dias 19 e 26 de abril, a queda é de 2,6% — de 83% para 80,4%. Em relação à última semana de março, a queda foi de quase 7%.

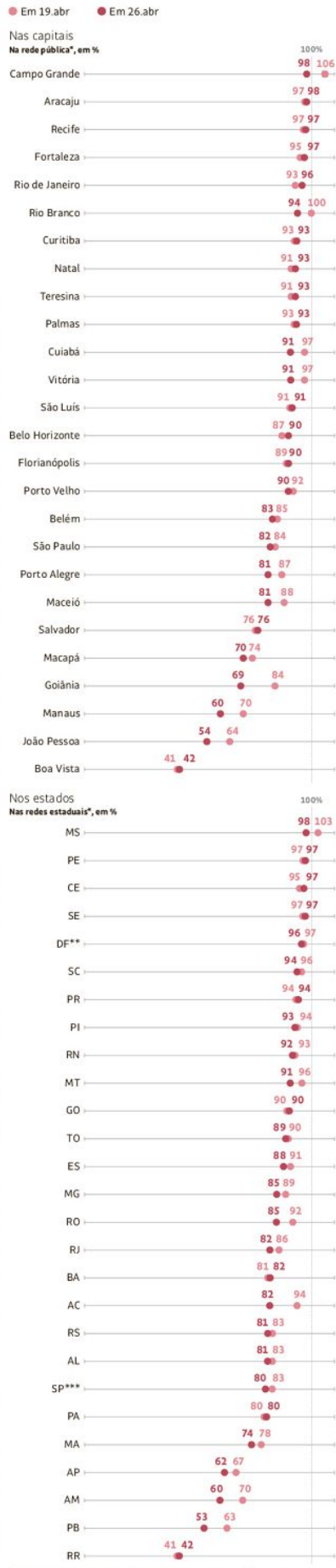
Na Grande SP, as taxas de internação alcançaram 78,7%; a capital paulista registrou 82%.

Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, o total de hospitalizados é 29,5% menor que no final do mês passado, que ultrapassou a casa dos 31.200. O órgão não informa a fila de espera, mesmo questionado semanalmente.

As solicitações para leitos de UTI na central de regulação de vagas do município caíram de 84 para 71, se comparadas com a semana anterior. É importante esclarecer que a informação é dinâmica e com variações em um mesmo dia.

Colaboraram Marcelo Toledo, de Ribeirão Preto, Fernanda Canfide, de Belo Horizonte, Monica Prestes, de Manaus, Patrícia Pasquini, de São Paulo, e Natália Cascani, de Brasília

Ocupação de UTIs para Covid



*BA, CE, RJ, RN, AL e SE incluem leitos estaduais, municipais e federais; PI e Teresina incluem leitos públicos e privados; RS e Porto Alegre contabilizam todos os leitos, e não apenas os para Covid-19. João Pessoa, Natal, Recife e Vitória consideram região metropolitana, Belém considera a região metropolitana e a região de saúde Tocantins, e Cuiabá também considera a Baixada. Paraíba divulga total de UTIs que inclui leitos adulto, pediátrico e obstétrico; Palmas inclui leitos estaduais e privados contratados pelo estado; MG contabiliza leitos SUS de gestão hospitalar municipal, estadual, federal e privada, assim como a Rede SUS BH. São Luís considera apenas leitos estaduais. Governo do Maranhão ressalta que a fila por leitos não é causada por excesso de ocupação, mas pela pressão normal de regulação. **Dados do DF de fila de espera se referem apenas a pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19. ***Média diária na 2ª semana de abril de leitos Covid-19 regulados pelo estado de SP. Fontes: Governos estaduais e prefeituras.

Justiça condena Estado a pagar R\$ 2 mi a homem preso injustamente

Artur Rodrigues

SP VAI IMPLANTAR BILHETE DIGITAL EM ONIBUS DA EMTU

SÃO PAULO A Justiça condenou nesta terça (27) o Estado a pagar indenização de R\$ 2 milhões ao artista plástico Eugênio Flúza de Queiroz, que ficou preso por 17 anos injustamente, acusado de ser esturpador. Eugênio foi preso no lugar do criminoso conhecido como "maníaco do Anchieta", em 1995, em Belo Horizonte. Na prisão, passou por torturas e traumas, em um dos casos conhecidos em que alguém passou mais tempo preso injustamente no Brasil.

O valor, em relação à primeira instância, caiu em R\$ 1 milhão, após recursos do Estado. Atendido pela Defensoria Pública de MG, Eugênio também garantiu a manutenção dos cinco salários mínimos mensais que vinha recebendo.

Em 1995, ele foi reconhecido por uma vítima de estupro e preso quando esperava a namorada em uma praça. Depois disso, no total, oito vítimas reconheceram Eugênio.

Posteriormente, ele relatou que, ao ser preso, foi torturado para confessar os crimes. Marta Juliana Marques Ferraz, uma das defensoras públicas que atuou no caso de Eugênio, lembra diversos sofrimentos pelo qual ele passou no cárcere. Ao chegar à prisão, teve o corpo raspado com uma lâmina de barbear pelos presos, ficando muito ferido.

Artista plástico, ele não podia mais pintar na prisão. Para se distrair, ele passava o tempo fazendo tapetes.

Durante as rebeliões, vivia com medo de ser alvo dos demais presos, devido ao estigma de esturpador na prisão. Além disso, segundo a defensora, perdeu, quando estava preso, a maioria dos familiares e o contato com o filho. "O maior erro na situação dele foi que mesmo preso ele continuou respondendo por crimes", diz a defensora.

A situação começou a mudar quando uma vítima reconheceu, na rua, Pedro Meyer, que depois seria apontado por outras vítimas como o verdadeiro "maníaco do Anchieta".

Aessa altura, outro homem também estava preso e havia sido reconhecido por crime que depois seria atribuído pela vítima a Meyer, o porteiro Paulo Antônio da Silva.

Ambos os casos, então, foram reabertos e ambos os presos injustamente foram soltos.

Meyer foi condenado em um caso — os outros já estavam prescritos. A Agência Pública, em 2016, um advogado de Meyer afirmou que o clamor social e a intensa exploração midiática contribuíram para que ele fosse sumariamente considerado culpado.

Enquanto isso, sem dinheiro, Eugênio passou a viver com ajuda de uma irmã, um dos poucos familiares que sobreviveram. Posteriormente, ação da Defensoria garantiu cinco salários mínimos a ele.

Um relatório falou com familiares de Eugênio, que relataram que ele viveu grande trauma e tem sequelas psicológicas. Mesmo solto, era reconhecido na rua por pessoas que acreditavam que ele fosse o "maníaco do Anchieta" — estigma vivido por seus parentes.

Em recurso, segundo a Defensoria, o Estado alegou não haver motivo para indenização porque a prisão e condenação de Eugênio Flúza teriam ocorrido no "estricto cumprimento do dever legal imposto aos agentes públicos pela lei".

No julgamento, ajudado pelo defensor público Wilson Hallak, por unanimidade, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de MG determinou o pagamento da indenização de dois cinco salários mínimos.

mercado

Marinho e Lira se alinham contra cortes no Orçamento

Tesourada pode paralisar 250 mil obras para baixa renda do Minha Casa em maio

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA A ala política do governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se alinharam em relação à necessidade de reverter alguns dos cortes feitos em verbas de ministérios, especialmente na pasta de Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, e no de Meio Ambiente, de Ricardo Salles.

Para resolver um impasse em torno do Orçamento de 2021, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou cerca de R\$ 20 bilhões em despesas e bloqueou outros R\$ 9 bilhões de gastos, que só serão liberados se houver dinheiro ao longo do ano.

Isso acabou afetando algumas obras e outras áreas que desagradaram à ala política do governo.

Em entrevista ao canal da ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu) nesta sexta (30), Lira afirmou que, na próxima terça-feira (4), o Congresso Nacional deve votar um projeto para ajuste do Orçamento, que, segundo ele, sofreu cortes que foram inadequados.

O presidente da Câmara citou especificamente a tesourada no programa Minha Casa Minha Vida, em pesquisa de vacina contra a Covid-19, no Censo de 2021, na agricultura e serviços essenciais.

"Nós, da Câmara, demonstramos à parte técnica do governo que poderíamos fazer diversos ajustes porque o Orçamento é uma peça autoritativa, de modo que deixasse esses setores que são primordiais, essenciais para o



O ministro Paulo Guedes (Economia) acena no leilão da Cedeas, em SP. Jardiel Carvalho/Folhapress

Brasil, tanto o setor produtivo, como esses assuntos, como casa própria, construção pela metade, isso não existe no Brasil do século 21", disse.

Lira disse que conversaria no fim de semana com ministros das áreas afetadas e com o relator do projeto no Congresso e afirmou que o Orçamento será ajustado para não prejudicar os setores.

Na pasta de Marinho, os vetos podem paralisar já em maio 250 mil obras do famba 1 do Minha Casa, que atende a renda mais baixa.

O programa tinha cerca de R\$ 2,1 bilhões para o ano, segundo o Orçamento aprovado pelo Congresso, e ficou com pouco mais de R\$ 100 milhões.

Além de obras de habitação, os cortes na pasta podem interromper ações de prevenção de desastres naturais, com obras de contenção de encostas, e contra cheias e inundações.

Na área de mobilidade, devem ser afetadas as obras de metrô em Fortaleza, São Paulo e Salvador.

Outros 200 empreendimentos de saneamento devem parar até o fim do ano se o Ministério do Desenvolvimento Regional não receber mais dinheiro.

Marinho havia sido o maior beneficiário de recursos durante a tramitação do Orçamento no Congresso. Agora, com os vetos, o orçamento

da pasta recuou para aproximadamente R\$ 13 bilhões —o menor valor durante a gestão de Bolsonaro. Em 2020 e 2019, esse montante foi, em média, de R\$ 20,5 bilhões.

O ajuste no Orçamento (com cortes e bloqueio) foi para abrir espaço a despesas obrigatórias, como aposentadorias e pensões, que estavam com estimativa abaixo do mínimo calculado pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

Esse repasse de recursos para gastos obrigatórios ainda será votado pelo Congresso. Por isso, a articulação de integrantes do governo envolvidos parlamentares, que podem desfazer cortes nas pastas

de Marinho e Salles.

A estratégia prevê, portanto, destinar menos dinheiro para despesas da Previdência Social, deixando margem para a retomada da verba para programas ambientais e obras com risco de paralisação.

Além de Marinho e Lira, Salles também já demonstrou insatisfação com os cortes feitos em sua pasta, logo após Bolsonaro prometer ampliar investimentos em fiscalização ambiental. A tesourada na pasta foi de R\$ 240 milhões.

O corte atingiu programas sobre a mudança do clima em R\$ 5,2 milhões, o que afeta o apoio a projetos de pesquisa relacionados a alterações no clima e ações ligadas à redução dos efeitos de desertificação.

Outros R\$ 6 milhões foram cortados no programa de prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias.

Em ofício enviado ao Ministério da Economia na sexta-feira (23), no dia seguinte à Cúpula de Líderes sobre o Clima, o ministro do Meio Ambiente pediu suplementação orçamentária de R\$ 270 milhões para Ibama e ICMBio, órgãos federais de fiscalização.

Como o Orçamento de 2021 já está no limite do teto de gastos, o aumento de recursos para as pastas depende do corte de outras despesas. O teto impede o crescimento dos gastos acima da inflação.

Na avaliação da ala política do governo, o espaço para ações ambientais solicitado por Salles será difícil de conseguir, já que o corte dos vetos a essa área repercutiu mal na semana passada.

Sob fogo cruzado, Guedes, por sua vez, atribui ao Congresso um dos cortes questionados: o do Censo.

"Não fomos nós que cortamos o Censo. Quando houve corte no Congresso, a explicação que nos deram é que o isolamento social impediria que as pessoas fossem de casa em casa transmitir o vírus", afirmou o ministro da Economia nesta semana.

Ministro alfineta Guedes em leilão de saneamento

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, usou seu discurso após o encerramento do leilão de concessões de saneamento do Rio para alfinetar o ministro da Economia, Paulo Guedes, que afirmou esta semana que "todo mundo quer viver 100, 120, 130 anos" sem que haja capacidade no serviço público para atender a todos.

Dirigindo-se ao governador em exercício do Rio, Cláudio Castro (PSC), Marinho afirmou que a universalização dos serviços de água e esgoto no estado vão beneficiar a população "mais pobres, as pessoas mais humildes, as pessoas mais desassistidas".

"Que vão poder ter melhor qualidade de vida. Que vão viver mais e melhor. Quem sabe possam viver 100, 110, 120 anos. Tomara que isso aconteça em breve no nosso país. Com qualidade, com vida plena, com acesso a educação com acesso a saúde, com acesso à cidadania", afirmou. Guedes havia acabado de discursar e estava sentado na plateia ao lado de Jair Bolsonaro.

Para encerrar o evento, os dois subiram ao palco com o presidente e seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RI) para a cerimônia final de batida do martelo, tradição em leilões.

Na terça (27), ao falar sobre o futuro do setor de saúde e o aumento da expectativa de vida da população em reunião do Conselho de Saúde, Guedes declarou ainda que a rede pública não vai conseguir acompanhar a demanda.

"Todo o mundo quer viver 100, 120, 130 anos. Todo o mundo vai procurar serviço público [de saúde] e não há capacidade instalada no setor público pra isso. Vai ser impossível", afirmou o ministro.

Guedes não apita em política, afirma Bolsonaro a executivas

Paula Soprana

SÃO PAULO Em um discurso a mais de 40 executivas reunidas em São Paulo para um almoço no Palácio Tangará, nesta sexta (30), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que Paulo Guedes, ministro da Economia, não apita em política.

"Converso com eles [ministros] antes de tomar qualquer decisão, seja a mais simples, a mais normal. Chamo Damares e pergunto o que fazer. Paulo Guedes, na economia, quase nada falo. Temos um bom relacionamento porque eu não apito em economia e ele não apita em política", afirmou Bolsonaro em um vídeo obtido pela Folha.

No momento do discurso, o presidente estava ao lado de Guedes, que riu do comentário. A presença da ministra Damares Alves (Família e Direitos Humanos) estava prevista, mas ela não compareceu.

"Obviamente, com o passar do tempo, vou dando minhas peruaças no Paulo Guedes e ele vai dando na política para mim", acrescentou Bolsonaro, emendando que, muitas vezes, o ministro tem uma visão de empresas e o governo federal precisa contemplar questões políticas e sociais.

A fala ocorre depois de semanas de impasses sobre a divisão de recursos no Orçamento de 2021, com sucessivas divergências entre a equipe econômica e o Congresso.

O almoço foi organizado e divulgado pela gaúcha Karim Miskulin, presidente do Grupo Poto, empresa de mídia e de eventos de relacionamento fundada há 17 anos. Ela também lidera o movimento liberal Brasil de Ideias.

Antes de ser marcado no Tangará, o almoço ocorreria



O presidente Jair Bolsonaro discursando ao lado de Paulo Guedes durante almoço com executivas em SP. Alan Santos/Divulgação Presidência

As executivas participaram do evento

- **Eva Cordoba** (Cordoba Construtora)
- **Ana Helena Patrus** (Sante)
- **Ana Maria Velloso** (Melhoramentos)
- **Andrea Muniz** (InService)
- **Angela Miskulin** (Grupo Voto)
- **Cláudia Martinez**
- **Cristiane Lacerda** (Carrefour)
- **Dulce Pugliese** (Amil)
- **Edna Onodera** (Rede Onodera)
- **Eduarda Derani** (Centuria Invest)
- **Emy Shayo** (JP Morgan Brasil)
- **Eva Ghisio** (CMPC)
- **Evelyn Ido** (RV Imola)
- **Fernanda Samaia** (Grupo Meta)
- **Flavia Bittencourt** (Adidas)
- **Gabriela Manssur** (Justiça de Saías)
- **Helóia Duarte** (Technetium)
- **Iara Moraes** (Patrocinaador)
- **Isabela Nilo Ferreira** (Kufa Advogados)
- **Janete Vaz** (Laboratório Sabin)
- **Juliana Corsi**
- **Paulinetti Esteve**
- **Karim Miskulin** (Grupo Voto)
- **Karina de Oliveira Guimarães Mendonça** (Grupo Itapemirim)
- **Karina Kufa** (advogada)
- **Laura Regenin** (Grupo Voto)
- **Luciana Esteves Martins** (Dana)
- **Marcia Manfrin** (Dela Foods/Apetit)
- **Maria Zilda Araújo** (Credipaz)
- **Marina Willisch** (General Motors)
- **Marly Parra** (iHub)
- **Nadir Moreno** (UPS)
- **Narja Berquo** (SNS Serviços e Participações)
- **Patrícia Audi** (Santander)
- **Paula Villar**
- **Pietra Bertolazzi** (Restaurante Zena)
- **Rachel Maia** (CVC Corp)
- **Renata Scarpa** (Scarpa Participações Imobiliárias)
- **Rute Scheliga** (Voto Mulher)
- **Sandra Comodoro** (Voto Mulher)
- **Sofia Esteves** (Cia de Talentos/BTG Pactual)
- **Stella Damha** (Grupo Dhama)
- **Tania Salem** (Sede Incorporações)
- **Vanda Jacintho** (Vitória Participações)
- **Vivian Kherlakian** (Atelier Vivian Kherlakian)
- **Zely Moraes Fernandes**

na residência de Vivian Kherlakian, uma das coanfitriãs do evento, e mulher do investidor Otávio Fakhoury, como noticiou a coluna Mônica Bergamo. Fakhoury é investigado no inquérito das fake news sob a suspeita de financiar disparos de mensagens e de atuar com o chamado "gabinete do ódio" do governo.

A lista de presentes não incluiu alguns nomes de peso entre as lideranças empresariais femininas, como Luiza Trajano, que não compareceu alegando incompatibilidade de agenda.

O encontro reuniu presidentes, diretoras e conselheiras de companhias como Amil, Carrefour, JP Morgan Brasil, General Motors e Sabin. O hotel é um dos mais luxuosos da capital. No cardápio, havia massa, carne e salmão.

Karim abriu o almoço com um discurso em que pediu "união para avançar". "Avançar na economia, nas reformas sociais, na desburocratização da máquina pública", disse.

Uma reunião foi muito simpática ao presidente e a equipe econômica, com executivas abertas a encontrar formas de mobilizar a sociedade para que a agenda liberal do governo seja destravada.

Bolsonaro falou sobre os desafios de aprovar reformas e privatizações no Congresso e voltou a defender a abertura do comércio e a criticar governadores empolgados com poder.

O encontro desta sexta é visto como parte do esforço de Bolsonaro para se reaproximar do setor privado. Há três semanas, ele juntou com grandes empresários também em São Paulo —nenhuma mulher.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 01 a 03/04/2021	Caderno: Economia



Urgente para o Brasil, a reforma tributária precisa de transparência

Tomás Soares*

03 de maio de 2021 | 09h00

Tomás Soares. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A necessidade de reforma tributária no Brasil é conhecida por dez entre dez agentes econômicos e políticos do país. Após sucessivos fracassos nos governos FHC e Lula, é inadiável que voltemos ao tema, com o devido compromisso de que a reforma seja, ao mesmo tempo, robusta e factível para que não amargue o mesmo destino das tentativas anteriores. Sua urgência só é comparada à negligência que o Ministério da Economia tem sobre o assunto.

Atualmente, caminham a passos lentos as PECs 45/2019 na Câmara dos Deputados, a qual o presidente Arthur Lira (PP-AL) ensaia uma retomada das discussões para breve, e 110/2019 no Senado, que apesar de algumas diferenças importantes entre si, tem no seu cerne a simplificação dos impostos sobre produção e consumo, consolidando as principais taxas (IPI, ICMS, ISS, PIS/PASEP e Cofins) em um imposto único, nos moldes dos Impostos sobre Valor Agregado (IVA) cobrados em praticamente todos os países mundo afora.

As vantagens de uma tributação simplificada, não cumulativa e mais bem distribuídas entre os setores produtivos, são muitas. Marcos Lisboa, Marcos Mendes e outros autores, entre economistas e juristas, publicaram recente artigo bastante elucidativo em defesa da PEC 45/2019 que desmontam de maneira consistente do ponto de vista econômico e jurídico suas principais críticas. Em resumo, o modelo defendido pela

proposta que corre na Câmara, no limite acabaria com a guerra fiscal interestadual que corrói a base tributária, reduziria em muito as distorções entre setores da economia, aumentaria a competitividade de nossas empresas e promoveria crescimento consistente do país.

Com efeito, em estudo publicado pelo Ipea, se aprovada a PEC, a estimativa de crescimento do PIB potencial ao final do período de dez anos, proposto para a transição entre o atual sistema tributário e o novo, seria da ordem de 5,47%, com algum ganho de emprego no caminho. Isso sem falar de outros potenciais efeitos positivos que uma economia mais dinâmica e eficiente poderia produzir, mas que são muito difíceis de prever.

Porém, e como o diabo mora nos detalhes, o mesmo estudo mostra os impactos intersetoriais e eles não são pequenos. A adoção de um imposto único com taxa fixa entre todos os setores, traria grandes benefícios para alguns, enquanto outros sairiam perdendo. E, como estamos no Brasil, não é inteligente supor que os grupos de interesse dos “perdedores” aceitariam tal reforma sem muita briga, potencialmente inviabilizando a reforma, ainda que o resultado agregado seja positivo ao país. Assim, se do ponto de vista econômico e jurídico a PEC 45/2019 tem suas justificativas embasadas, ela peca na esfera política e pode ser melhorada.

Com tamanho impasse, surpreende que não sejam postas todas as cartas na mesa. Ora, as propostas de reforma tributária até agora, versam apenas sobre mudanças nos impostos na cadeia de consumo e deixam de lado questões sobre renda, propriedade e outros tributos.

Na comparação internacional, o Brasil cobra 43,2% de seu total de tributos sobre produção e consumo e apenas 21,7% sobre a renda. Nos países da OCDE, estes números são 32,4% e 33,2% respectivamente. Fica claro o espaço para uma melhor calibragem. Apenas adequando a distribuição de tributos ao que é praticado nos países desenvolvidos, sem alterar a carga tributária total, há folga para diminuir os impostos do setor produtivo, potencialmente agregando ainda mais ao crescimento do que o estudo do Ipea sugere, ao mesmo tempo que se aumenta os impostos sobre a renda

individual do andar de cima, historicamente beneficiado pela regressividade dos nossos impostos.

Não custa lembrar que o Brasil é dos países mais desiguais do mundo e praticamente o único que não cobra impostos sobre dividendos. Uma emenda à constituição dessa magnitude não é tarefa simples e exige transparência democrática e compromisso com o futuro. Não é razoável que desperdicemos essa chance de redistribuir os custos de maneira justa para que os frutos todos possamos colher.

***Tomás Soares é bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (EASP FGV), mestrando em Economia e Políticas Públicas na Universidade de Lisboa, Portugal**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 01 a 03/04/2021	Caderno: Economia



O calvário das reformas

Será difícil avançar nas reformas tributária e administrativa com um governo não reformista

Claudio Adilson Gonzalez, O Estado de S. Paulo

03 de maio de 2021 | 05h00

A tumultuada aprovação do Orçamento de 2021 deixou claro o risco fiscal decorrente da aliança, ou, mais apropriadamente, da submissão, do governo ao Centrão. Preocupa o valor recorde destinado a emendas parlamentares, R\$ 35,6 bilhões, e a exclusão do cálculo do resultado primário de despesas de aproximadamente R\$ 120 bilhões (1,4% do PIB).

Apesar disso, muitos analistas entendem que, superado o impasse do Orçamento, cresceram as chances de progresso das duas mais importantes reformas estruturais em debate no País, a saber, a administrativa e a tributária. Não vejo assim.

Esse governo não é reformista. Mesmo a reforma da Previdência teve a tramitação tumultuada pelo Executivo. Bolsonaro trabalhou como típico líder sindical, empenhando-se para excluir das novas regras segmentos dos servidores públicos que integram seu nicho eleitoral. Paulo Guedes, por birra, sugeriu aos parlamentares a não aprovação do parecer do relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), porque este não incluiu a proposta, não financiável, do regime por capitalização, obstinadamente defendida pelo ministro.

Os interesses políticos de Bolsonaro tendem também a dificultar a reforma administrativa. Além da redução das despesas com pessoal, tal reforma precisa criar mecanismos para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Para tanto, necessita rever regras aplicáveis inclusive aos atuais servidores, tais como, fim da progressão automática na carreira, avaliação periódica, regulamentação da demissão de

servidores por baixo desempenho, fim dos supersalários, reorganização das carreiras, entre outras medidas. É irrealista achar que o governo e o Centrão avancem nessa linha.

Já uma boa reforma tributária é ainda mais improvável. O presidente não tem familiaridade com o tema e não se espera que se empenhe no Congresso para aprová-la. Guedes, até agora, não apresentou qualquer proposta bem embasada tecnicamente, e tem expressado ideias equivocadas, principalmente quanto à tributação do consumo.

O ministro sempre foi contra a PEC 45/19, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um verdadeiro tributo nacional sobre o valor adicionado, nos moldes dos melhores sistemas tributários conhecidos no mundo. Respeitados períodos de transição, esse imposto deverá ser cobrado no destino e possuir número muito reduzido de alíquotas, dado que o ideal, que seria alíquota única, é difícil de viabilizar politicamente.

Ao invés disso, Guedes sugere a aprovação, na primeira etapa, apenas da CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços, impropriamente chamada de IVA federal, que nada mais é do que o PIS/Cofins incidente de forma não cumulativa. A medida está na direção correta, mas possui três problemas principais.

O primeiro é manter o ICMS, de longe, o imposto mais complicado, ineficiente e gerador de contenciosos do sistema tributário brasileiro. O segundo é que, para alcançar eficiência, racionalidade e maior equidade nos impostos indiretos, a tributação do consumo deve ser tratada em conjunto, jamais por partes. O terceiro é que tende a aumentar a carga tributária incidente sobre vários serviços, sem período de transição, o que é inoportuno em virtude da pandemia e das pressões sobre o IPCA que isso pode provocar.

Guedes defende que os entes federativos adiram voluntariamente ao IBS, o que é impossível, por tratar-se de um imposto cobrado no destino, pelo sistema de débito e crédito, inclusive nas operações interestaduais. Ou todos os Estados e municípios entram conjuntamente ou não há IVA subnacional.

Em qualquer democracia o caminho para aprovar reformas estruturais é penoso.

Bolsonaro e Paulo Guedes o transformaram em um calvário.

Bônus para jovem esbarra em restrição fiscal

Proposta de Guedes que prevê auxílio em troca de capacitação é apontada como boa ideia, mas faltam recursos no Orçamento, diz analista. Em alguns casos, voucher para saúde teve experiências malsucedidas no exterior

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@p.globo.com.br
SIG/INFLU

As propostas de criação de um programa que pagaria um bônus a jovens nem-nem (que nem estudam, nem trabalham) e de um voucher para uso na rede privada de saúde esbarram em restrições fiscais, segundo especialistas. Elas foram antecipadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao GLOBO, publicada ontem.

O programa focado em jovens desempregados foi batizado de Bônus de Inclusão Produtiva (BIP). Pela proposta, o beneficiário da iniciativa teria que bater ponto em uma empresa e seria treinado para o mercado de trabalho, em atividades como mecânico ou servente de pedreiro, por exemplo. O montante do auxílio a ser recebido ainda está em definição, mas poderia ficar entre R\$ 200 e R\$ 300. Para a empresa, não haveria contrapartida, além do treinamento dessa mão de obra.

O primeiro desafio, segundo analistas, é encontrar recursos para financiar o BIP, num cenário de situação fiscal deteriorada. Quanto ao voucher, eles dizem que ideias semelhantes não vingaram em outros países e que o mais adequado seria usar os recursos do voucher para aprimorar o Sis-

tema Único de Saúde (SUS).

— O BIP pode ser um programa interessante, mas é preciso pensar nos desafios. Primeiro, de fato, onde cortar no Orçamento para fazer esse gasto? Não é uma equação simples e é preciso ter um desenho do que seria esse programa, que ainda não conhecemos — questiona o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

PRIVILÉGIO DE SERVIDORES

Além do desafio financeiro, Vale cita a preocupação com a lei trabalhista. Para o economista, a criação do bônus seria uma boa oportunidade para que o país fizesse “uma reforma administrativa profunda”, envolvendo os funcionários da ativa do Estado. Segundo ele, retirar privilégios do funcionalismo público poderia ser uma forma de distribuição de renda da classe mais rica dos servidores em favor dos nem-nem.

— Esse tipo de programa que tem incentivo de renda, mas com alguma contrapartida, no caso o treinamento dado pelas empresas, é o mais perto do ideal — afirmou Vale, após fazer a ressalva da falta de verba.

Ainda de acordo com o economista, é preciso que se tome cuidado para não criar uma camada de su-



Idéias. Em entrevista ao GLOBO ontem, ministro Paulo Guedes sugeriu medidas para lidar com desemprego e saúde



“O BIP pode ser um programa interessante, mas é preciso pensar nos desafios. Primeiro, de fato, onde cortar no Orçamento para fazer esse gasto?”

Sergio Vale,
economista-chefe da MB
Associados

bempregos de baixa qualificação, o que no final não ajudaria no desenvolvimento profissional dos nem-nem.

De acordo com a pesquisadora de saúde da UFRJ, Ligia Bahia, a ideia do voucher é antiga e surgiu nos anos 1970, coincidindo com os governos de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, ambos conhecidos por medidas que reduziram o tamanho do Estado. Segundo ela, a ideia foi implementada como projeto-piloto em países africanos e em regiões da

Índia e Indonésia.

— Muitos estudiosos se manifestaram contra o voucher. Não dá certo porque se a pessoa de fato ficar doente, o recurso do voucher não dá nem para o começo do tratamento. Considerando os gastos per capita do governo federal, o voucher no Brasil seria de cerca de R\$ 700. E, para quem não precisa de nenhum serviço de saúde, como jovens saudáveis, seria teoricamente um ativo a ser comercializado. Enfim, essa ideia ficou na poeira da história — disse Ligia.

A pesquisadora lembra que este valor não cobriria o custo de uma internação num CTI, por exemplo, para alguém infectado com o coronavírus. Atualmente, observa Ligia, não há muitos defensores do voucher: nem o Banco Mundial, nem economistas conservadores propõem mais essa ideia.

INCENTIVO AO SUS

Para ela, os recursos que seriam aplicados na criação do voucher poderiam ser utilizados para melhorar o atendimento no SUS.

— Não há dúvida de que precisamos de um “turbo” no SUS. Ficou claro que a resposta brasileira à pandemia foi falha em diversas etapas, inclusive no atendimento a casos graves — afirmou a pesquisadora.

Walter Cintra, coordenador do Curso de Especialização em Administração Hospitalar e de Serviços e Sistemas de Saúde da FGV, também diz não ver sentido na proposta de criação do voucher saúde. Para ele, a ideia vai de encontro com os princípios de um sistema de saúde universal, como o SUS, que poderia receber mais verba:

— Saúde não é uma coisa que você trata como vale-refeição, que você entrega um vale para a pessoa comprar a refeição onde achar melhor.

Colômbia muda projeto de reforma tributária

Após protestos, presidente anuncia novo plano que aumenta impostos de empresas e cidadãos de maior renda

BOGOTÁ

O presidente da Colômbia, Iván Duque, pediu ontem ao Parlamento que retire da pauta a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo no mês passado, que foi alvo de críticas e protestos nos últimos dias. Segundo a polícia, ocorreram dez mortes, por causas ainda não esclarecidas, desde o início dos atos e de uma greve convocada por sindicatos e movimentos sociais, na última quarta-feira.

Em pronunciamento, Duque afirmou que a reforma tributária "não é um capricho, é uma necessidade", diante do impacto da pandemia nas contas públicas. Ele informou que já apresentou um novo plano, que deve tramitar de forma urgente e "evitará incertezas financeiras".

Desde o final da semana passada, o presidente sinalizava que poderia alterar a proposta

de reforma, que contava com o apoio de economistas, mas acabou rejeitada pela oposição e por boa parte dos colombianos, que saíram às ruas nos últimos dias. Na sexta-feira, Duque afirmou que uma das mudanças do projeto seria a manutenção das atuais regras do IVA, o imposto sobre valor agregado, que antes seria aumentado, e da base de cobrança do Imposto de Renda — os recuos foram vistos como formas de aceno à classe média.

O foco da nova lei está no setor empresarial e nas camadas mais ricas da sociedade. Empresas terão uma elevação temporária dos impostos sobre a renda e sobre patrimônio, além de uma elevação nos impostos sobre os lucros. Os colombianos de maior rendimento também pagarão mais.

No sábado, milhares de pessoas foram às ruas das maiores cidades da Colômbia contra a reforma, vista como desfavorável à classe média. Para ana-



Recuo. O presidente da Colômbia, Iván Duque, anunciou a mudança do projeto de reforma tributária; país enfrentou onda de manifestações contra o plano

listas, mais do que protestar contra a reforma, a iniciativa serviu de catalisador para os muitos problemas enfrentados pela população, como o aumento da desigualdade social e o ritmo lento de vacinação — até o momento, apenas 6,6% dos colombianos receberam a primeira dose.

MILITARES NAS RUAS

Os protestos de sábado foram os mais violentos em quatro dias, com mais de 330 policiais feridos e 249 pessoas detidas sob a acusação de vandalismo. Os maiores confrontos ocorreram em Cali, onde morreu um adolescente de 16 anos. Tudo indica que o garoto é o que aparece em um vídeo chutando um policial motorizado.

O agente corre atrás dele e atira duas vezes em suas costas. O diretor da Human Rights Watch para as Américas, José Miguel Vivanco, confirmou no Twitter a veracidade da gravação. Vivanco afirmou estar recebendo denúncias graves de abusos cometidos pela polícia em Cali, capital do departamento de Valle del Cauca.

Também houve atos maciços em Bogotá, onde a prefeitura havia pedido à população que evitasse grandes aglomerações porque 90% dos leitos de UTI estão ocupados. Na região norte da capital, a polícia usou bombas de gás e bloqueou ruas para evitar que um grupo se aproximasse do apartamento de Duque. No fim da noite de sábado, o presidente

foi à televisão anunciar a mobilização dos militares.

— Quero alertar aqueles que, por meio da violência, do vandalismo e do terrorismo, buscam intimidar a sociedade e acreditam que com esse mecanismo vão dobrar as instituições — disse Duque, antes de informar que, como comandante supremo das Forças Armadas, autorizou a presença militar nos locais onde for necessário, em coordenação com prefeitos e governadores.

A decisão foi criticada por opositoristas, e alguns deles, como o prefeito de Medellín, Daniel Quintero Calle, disseram que não pedirão a ajuda das Forças Armadas.

Horas depois da mobilização militar, Duque voltou à

TV ontem para sepultar o texto da reforma tributária e apresentar o novo plano que, segundo disse, traz propostas vindas do diálogo com partidos, sociedade civil, prefeitos, governadores e líderes empresariais. Segundo ele, um plano que vai ajudar a acertar as contas "sem afetar a classe média e os mais vulneráveis".

Em 2020, o PIB colombiano teve queda de 6,8%, o desemprego chegou a 16,8% da população economicamente ativa, e 3,5 milhões de pessoas passaram a viver em situação de pobreza. O déficit fiscal ficou em 7,8% do PIB no ano passado, e, segundo o governo, pode chegar a 8,6% em 2021 caso nada seja feito para ajustar as contas públicas.

Agenda liberal é trunfo e entrave para Eduardo Leite

Reformas econômicas alçam governador a posto de presidenciável, mas criam desgaste local com setores do eleitorado

BERNARDO MELLO E
JOÃO PAULO SACONI
osai@oglobo.com.br

Com uma base política que pavimentou o caminho para reformas previdenciária e administrativa em âmbito estadual, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), tenta usar o prestígio local como plataforma para uma eventual candidatura à Presidência em 2022. A mesma agenda liberal que fez com que seu nome passasse a circular nacionalmente como uma alternativa de centro, no entanto, tem outra face: o desgaste com uma parcela do eleitorado em função das medidas impopulares, em um estado conhecido por não reeleger governadores.

Aliados avaliam que Leite, embora desconverse sobre o status de presidenciável, já faz movimentos para se consolidar nas prévias do PSDB, marcadas inicialmente para outubro — a possibilidade de adiamento vem ganhando tração internamente —, e para encaminhar a sucessão no estado.

A hipótese de concorrer ao Palácio do Planalto foi defendida recentemente fora do partido: o prefeito do Rio, Eduardo Paes (DEM), disse que gostaria de apoiá-lo. Houve também reflexos locais no MDB, partido com a maior bancada da Assembleia Legislativa e possível integrante de uma chapa presidencial que aglutine a oposição de centro contra Bolsonaro.

ESPAÇO PARA PARTIDOS

Além de aumentar a presença emedebista no secretariado em março, quando entregou a recém-criada pasta de Desenvolvimento Econômico para o deputado estadual Edson Brum, Leite articula um apoio à candidatura do deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) ao governo. O parlamentar afirmou ao GLOBO que há outros nomes cotados e que um eventual apoio nacional a Leite passa pela definição do MDB sobre candidatura própria, mas mostrou ver com bons olhos uma "dobradinha" com o governador:

— O Brasil não vence suas dificuldades sem um nome de centro que dialogue com a direita e a esquerda.

Além do MDB, Leite abriu espaço no governo para PP e PTB, que hoje tendem a construir uma candidatura local mais alinhada ao bolsonarismo. Lideranças regionais de ambos os partidos, porém, devem adotar uma postura próxima à neutralidade ou até se desfiliarem para manter o apoio a Leite. Um dos nomes de saída é o vice-governador Ranolfo Vieira Jr. (PTB), também cotado para disputar a sucessão estadual. Parlamentares avaliam que o fato de Leite afirmar

desde o início do mandato que não disputaria a reeleição — algo que prometeu e cumpriu quando foi prefeito de Pelotas, entre 2013 e 2016 — fez com não fosse visto como "ameaça" por nenhum grupo político, o que facilitou articulações. Na assembleia, Leite conseguiu atrair para sua base mais de dois terços dos 55 deputados, abrindo caminho para alterações que exigem emenda constitucional, como as reformas e a revogação da exigência de plebiscito antes da privatização de estatais do setor de energia.

Antes da pandemia, as principais medidas do governo Leite na área econômica incluíram mudanças na alíquota previdenciária, que passou a incidir sobre até 22% dos vencimentos inclusive de servidores inativos, e o fim dos adicionais por tempo de serviço em todas as carreiras do funcionalismo. O pacote, segundo cálculos do governo, deve economizar cerca de R\$ 18 bilhões dos cofres estaduais em dez anos.

VAIEM NA PANDEMIA

Houve ainda medidas que levaram alívio imediato às finanças, como o remanejamento de R\$ 1,8 bilhão do fundo de previdência (Funprev), destinado originalmente a servidores contratados a partir de 2011, para o caixa geral das aposentadorias, sustentado com recursos do Tesouro gaúcho, além da privatização da distribuidora de energia elétrica estadual (CEEE-D), em março, retirando do estado um passivo de R\$ 3,5 bilhões.

Leite atribuiu às reformas e às privatizações a possibilidade de abertura de concursos públicos e de regularização dos salários dos servidores, no fim de 2020, após mais de 50 meses de parcelamentos e atrasos. As medidas, segundo aliados, também contribuem para atenuar o desgaste do governador com o funcionalismo em meio aos cortes de benefícios.

— Vejo o governador disposto a ser o candidato desde que seja à frente de um projeto. Para isso, ele sabe que precisa ter bons



Ações. Eduardo Leite durante reunião virtual na sede do governo do RS; antagonismo a Bolsonaro na pandemia também impulsionou nome do governador

Diagnóstico da gestão Leite no RS

> Economia: Nos dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite no Rio Grande do Sul, foram aprovadas junto ao Legislativo as reformas administrativa e previdenciária do estado. Este ano, a intenção é empiacar também uma reforma tributária. As medidas têm ajudado na contenção de gastos, mas recebem críticas da esquerda dado o caráter liberal.

> Articulação política: Leite atraiu o apoio do MDB, partido que derrotou nas urnas em 2018

ao disputar contra o então governador José Ivo Sartori. O tucano abriu espaço ainda para PP e PTB, siglas alinhadas ao bolsonarismo.

> Combate à Covid-19: Leite antagonizou com Bolsonaro ao firmar medidas restritivas contra o avanço do coronavírus no RS. O governador, no entanto, sofreu desgaste na última semana ao tentar retomar aulas presenciais na rede pública estadual, manobrando contra a decisão judicial que as proíbe.

resultados em casa — avalia o deputado federal Lucas Redeker (PSDB-RS), que defende a candidatura de Leite no partido.

Na pandemia da Covid-19, Leite ganhou maior projeção nacional pelo discurso crítico à condução do governo do presidente Jair Bolsonaro e por manter o estado, apesar da contrariedade de prefeitos, no protocolo mais rígido de funcionamento das atividades econômicas no início do ano, numa tentativa de frear a alta de casos e óbitos. A postura rendeu acenos e elogios de nomes da esquerda, como o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) e o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Na semana pas-

sada, no entanto, a mudança no sistema que norteia as restrições no estado, com o objetivo de abrir escolas, gerou uma fissura e rendeu críticas da esquerda.

A agenda econômica, semelhante à pregada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), também dificulta a aproximação com uma parcela da oposição a Bolsonaro.

— Ele dá provas de que acredita na ciência, mas tem afinidade com a agenda ultraliberal do governo federal. Em meio à pandemia, está aproveitando para "passar a boiada" nas privatizações — criticou a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

Carolina Joias

Há 32 anos no mercado

COMPRO JOIAS EM OURO

Ouro - Prata - Brilhante
Relógio - Platina - Marfim
e antiguidades em geral

Venda / Conserto / Fabricação
Pago na hora em dinheiro

2235-8289 / 97940-2930

www.carolinajoias.com.br
Rua Figueiredo Magalhães, 598
1º piso - loja 82
Shopping dos Antiquários

ENTREVISTA

Paulo Guedes/ MINISTRO DA ECONOMIA

Em entrevista ao GLOBO, o chefe da equipe econômica reconhece redução do apoio de Bolsonaro à agenda liberal, mas diz que não pensa em desistir do cargo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma medir em percentual o apoio de Jair Bolsonaro à agenda liberal. Nas eleições de 2018, era 100%. Depois, passou para 99% — e, aos poucos, essa taxa foi caindo. Até que, agora, está em 65%, embora

nos momentos mais críticos o presidente tenha bancado o seu Posto Ipiranga no cargo. Em entrevista ao GLOBO, Guedes reconhece que a aderência ao seu plano de trabalho em Brasília é menor que imaginava. “Estou tendo que lutar dez vezes mais do que eu pensei que fosse lutar”, afirma o ministro.

Apesar disso, Guedes diz que não pensa em desistir. “Eu tenho um senso de responsabilidade muito grande”, afirma. Ao GLOBO, o ministro da Economia garante que não ficará só na defensiva — e que quer partir para o ataque com a sua equipe, colocando em prática medidas para reduzir o desemprego e a pobreza.

‘EU TINHA UMA FÉ UM POUCO INGÊNUA DE QUE TUDO SERIA MUITO MAIS RÁPIDO’

THIAGO BRONZATTO, MARCELLO CORRÊA E MANOEL VENTURA
economia@globo.com.br
instagram

Como o senhor vê o andamento da agenda econômica?

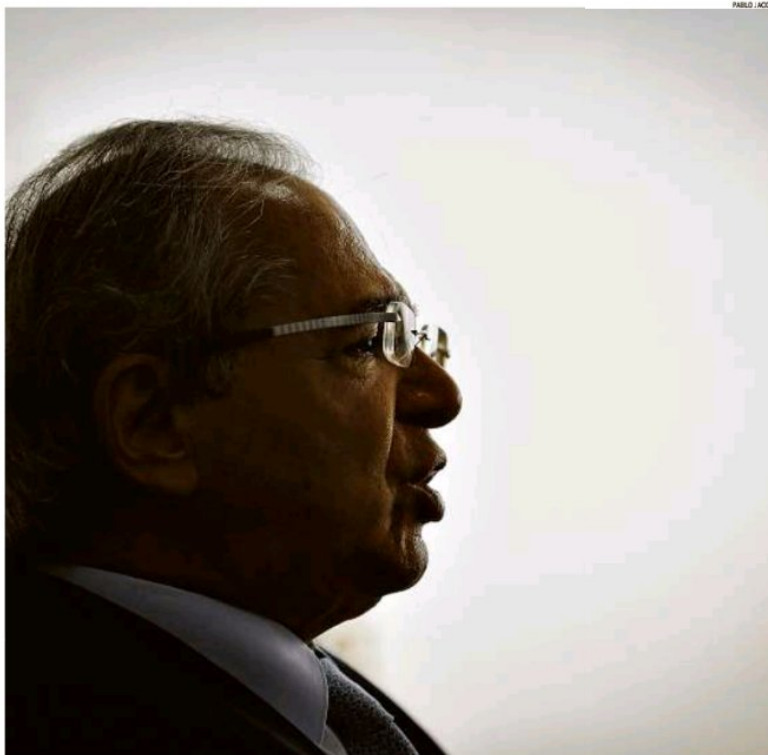
Eu tinha três hipóteses quando eu vim para cá. Uma, que o presidente ia apoiar o programa de uma aliança de conservadores e liberais. O presidente ia apoiar o programa liberal na economia. O presidente mesmo brinca que já foi 99%, agora é 97%, ele fala. Aí eu brinco: “Não, presidente, o senhor está em 65%”. A segunda hipótese é que temos um Congresso reformista, que ia nos ajudar a fazer as reformas. E não era só o Congresso. É o Congresso, o Supremo e a mídia, que era a minha terceira hipótese.

Como o seu trabalho se adapta a esse processo de reavaliação?

Na nossa democracia, eu continuo apostando. Eu só estou recalibrando. Eu tinha uma fé um pouco ingênua de que tudo seria muito mais rápido e de que as transformações seriam muito mais profundas. E eu estou recalibrando tudo um pouquinho para baixo, mas sem mudar em nada a direção, a esperança. Só está me dando mais resiliência. Estou tendo que lutar dez vezes mais do que eu pensei que fosse lutar. Porque a aderência é um pouco menor do que eu pensei. Mas sem reclamação. É a democracia. Nas horas críticas, o presidente sempre nos apoiou. E o Congresso reformista tem nos ajudado também. Eu acredito na dinâmica de uma grande sociedade aberta.

Mas por que a aderência é menor?

No capítulo um, o presidente está atento a dimensões políticas que arrefecem os impulsos de transformação. Você quer fazer uma transformação rápida, privatizar rapidamente. (Alguém diz) “Espera aí, tem um efeito político, uma reclamação aqui, outra ali”. Isso não é uma reclamação. É um reconhecimento de que quem manda é a política. E não é o presidente. Eu, por exemplo, parti para uma reforma que teria capitalização na Previdência, e o Congresso disse “não”. Por isso que eu atuei um pouco o entusiasmo inicial. Porque tanto o presidente quanto o Congresso e a mídia vieram com menos ímpeto na direção das transfor-



Paulo Guedes. “Nós podemos ser derrotados, mandados embora, aniquilados, vencidos. Mas não tem rendição”, diz ministro da Economia sobre sua equipe

mações. Aí o trabalho tem que ser muito maior para um resultado menor. Talvez essa seja a experiência de todo mundo que já passou pelo governo um dia. Quem está de fora olhando acha que tudo é mais simples.

Para o senhor, esse esforço vale a pena?

Sem falsa modéstia, eu sei que fui crucial em momentos decisivos. Eu tenho um senso de responsabilidade muito grande. Não só com a pessoa que confiou em mim, que foi o presidente. Mas principalmente com quem ele representa, que são 200 milhões de brasileiros. A nossa velocidade de resposta à crise, a nossa capacidade de fazer uma política econômica integrada, tudo isso só foi possível porque tinha esse comando único na economia. O senso de responsabilidade e o compromisso com os brasileiros que estão lá fora são muito maiores que a preocupação de ficar bem na fotografia. É muito simples falar:

“Eu acredito na dinâmica de uma grande sociedade aberta”

“Jogamos dois anos na dinâmica de uma defesa. Agora nós vamos para o ataque”

“É um negacionismo dizer que não temos plano, que não estamos fazendo nada, que promete e não entrega. Isso dói”

“Sem falsa modéstia, eu sei que fui crucial em momentos decisivos. Tenho um senso de responsabilidade muito grande”

“Não privatizaram duas ou três empresas, vou sair porque não estão me atendendo”. Como é que vai sair no meio de uma pandemia, com pessoas morrendo? Você está no meio de uma guerra e vai pensar: “Não estou bem na foto?”. Não é razoável. Se tem gente que diz que eu fui avalista, tenho que ter um compromisso de entregar isso na próxima eleição do jeito que peguei. Eu peguei uma democracia e entregarei uma democracia. Peguei uma inflação alta e entregarei uma inflação mais baixa. Peguei o país crescendo 1% e o entregarei crescendo 3%. Peguei o país com 12 milhões de desempregados e o entregarei com dez. Temos que ter compromisso de melhorar o país.

Como o senhor recebe as críticas de que o seu plano não saiu do papel?

É um negacionismo dizer que não temos plano, que não estamos fazendo nada, que promete e não entrega. Isso dói. Isso é uma falta de reco-

nhhecimento ao trabalho, uma negação de coisas que são autoevidentes e empíricas. “Eles não fizeram”. Não fizeram o quê? A reforma da previdência? “Ah não, mas o Temer ia fazer”. Por que não fez? É uma negação dos nossos méritos. Nosso programa é reconhecido por todos e dizer que não o conhece é negacionismo ou uma desonestidade intelectual. Até as pedras sabem do nosso programa.

O senhor perdeu os seus principais secretários. Por que houve mudanças em sua equipe?

Nós jogamos dois anos na defesa. Agora nós vamos para o ataque. Quais foram os dois anos na defesa? Controle na dinâmica de gastos do governo. Fizemos a reforma da Previdência, derrubamos a dívida/PIB e o déficit no primeiro ano. No primeiro ano de governo, o déficit primário era 2% do PIB e caiu pela metade. A dívida era 76,4% do PIB e caiu para 75,4%. Não demos

aumentos de salários por três anos e nenhum governo fez isso. Jogamos na defesa, travando as despesas. Depois de dois anos jogando assim, há desgastes naturais na equipe. O que aconteceu agora foi uma reavaliação do grupo, o que no setor privado acontece com uma frequência. Isso estava marcado para acontecer no início de 2020, mas a pandemia chegou. Nós não recuamos na nossa política e não nos retiramos de combate. Nós podemos ser derrotados, mandados embora, aniquilados, vencidos. Mas não tem rendição. O lema do grupo é: “Não desistimos”. Então, se alguém desistir sai do grupo. O Salim (Mattar, ex-secretário de Desestatização) desistiu.

Há uma pressão política para recriar o Ministério do Planejamento?

Durante a campanha e logo depois da eleição do presidente, houve um esforço enorme para não deixar juntar os ministérios. Houve muito lobby contra a fusão dos ministérios, particularmente em relação ao Ministério da Indústria e Comércio. Agora, há, sim, algumas pressões para desmembrar. Mas o presidente não conversa sobre isso comigo. Ele nunca conversou sério disso comigo. Ele só brinca. Fala: “Olha, você sabe que, volta e meia, tem pressão política aí para fazer isso”. Eu falo: “Eu sei, presidente”. Mas a nossa capacidade de implementar uma política consistente, como estamos fazendo, depende de estar junto. Se tiver comando duplo, triplo na economia, rapidamente vamos para a desorganização. Aí, você diz assim: “Bom, o Ministério do Planejamento não fez falta no Orçamento?”. Nenhuma.

E qual foi o problema do Orçamento?

O governo achou o eixo político de sustentação e começou a avançar. Aí veio o primeiro exercício de fazer o Orçamento juntos. Nesse exercício conjunto, o time mostrou seu desentrosamento. Eu falo que toda informação tem um sinal e um barulho. O barulho é que tem uma crise terrível, tremenda. A informação é que é o primeiro Orçamento elaborado por uma nova configuração política. É uma coalizão política tentando dar seus primeiros passos juntos. E isso está muito claro hoje. Alguns atores se excederam durante a elaboração do Orçamento.

ENTREVISTA

Paulo Guedes/ MINISTRO DA ECONOMIA

Para titular da pasta, é necessário evitar que politização da crise piore gestão e paralise reformas

THIAGO BRONZATTO, MARCELLO CORRÊA E MANOEL VENTURA BRASILIA

'CPI É TRIBUNAL DE GUERRA DURANTE A GUERRA'

O ministro Paulo Guedes entrou na mira de senadores opositores da CPI da Covid-19. Para ele, a comissão parlamentar de inquérito faz parte do jogo democrático, mas pode atrapalhar o andamento das reformas no Congresso. Ao GLOBO, Guedes antecipou medidas para incentivar a geração de empregos no país e criticou o questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da autonomia do Banco Central.

O senhor disse que os chineses teriam 'inventado' o vírus da Covid-19. Essa declaração criou um ruído e o colocou no foco da CPI da Covid...

Criou. Desde o início do governo, falei que o Brasil ia dançar com todo mundo. Nunca houve movimento meu contra a China. Eu considero aquele comentário meu dentro de um contexto. Eu quis dar o exemplo de quando a economia de mercado é forte e robusta, ela consegue se adaptar em pouco menos de um ano e criar uma vacina ainda mais eficiente do que as vacinas produzidas na própria região que está muito mais habituada a esse tipo de doença. Aí desvirtuam tudo. Eu, aliás, tomei a CoronaVac.

Como o senhor vê a possibilidade de ser convocado pela CPI da Covid?

Eu fui nove vezes ao Congresso em tempo real durante a pandemia. Se me chamar, vai ser a décima vez. Eu quero elogiar a comissão mista (da Covid-19) do Congresso sob orientação do senador Confúcio Moura e do deputado Francisco Júnior. A CPI é parte

do jogo democrático. Dito isso, usar isso que eu falei para confundir com CPI, eu acho um oportunismo. Quero fazer uma reflexão. Estamos em meio à pandemia. Isso é equivalente a fazer um tribunal de guerra durante a guerra contra o vírus. Para mim, é inédito. Você acha que a classe política vai sair bem disso? Foi o que eu sempre falei: subir em cadáveres para fazer política numa hora dessas... Acho que a população brasileira não vai apreciar isso. Ela quer resolver o problema. Ela quer a preservação da vida e dos empregos.

A investigação da CPI não é importante para corrigir os rumos das políticas públicas contra a pandemia?

Eu acho que levantar o tema, de que nós vamos fazer uma CPI, já estimularia a correção de rumos. Temos um desafio difícil pela frente: evitar que a politização da crise piore a gestão da crise. Vacinação em massa e reformas é o ganha-ganha. Acho que precisa desse equilíbrio: de um lado, vamos fazer a CPI que eles acharem que é oportuno fazer, mas, por outro, não paralitem as reformas. Temos nos próximos 90 dias as reformas administrativa e tributária e os marcos regulatórios para destravar os investimentos. Quer fazer a agenda de CPI, pense que estamos no meio de uma pandemia. Faça, mas com alguma moderação para não desorganizar tudo. Tanto as medalhas quanto as avaliações nos tribunais de guerra são feitas logo após a guerra.



De que maneira o atraso da vacinação em massa penalizou a retomada do crescimento econômico?

É claro que durante uma guerra há falhas. Nós, por exemplo, lançamos um programa de crédito no início que não funcionou bem.

A autonomia do Banco Central, já aprovada, está sendo questionada no STF por PT e PSOL e até mesmo pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Como o senhor vê isso?

Acho que merece um alerta muito sério. Estamos dessincronizando o ciclo político da gestão monetária. Há muitas acusações a governos passados que usaram o Banco Central para reeleição. Você vê a ironia. Quando você faz uma política de Estado, vem a própria oposição, o PT, e questiona a política de Estado. Eu não vou questionar a PGR. Com Justiça, a gente não fala nada, só olha. Mas eu acho que merece uma profunda reflexão. Quando há aumentos setoriais e transitórios de preços, como que impede que se transformem em alta generalizada de preços? É justamente um Banco Central independente.

O governo pretende ampliar o Bolsa Família, mas ainda há o desafio dos trabalhadores informais. Qual é o plano para lidar com o desemprego e o



"Temos um desafio difícil pela frente: evitar que a politização da crise piore a gestão da crise. Vacinação em massa e reformas é o ganha-ganha"

"Por que um sujeito rico se interna no (hospital) Albert Einstein e o pobre tem que ficar numa fila do SUS durante dez dias? Se o pobre tiver um voucher e não tiver vaga no SUS, ele vai na rede privada. São soluções privadas para problemas públicos gravíssimos"

aumento da pobreza?

A primeira coisa é a vacinação em massa. A segunda medida estamos chamando de Bônus de Inclusão Produtiva (BIP). Da mesma forma que se dá R\$ 200 para uma pessoa que está inabilitada a receber o Bolsa Família, por que não poderia dar R\$ 200 ou R\$ 300 para um jovem nem-nem? Ele nem é estudante nem tem emprego. Ou seja, é um dos invisíveis. Agora, esse jovem vai ter que bater ponto e vai ser treinado para o mercado de trabalho. Ele vai ser servente de pedreiro, mecânico... É uma oportunidade. Ele é a vítima da nossa legislação trabalhista. Quando você bota lá o salário mínimo, um rapaz filho de uma classe média, que estudou em uma boa universidade, fala duas línguas, ele consegue emprego com salário mínimo.

Qual seria a contrapartida da empresa?

Zero. Ajuda o Brasil, treina o menino. Estamos estudando. Isso deve vir rápido para esse segmento dos invisíveis. Temos que erradicar a miséria. A grande lição do ano passado foi que, com o dinheiro que vai direto para quem precisa, tivemos a maior redução de pobreza em 40 anos. Essa lição não pode ser esquecida. Vamos ter que reforçar o Bolsa Família e criar os programas de inclusão produtiva. O

maior exemplo de compromisso com a saúde é que eu falei que tem que criar voucher. Acho natural que, com as novas tecnologias, as pessoas queiram viver 100 anos. O grande desafio é como ajudaremos nesse sentido as camadas mais frágeis. Por que um sujeito rico se interna no (hospital) Albert Einstein e o pobre tem que ficar numa fila do SUS durante dez dias? Se o pobre tiver um voucher e não tiver vaga no SUS, ele vai na rede privada. São soluções privadas efetivas para problemas públicos gravíssimos.

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, determinou a realização do Censo pelo IBGE. Como o senhor vai responder a isso?

O nosso Orçamento enviado ao Congresso tinha previsão dos recursos para o Censo. O Congresso, acredito que pensando na pandemia, e não nas verbas, deve ter achado sensato tirar (do Orçamento). Se fizemos a previsão é porque sabemos a importância de ter o Censo para orientar políticas públicas. E esperamos agora, depois da decisão do ministro Marco Aurélio, a orientação da Advocacia-Geral da União (AGU). Imagino que o Congresso tenha visto o Censo como elemento de risco para a pandemia. Mandar um pesquisador de casa em casa para fazer perguntas pode criar um agente de transmissão do vírus.

Política social. Guedes em seu gabinete, em Brasília: "Temos que erradicar a miséria. A grande lição do ano passado foi que, com o dinheiro direto para quem precisa, tivemos a maior redução de pobreza em 40 anos"

Convocações de Guedes e de servidora ganham força

Oposicionistas querem ouvir na CPI ministro após fala sobre China e funcionária do Planalto que redigiu requerimentos

JULIA LINDNER
julia.lindner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após declarações polêmicas contra a China, senadores de oposição e independentes da CPI da Covid devem insistir na convocação do ministro da Economia, Paulo Guedes. Na mira do grupo dos críticos ao governo Bolsonaro também está a secretária especial de Assuntos Parlamentares do Palácio do Planalto, Thais Amaral Moura, e a ministra

da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, responsável pela articulação política. Os requerimentos contam com apoio do vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e do relator, Renan Calheiros (MDB-AL), mas dependem do apoio da maioria para serem aprovados.

Inicialmente, Renan resistia à ideia de convocar Guedes, com quem tem proximidade. Agora, no entanto, ele admite a possibili-

dade. Sem saber que estava sendo gravado, o ministro da Economia disse, na última terça-feira, que os chineses “inventaram” o novo coronavírus, e que a vacina do país para impedir o avanço da doença é “menos efetiva” do que o imunizante da Pfizer, dos Estados Unidos.

— Estamos nos preparando, dedicados às próximas semanas. Têm muitas sugestões de nomes. Uma delas é o próprio Paulo Guedes, que deu declarações desastrosas.

E outra é a Thais Amaral. E vem o Fábio (Wanjgarten), ex-secretário de Comunicação da Presidência. O Fábio vai ser chamado — declarou Renan ao GLOBO.

No plano de trabalho apresentado anteontem por Renan, o relator manteve a previsão de apuração que envolve a área econômica, com trecho que trata de “ações de preservação de emprego e renda (auxílio emergencial, entre outros)”.

Conforme revelou o GLO-

BO, registros eletrônicos de requerimentos apresentados na CPI por senadores aliados do governo indicam que o Palácio do Planalto redigiu o pedido de convocação de cinco especialistas associados à defesa do tratamento precoce ou a críticas ao lockdown. Informações dos arquivos apontam que em sete requerimentos protocolados pelos senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Jorginho Mello (PL-SC) constam o nome de Thais Amaral.

Randolfe disse que pretende apresentar requerimentos para ouvir Thais Amaral, mas considera mais importante o depoimento da ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, a quem a funcionária está subordinada. Além delas, Randolfe tem intenção de convocar Guedes e o ministro Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil), que também cuida da articulação política.

— Quero convocar a secretária de articulação política, Thais Amaral, a ministra Flávia, o general Ramos, e o ministro Guedes. Eles estão dentro do escopo dos que podem ser convocados — disse Randolfe ao GLOBO.

VENDA DA CEDAE

LEILÃO ARRECADADA R\$ 22,6 BILHÕES, MAIS QUE O DOBRO DO PREVISTO

EMPRESAS VÃO INVESTIR R\$ 30 BI EM SANEAMENTO

IVAN MARTINEZ-VARGAS
E GABRIEL SABÓIA
grandorio@oglobo.com.br
SAPOLUC/CRS

Com ágio de 114% e depois de uma árdua batalha política e judicial, o leilão da Cedae arrecadou, ontem, em três dos quatro lotes em disputa, R\$ 22,69 bilhões em outorgas. É o maior projeto de infraestrutura do país, que prevê investimentos de cerca de R\$ 30 bilhões em obras para a quase universalização dos serviços de água e esgoto e a recuperação ambiental de ecossistemas do estado, como a Baía de Guanabara e a Bacia do Guandu. Segunda maior operadora privada do país, a Aegea foi a grande vencedora, tendo levado os blocos 1 e 4, dois dos quatro negociados. A Igua obtve o Bloco 2. O lote 3 — que compreende parte da Zona Oeste e seis cidades — não teve interessados.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o resultado do leilão demonstra a confiança dos investidores no país.

—Um ágio de mais de 100% na outorga. São mais de R\$ 50 bilhões (entre investimentos e outorga) — afirmou.

PRESIDENTE FOI À BOLSA

Num movimento para tirar dividendos políticos do megaleilão, o presidente Jair Bolsonaro, que estava em São Paulo, foi até a B3, onde aconteceu o leilão que durou pouco mais de duas horas. Na chegada, manifestantes atiraram ovos na comitiva presidencial, gritando "Fora, Bolsonaro". No grupo, estavam o senador Flávio Bolsonaro, os ministros Paulo Guedes, Ricardo Salles e Fábio Faria, além dos deputados federais Hélio Negão e Carla Zambelli. Ao fim do evento, o presidente destacou que a privatização da Cedae entrará para a história:

— Esse é um momento que marca a nossa história, a nossa economia. (Somos) um governo voltado para a liberdade de mercado, (com) a confiança dos investidores e a crença de que o Brasil pode ser diferente.

O Bloco 1, considerado mais atraente — formado pela Zona Sul do Rio e 18 municípios —, foi o único a receber propostas dos quatro consórcios participantes. A Aegea, que tem o fundo soberano de Cingapura e a Itaúsa entre seus acionistas, venceu com a oferta de outorga de R\$ 8,2 bilhões, o que representa um ágio de 103,13% em relação ao valor previsto no edital.

A empresa levou ainda o Bloco 4, que inclui as regiões central e norte do Rio e mais oito cidades com alta densidade demográfica, como Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias e Nilópolis. A Aegea propôs R\$ 7,203 bilhões pelo lote, 187,75% acima da outorga mínima prevista, que era de R\$ 2,5 bilhões. Também fizeram ofertas os grupos lider-

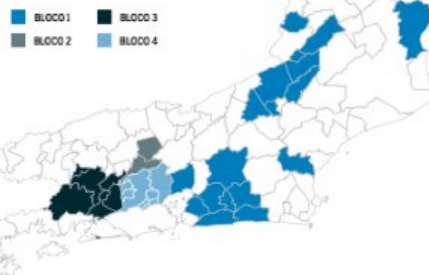


Batido o martelo. Leilão da Cedae, na Bolsa de Valores de São Paulo: o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou a confiança de investidores no país

SALDO DO LEILÃO



Formação dos blocos



rados pela Equatorial Energia e pela BRK.

Já o Bloco 2 ficou com o consórcio liderado pela operadora Igua, da canadense AIMCo e do fundo de pensão canadense CPP Investments. O lote é formado pelos bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, na Zona Oeste da capital, e mais dois municípios. O grupo, que disputou o ativo com outros dois consórcios, ofereceu R\$ 7,286 bilhões, um ágio de 129,68%. O lote também era considerado atraente e recebeu ofertas de três consórcios habilitados.



“A concessão do Rio era nossa grande vitrine. Discutimos por três anos um marco regulatório para o saneamento. O ágio mostrou que, na questão do saneamento, o setor privado não veio para brincar”

Edison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil

O Bloco 3, formado pela Zona Oeste e seis municípios, já era o menos visado pelo mercado, e exigia a menor outorga mínima, de R\$ 908 milhões. Única a fazer proposta para a área, a Igua retirou a oferta após vencer o Bloco 2. Na região, já existe uma concessão para serviços de esgoto. A concessionária atual é controlada pela BRK e Águas do Brasil.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, também comemorou o resultado:

— Quem ganha aqui é o cidadão mais pobre, que mora nos lugares mais humildes e

sofre de doenças endêmicas que já deviam ter sido erradicadas — observou. — A maior tragédia ambiental do Brasil é a falta do saneamento básico. A BRK Ambiental, atualmente a maior operadora privada de saneamento do país, fez ofertas conservadoras para os blocos 1, 2 e 4, e perdeu a disputa para os demais grupos.

Ao ser questionado pelo GLOBO, o secretário da Casa Civil do Rio de Janeiro, Nicola Miccione, disse que não viu como um problema a Zona Oeste, parcialmente dominada por milícias, não ter recebido propostas. Ele adiantou

que o governo pretende relatar o lote em outro formato:

— O governo do estado e o BNDES veem a situação como uma oportunidade. Podemos relatar esse bloco e discutir a eventual inclusão de outros municípios, um procedimento absolutamente normal.

NOVO PREGÃO

O advogado Rodrigo Bertocelli, sócio do escritório Felsberg, explicou que o Bloco 3, se for relicitado, pode ter estimular a adesão de novas cidades ao plano de concessão.

— A Aegea pagou ágios expressivos para não abrir mercado para a Equatorial, uma nova entrante. Uma pena o Bloco 3 ter ficado vazio, mas pode ser uma oportunidade para relitar, com mais municípios, já que os prefeitos podem ter ficado atraídos pelos valores das outorgas, já que ficam com parte dele — analisa, destacando que a BRK, por exemplo, vive um bom momento desde que venceu a licitação de saneamento de Maceió e poderia se interessar pelo bloco no futuro, assim como a Águas do Brasil.

O presidente do Instituto Trata Brasil, Edison Carlos, diz que o ágio obtido no leilão da Cedae mostra que o processo foi um sucesso. Ele acredita ser pouco provável que outra licitação de saneamento no país envolva valores tão elevados quanto os da Cedae:

— A concessão do Rio era nossa grande vitrine. Discutimos por três anos um marco regulatório para o saneamento. O ágio mostrou que, na questão do saneamento, o setor privado não veio para brincar. E o resultado vai servir de estímulo para que outros estados e prefeituras se unam em torno de outras concessões.

Ao todo, 35 municípios aderiram ao leilão e vão ser atendidos pelas empresas vencedoras por 35 anos. As novas operadoras devem assumir a gestão dos serviços no segundo semestre. A Cedae continua a controlar a produção de água e os demais serviços serão oferecidos pela iniciativa privada. A expectativa é quase universalizar o esgoto (90%) e o fornecimento de água.

Por nota, a Firjan classificou a concessão da Cedae como “uma grande vitória” para o Rio. “É um passo fundamental para que, finalmente, o acesso aos serviços de saneamento básico se torne realidade para todos os fluminenses. Atualmente, no estado, 5,6 milhões de pessoas vivem no esgoto. Uma situação inaceitável”, afirmou, acrescentando que “mais de um milhão ainda não tem acesso a abastecimento de água e mais de 60% do esgoto produzido em nosso território não são tratados”. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) disse que o leilão bem-sucedido chamou a atenção para a atratividade do negócio junto à iniciativa privada e que “os investimentos vão alavancar a economia, gerar empregos e melhorar a saúde da população”.

Editoria de Arte